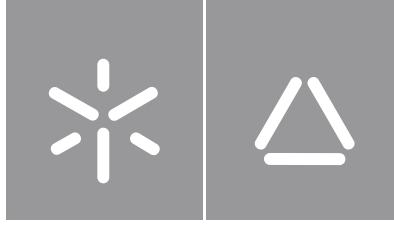




Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Pedro Dinis Mendes Silva

**Cá Dentro: Cultura, desenvolvimento e
despovoamento do território interior
português**



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Pedro Dinis Mendes Silva

**Cá Dentro: Cultura, desenvolvimento e
despovoamento do território interior
português**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Comunicação, Arte e Cultura

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Rita Maria Gonçalves Ribeiro

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações

CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e a toda a minha família, a quem devo tudo o que sou e que fiz. Pelo apoio incondicional durante todo o meu percurso. Por toda a força e incentivo, que não se conseguem medir em palavras. Pelo amor, pela tolerância e pelo exemplo.

À Micaela, cujas mãos me levantavam a cabeça sempre que eu a deixava cair. Por estar sempre perto. Pela extraordinária habilidade de tornar todas as tempestades em ventos favoráveis. Por ter aguardado, com compreensão e paciência. Pela música e pelos versos. Pelo amor e pela amizade sem limites.

À Professora Rita Ribeiro, cuja orientação e constantes palavras de apoio foram fulcrais para que este projeto não ficasse pelo caminho. Pela sua compreensão, disponibilidade e atenção, mas também por toda a amizade e simpatia.

A todos os amigos que, entre Seia, Coimbra e Braga, estiveram ao meu lado durante todas as fases deste processo. Pela companhia em todos os momentos.

A todos os que estiveram envolvidos neste projeto, em particular à Semana Cultural de Penalva de Alva e às pessoas com quem tive o prazer de dialogar no decorrer da conversa “Cá Dentro” e durante as entrevistas. Pela prontidão em aceitarem colaborar comigo. Pelas partilhas e pela inspiração. Por não virarem costas ao interior.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Cá Dentro: Cultura, desenvolvimento e despovoamento do território interior português

Resumo

Portugal é um país desorganizado em termos demográficos. Quase metade da sua população total reside ao longo do litoral continental, em grandes espaços urbanos, num território que corresponde, aproximadamente, a apenas 5,5% da área total do país. Esta realidade é causada pelo fenómeno do despovoamento, um movimento de trajetórias de saída motivado pela busca de melhores condições sociais e económicas, que provoca consequências graves para a organização demográfica nacional, como o sucessivo abandono dos territórios do interior do país.

A presente dissertação foca-se em estudar de que maneira este problema afeta a cultura e a produção cultural nas regiões de interioridade. Ao mesmo tempo, pretende também analisar como as dimensões culturais poderão estar relacionadas com possíveis soluções para o despovoamento do interior português. Para tal, foram concebidas duas fases de investigação, a primeira das quais correspondeu ao projeto “Cá Dentro”, uma conversa que promoveu uma discussão entre produtores culturais, artistas e investigadores sobre os tópicos da cultura, do despovoamento e da organização do território. A partir desta iniciativa, foram realizadas entrevistas a agentes culturais que pudessem aprofundar o conhecimento sobre as experiências, objetivos e dificuldades de quem trabalha a cultura em territórios despovoados.

Desta maneira, partindo da análise qualitativa dos dados obtidos e da relação entre todos estes conceitos, pretende-se que esta investigação possa contribuir para o entendimento daquilo que é o despovoamento em termos culturais, como também para assentar a cultura como uma ferramenta capaz de oferecer soluções a este problema, através de uma produção cultural preocupada em valorizar as comunidades locais, numa perspetiva de desenvolvimento a longo prazo.

Palavras-chave: cultura; desenvolvimento; despovoamento; interioridade; território.

Cá Dentro: Culture, development and depopulation of the portuguese interior territory

Abstract

Portugal is a disorganized country in demographic terms. Almost half of its total population lives along the continental coast, in large urban spaces, in a territory that corresponds, approximately, to only 5.5% of the country's total area. This reality is caused by the phenomenon of depopulation, a movement of exit paths motivated by the search for better social and economic conditions, which causes serious consequences for the national demographic organization, such as the successive abandonment of territories in the interior of the country.

This dissertation focuses on studying how this problem affects culture and cultural production in interior regions. At the same time, it also intends to analyze how cultural dimensions may be related to possible solutions for the depopulation of the Portuguese interior. To this end, two phases of investigation were conceived, the first of which corresponded to the project "Cá Dentro", a conversation that promoted a discussion between cultural producers, artists and researchers on the topics of culture, depopulation and territory organization. Based on this initiative, interviews were conducted with cultural agents who were able to deepen the knowledge about the experiences, objectives and difficulties of those who work with culture in depopulated territories.

In this way, starting from the qualitative analysis of the obtained data and the relationship between all these concepts, it is intended that this investigation can contribute to the understanding of what depopulation is in cultural terms, as well as to establish culture as a tool capable of offering solutions to this problem, through cultural production concerned with valuing local communities, in a perspective of long-term development.

Keywords: culture; development; depopulation; interiority; territory.

Índice

1. Introdução.....	1
2. Enquadramento Teórico	3
2.1. Notas sobre o conceito de cultura	3
2.2. Relações entre cultura e desenvolvimento	10
2.2.1. Tensão entre cultura e economia	19
2.2.2. Identidades sociais e culturais.....	23
2.2.3. Papel social da arte e da cultura	27
2.3. Despovoamento, desertificação e interioridade	30
2.4. A cultura como veículo de desenvolvimento para territórios despovoados.....	35
3. Enquadramento Metodológico.....	44
3.1. Questões de partida, fases de trabalho e objetivos	44
3.2. O projeto “Cá Dentro”	45
3.3. Entrevistas.....	47
3.4. Análise qualitativa de conteúdo	49
4. Cá Dentro – Conversa sobre a relação entre cultura, despovoamento e organização do território interior português	51
4.1. Planeamento	51
4.1.1. A Sociedade Recreativa Penalvense e a Semana Cultural de Penalva de Alva	53
4.2. Preparação.....	54
4.2.1. Dificuldades iniciais e adaptação ao formato online	54
4.2.2. Procedimentos de preparação e divulgação	56
4.3. Moderação	61
4.4. Análise de dados	62
4.5. Resultados	63
4.5.1. Olhar “de costas” para o interior	66
4.5.2. Os “novos povoadores” e as “partidas sem retorno”	66
4.5.3. Cultura <i>versus</i> despovoamento	67
4.5.4. Principais dificuldades	69
4.5.5. A cultura e as artes enquanto motores de cidadania.....	71
4.5.6. Construir pontes	72
4.5.7. A comunidade como ponto de partida	73

5. Cultura e agentes culturais em territórios de interioridade	76
5.1. Preparação e procedimentos realizados	76
5.2. Análise e divulgação dos resultados	77
5.2.1. Objetivos	77
5.2.2. Principais dificuldades	79
5.2.3. Impactos do despovoamento	80
5.2.4. Soluções e medidas a tomar	82
5.2.5. Outras questões	86
6. Discussão Final de Resultados	90
7. Considerações Finais	93
Referências Bibliográficas	96
Legislação e Outros Documentos	101
Anexos.....	102
Anexo I – Guião da conversa “Cá Dentro”	102
Anexo II – Comunicado de imprensa	106
Anexo III – Guião das Entrevistas	107

Índice de Figuras

Figura 1 - Logótipo da Sociedade Recreativa Penalvense	57
Figura 2 - Logótipo da Semana Cultural de Penalva de Alva	57
Figura 3 - Cartaz da conversa "Cá Dentro"	58
Figura 4 - Fotografia de Tiago Cerveira	59
Figura 5 - Exemplo das publicações efetuadas no Facebook da Semana Cultural de Penalva de Alva.....	59
Figura 6 - Exemplo de imagem de apresentação dos participantes.....	60
Figura 7 - Partilha da conversa "Cá Dentro" na página de Facebook do município de Oliveira do Hospital.....	61
Figura 8 - Estatísticas relativas à transmissão em direto da conversa "Cá Dentro" no Facebook	64
Figura 9 - Estatísticas relativas à transmissão em direto da conversa "Cá Dentro" no YouTube	65
Figura 10 - Número total de visualizações do vídeo editado da conversa "Cá Dentro" no YouTube um ano após a sua publicação	65

1. Introdução

A dissertação que aqui se apresenta dedica-se à discussão das relações entre a cultura, o desenvolvimento e o despovoamento do território interior português. Tem-se verificado nas últimas décadas que a população tende a concentrar-se ao longo do litoral continental, nas grandes áreas e metrópoles urbanas, deixando um vasto território interior despovoado e abandonado. Os efeitos sociais nefastos inerentes a este processo de despovoamento, cuja tendência tem vindo a agravar-se ao longo dos anos, são um frequente objeto de estudo. Este projeto pretende focar-se, especificamente, nas consequências que este fenómeno apresenta para a cultura, mais concretamente no que diz respeito à produção cultural num contexto de interioridade em Portugal. Ao mesmo tempo, também procura compreender de que maneira a cultura e as suas dinâmicas poderão estar relacionadas com possíveis soluções para o despovoamento das regiões do interior, numa perspetiva de desenvolvimento destes territórios.

Neste sentido, esta investigação concretizou-se, numa primeira fase, através da realização do projeto “Cá Dentro – Conversa sobre a relação entre cultura, despovoamento e organização do território interior português”, uma conversa com formato coloquial que objetivou, sobretudo, a organização de uma discussão multidisciplinar sobre estas temáticas. Neste evento reuniram-se produtores, artistas e representantes de associações culturais cuja sede ou foco de ação estivessem relacionados com regiões de interioridade, e ainda investigadores cujo objeto de estudo passasse pela análise de políticas culturais e dos desequilíbrios socioculturais resultantes dos processos de despovoamento. Esta iniciativa foi realizada em janeiro de 2021, organizada em parceria com o festival Semana Cultural de Penalva de Alva, sediado na freguesia de Penalva de Alva, em Oliveira do Hospital, tendo sido concebida para que estivesse incluída na sua programação, de modo a cimentar a relevância destas temáticas para o público em geral.

Ao mesmo tempo, a conversa “Cá Dentro” deu o mote para a fase seguinte da investigação, que disse respeito à realização de entrevistas a agentes culturais envolvidos na produção cultural em territórios do interior do país. Partindo das temáticas discutidas durante o evento, estas entrevistas serviram para aprofundar os objetivos e as principais dificuldades de quem trabalha a cultura em regiões de interioridade, bem como para procurar, de uma forma mais direta, as respostas às questões que se colocaram no advento do projeto.

A terceira e última fase da desta dissertação passou pela análise qualitativa dos dados obtidos. Através de um processo de transcrição e análise categorial dos depoimentos dos participantes da conversa “Cá Dentro” e das pessoas entrevistadas, foram obtidos resultados que, num momento posterior e conclusivo, foram comparados e discutidos, de maneira a que possam responder às perguntas que orientaram a investigação.

Transversal a todas as fases de trabalho deste processo, foi também realizado um enquadramento teórico capaz de contextualizar as temáticas abordadas durante o colóquio e as entrevistas, onde são oferecidas observações sobre tópicos como a definição e o propósito da cultura e do desenvolvimento, as relações que são estabelecidas entre si, bem como reflexões sobre as identidades sociais e culturais, o papel social da arte e da cultura, explicações sobre os fenómenos do despovoamento e da interioridade, mas também sobre a forma como as dimensões culturais poderão agir enquanto veículos de desenvolvimento para territórios despovoados. Será com o capítulo dedicado a este enquadramento que se dará início a esta dissertação, ao qual se seguirá um capítulo relativo a todos os processos metodológicos levados a cabo para a recolha de dados, finalizando com a apresentação e discussão dos resultados.

2. Enquadramento Teórico

2.1. Notas sobre o conceito de cultura

Ao estudo da cultura e do seu significado já muitos e variados trabalhos foram dedicados. O seu conceito continua a ser objeto de estudo no âmbito de diversas áreas científicas e as abordagens possíveis à sua definição são, de igual modo, ricas e imensas. Não obstante, o termo “cultura” é invocado em situações tão distintas e com uma frequência tal que chega a existir alguma confusão sobre a sua definição.

Em 2014, “culture” foi considerada a palavra do ano pelo dicionário de língua inglesa Merriam-Webster. Tal escolha foi justificada, explica Joshua Rothman numa crónica da revista *New Yorker*, pelo facto de a palavra “cultura” ter sido a mais pesquisada no website do dicionário nesse ano. “A confusão sobre cultura fez parte da cultura deste ano. As pessoas estavam desesperadas para saber o que cultura significava” (Rothman, 2014). Esta confusão é natural, já que são imensas as respostas possíveis quando procuramos por uma definição concreta de cultura. Em 2014, continua Rothman, o dicionário Merriam-Webster mostrava seis definições diferentes para o vocábulo, o que ainda hoje se verifica¹. Por sua vez, encontramos já onze definições no website do dicionário Priberam da Língua Portuguesa, que englobam não só o “conjunto das atividades e instituições relacionadas com a produção, criação e divulgação das artes e das ciências humanas”, como também a “criação de animais” ou até o “cultivo de células ou tecidos em ambiente propício ao seu desenvolvimento e crescimento”².

O jornalista avança que este vocábulo, geralmente associado a aspetos positivos como o enriquecimento intelectual pessoal e humano, tornava-se agora alarmante: “É impossível ver a palavra “cultura” junto da palavra “violação” [*rape culture*] sem reexaminar as noções do que significa cultura” (Rothman, 2014). Perante este sonante termo, cuja natureza se afigura tão inquietante quanto polivalente, o autor coloca a questão: “fará sequer sentido existir uma única palavra para usos tão divergentes?”.

Apesar de ser um aspeto central nesta dissertação, o objetivo desta investigação não passa por discorrer sobre a multiplicidade de significados associados a este termo tão rico e abrangente.

¹ Retirado de <https://www.merriam-webster.com/dictionary/culture> a 12 de outubro de 2021.

² Retirado de <https://dicionario.priberam.org/cultura> a 12 de outubro de 2021.

Importa, contudo, explorar prontamente o seu conceito de uma forma breve e esclarecedora, examinando algumas abordagens científicas feitas a seu respeito.

Começamos pela primeira definição científica do termo “cultura”, apresentado por Edward B. Tylor em 1871 na sua obra *The Primitive Culture*: “A Cultura... é todo o complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes, e todas as outras capacidades e hábitos adquiridos pelo Homem enquanto membro da sociedade” (Tylor, 1871, citado por White, 1959, p. 227). Esta definição, inerentemente antropológica, estabelece à partida uma premissa importante: a de que toda a atividade cultural diz respeito ao Homem. O antropólogo norte-americano Leslie A. White (1959, p. 227) explana que, com esta definição, Tylor não explicita de imediato que a cultura é a “propriedade particular do Homem”, mas que tal ideia está implícita e que, eventualmente, se torna clara:

A cultura, para Tylor, era o nome de todas as coisas e eventos peculiares à raça humana. Especificamente, ele enumera crenças, costumes, objetos – o machado, a enxada, o cinzel... – e técnicas – cortar madeira, pescar, caçar, fazer fogo, e assim por diante. (White, 1959, p. 227)

Este conceito foi aceite de um modo geral pela comunidade científica durante várias décadas. Porém, explica White, a definição concebida por Tylor foi-se multiplicando com o passar dos anos, sofrendo mutações variadas. Nos meados do século XX, ainda dentro da doutrina da antropologia, encontramos definições como a de que “a cultura é uma abstração” (Kroeber & Kluckhohn, 1952, citado por White, 1959, p. 227-228) ou a de que a cultura corresponde “a todos os comportamentos transmitidos socialmente por aprendizagem” (Keesing, 1958, citado por White, 1959, p. 228). O antropólogo escreve ainda:

Para uns, a cultura são os comportamentos aprendidos. Para outros, não é de todo o comportamento, mas antes uma abstração do mesmo – o que quer que isso seja. Machados de pedra e tigelas cerâmicas são cultura para alguns antropologistas, mas nenhum objeto material pode ser cultura para outros. A cultura só existe na mente, de acordo com uns; diz respeito a todas as coisas e eventos observáveis no mundo exterior para outros. (White, 1959, p. 227)

A definição da palavra cultura é de larga escala, multifacetada, sendo a sua versatilidade capaz de ser estudada em várias frentes académicas. É, contudo, no campo das ciências sociais,

como a antropologia e a sociologia, que encontramos uma maior e mais detalhada dedicação ao estudo deste conceito.

Na obra *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*, o sociólogo Denys Cuche (1999, pp. 9-10) escreve que “a noção de cultura é inerente à reflexão das ciências sociais” e defende que a natureza humana é inteiramente interpretada pela cultura:

Nada é puramente natural no homem. Mesmo as funções humanas que correspondem a necessidades fisiológicas, como a fome, o sono, o desejo sexual, etc., são informados pela cultura; as sociedades não dão exatamente as mesmas respostas a estas necessidades. *A fortiori*, nos domínios em que não há constrangimento biológico, os comportamentos são orientados pela cultura. Por isso, a ordem “Seja natural”, frequentemente feita às crianças, em particular nos meios burgueses, significa, na realidade: “Aja de acordo com o modelo da cultura que lhe foi transmitido”. (Cuche, 1999, p. 11)

Perante esta noção de “modelos de cultura” transmitidos entre gerações, percebemos a razão pela qual associamos tão frequentemente o conceito de cultura ao conceito de sociedade ou, aliás, ao de grupo social. Esta associação do termo “cultural” às características de um determinado grupo social é comum, já que, como explica Stefanie Rathje (2009, p. 35), “o nosso entendimento quotidiano de cultura é caracterizado por uma expressão de uniformidade”:

O entendimento mais comum de cultura é aquele que imagina um alto nível de uniformidade dentro de um sistema social. Antes, este conceito estava limitado aos contextos da etnicidade ou da nacionalidade (por exemplo, “os italianos vestem-se bem”), enquanto que, hoje, características comuns são frequentemente atribuídas a sistemas sociais bastante diferentes e de variados tamanhos (por exemplo, “os valores liberais do ocidente europeu e cristão”, “a cultura corporativa virada para o consumidor”) (Rathje, 2009, p. 35)

A cultura, não só nos dias de hoje como também no berço do seu conceito científico, foi com frequência associada à padronização de comportamentos sociais dentro de um determinado grupo ou etnografia. O próprio Edward B. Tylor tendia a sublinhar os elementos comuns de cada cultura como um “conjunto coerente e integrado de elementos”, enquanto autores como o teórico prussiano Friedrich Engels e o antropólogo norte-americano Lewis H. Morgan “realçavam um princípio unitário da cultura, (...) estabelecendo a relação entre um certo nível tecnológico e certas formas de expressão religiosa, certos costumes e ordens normativas” (Crespi, 1997, p. 29).

Denys Cuche escreve que o francês Émile Durkheim, considerado um dos pais da sociologia, “não utilizava quase nunca o conceito de cultura”, preferindo antes utilizar o termo “civilização” (Cuche, 1999, p. 52). Segundo o autor, Durkheim argumentava que a normalidade social era relativa ao nível de desenvolvimento de cada sociedade. Não reconhecia a existência de povos incultos, “sem civilização”, e defendia que todas as civilizações contribuem para a unidade que é a civilização humana:

Durkheim contribuiu muito para extrair do conceito de civilização os pressupostos ideológicos implícitos em maior ou menor grau. Em uma “Nota sobre a noção de civilização”, redigida conjuntamente com Marcel Mauss e lançada em 1913, ele se esforçava para propor uma concepção objetiva e não normativa da civilização que incluía a ideia da pluralidade das civilizações sem enfraquecer, com isso, a unidade do homem. Para ele, não havia dúvida de que a humanidade é uma, que todas as civilizações particulares contribuem para a civilização humana. Ele não concebia diferenças de natureza entre primitivos e civilizados. (Cuche, 1999, p. 52)

A ideia dos chamados “padrões culturais” forneceu, aparentemente, uma “descrição consistente de princípios gerais estruturados” (Rathje, 2009, p. 36) que, no seu conjunto, serviriam para descrever ou identificar um determinado grupo social ou, se quisermos, uma determinada civilização. No entanto, como sublinha Stefanie Rathje, o conceito de uniformidade na cultura foi já persuasivamente criticado e desconstruído dentro de várias disciplinas científicas. A título de exemplo, a autora cita o pensamento de nomes como o influente sociólogo Max Weber, que “descreve a fragmentação das unidades sociais que, devido a uma especialização funcional interna, se transformam numa variedade de posições distintas para com o mundo”, ou ainda dos filósofos pós-modernos Jean-François Lyotard e Wolfgang Iser, que “reconheciam uma pluralidade radical de princípios culturais genéricos e de estilos de vida distintos dentro das sociedades contemporâneas” (Rathje, 2009, p. 36).

De uma forma semelhante, o sociólogo italiano Franco Crespi descreve uma tendência em sublinhar o “carácter variado dos significados culturais presentes numa determinada sociedade e a pluralidade das suas origens”, tendência essa que viria a ser reconhecida de forma crescente no seio da comunidade académica a partir da segunda metade do século XX (Crespi, 1997, p. 30). No seu livro *Manual de Sociologia da Cultura*, Crespi explana que aspetos como a tradição, o senso comum, o saber científico, as componentes ideológicas, a religião ou as formas artísticas eram também agora distinguidos como ordens de experiência cultural. O autor continua:

Essas diferentes ordens estão geralmente presentes num mesmo contexto social, e até podem estabelecer confrontos entre si: por vezes, os atores sociais chegam a esse ponto, conforme as exigências contingentes e os problemas práticos que se veem obrigados a resolver. A cultura surge então como um conjunto polivalente, diversificado e frequentemente heterogéneo de representações, códigos, leis, rituais, modelos de comportamento, valores que constituem, em cada situação social específica, um conjunto de recursos, cuja função própria surge diferentemente definida consoante os momentos. (Crespi, 1997, p. 30)

Novas maneiras de pensar e de estudar a cultura iam surgindo a largos passos, como é o caso dos estudos culturais, ou *cultural studies*. Em *Crise no castelo da cultura. Das estrelas para os ecrãs*, Moisés de Lemos Martins explica que este campo de estudos passa a questionar “o modo como a cultura de um grupo social, e antes de mais nada, a cultura das classes populares, funciona como contestação da ordem social, ou então, inversamente, como reconforto das relações instituídas de poder e dominação” (Martins, 2011, p. 31).

Em síntese, os Cultural Studies significam uma deslocação do estudo tradicional da cultura no sentido antropológico e sociológico, o que traduz uma especial atenção prestada ao quotidiano das classes populares, à recepção e ao consumo dos media, aos estilos de vida e à mudança social, tomando como principais unidades de análise dos actores sociais a categoria sócio-profissional, a idade, a escolaridade, o género e a etnia. Nesta deslocação acabou por ter também um papel decisivo a consideração das circunstâncias pós-coloniais de um mundo mobilizado nas suas práticas pelas mais variadas tecnologias, sobretudo por dispositivos tecnológicos de comunicação, informação e lazer. (Martins, 2011, p. 33)

Em *A centralidade da cultura*, Stuart Hall, sociólogo britânico e figura central nos estudos culturais, argumenta que “a cultura penetra em cada recanto da vida social contemporânea, fazendo proliferar ambientes secundários, *mediando tudo*” (Hall, 1997, p. 22). O sociólogo aborda esta revolução cultural através de um fenómeno que apelida de “virada cultural”, referente a “uma abordagem da análise social contemporânea, que passou a ver a cultura como uma condição constitutiva da vida social, ao invés de uma variável dependente” (Hall, 1997, p. 27). Hall esclarece, aliás, que é precisamente este o fundamento de partida do campo dos estudos culturais:

[A] consequência esmagadora [da “virada cultural”] tem sido, não – como sugerem seus críticos – a de substituir um tipo de reducionismo (idealismo) por outro (materialismo),

mas de forçar-nos a repensar radicalmente a centralidade do “cultural” e a articulação entre os fatores materiais e culturais ou simbólicos na análise social. Este é o ponto de referência intelectual a partir do qual os “estudos culturais” se lançaram. (Hall, 1997, p. 32)

Retornemos, por instantes, à pergunta lançada por Joshua Rothman, abordada no início deste capítulo: “fará sequer sentido existir uma única palavra para usos tão divergentes?” Será, portanto, correto considerar tudo o que ao Homem diz respeito como sendo, enfim, cultura? Também sobre este ponto de vista Stuart Hall se pronuncia, alegando que esta é uma “questão de significado” (Hall, 1997, p. 33). O sociólogo explana que “cada instituição ou atividade social gera e requer seu próprio universo distinto de significados e práticas – sua própria cultura” e que, por isso, “todas as práticas sociais, na medida em que sejam relevantes para o significado ou requeiram significado para funcionarem, têm uma dimensão cultural” (Hall, 1997, p. 32). Hall sublinha, aliás, que assentir a ideia de que “tudo é cultura” seria incorrer num argumento reducionista:

Se a “cultura” está em tudo e em toda a parte, onde ela começa e onde termina? Naturalmente, esta afirmação em relação à centralidade da cultura não significa – como seus críticos por vezes têm alegado – que não há nada senão a “cultura” – que tudo é “cultura” e que a “cultura” é tudo; (...) Se fosse isso o que está sendo argumentado, seria certa – e corretamente – motivo para crítica porque, neste caso, teríamos simplesmente substituído o materialismo ou o socialismo económico, que outrora ameaçavam dominar estas questões nas ciências sociais, por um idealismo cultural – isto é, substituído uma forma de argumento reducionista por outra. O que aqui se argumenta, de facto, não é que “tudo é cultura”, mas que toda [a] prática social depende e tem relação com o significado: consequentemente, que a cultura é uma das condições constitutivas de existência dessa prática, que toda prática social tem uma dimensão cultural. (Hall, 1997, pp. 32-33)

Reconhecemos, então, uma qualidade heterogénea ao conceito de cultura. A sua definição não se restringe apenas à enumeração uniforme de todos os traços característicos destes ou daqueles grupos sociais, nem tão somente à categorização destes últimos consoante as suas crenças, as suas práticas ou o seu nível de riqueza tecnológica; a cultura inclui em si todas estas dimensões. O próprio Stuart Hall frisa a complexidade do conceito, assumindo-o como um “local de interesses convergentes, em vez de uma ideia lógica ou conceitualmente clara”, e cuja riqueza

é “uma área de contínua tensão e dificuldade no campo” (Hall, 2003, p. 134). É uma realidade de tal maneira ampla que, na nossa opinião, por mais associações e distinções que se façam entre campos de investigação científica em torno da sua definição, esta será sempre difícil, se não mesmo impossível, de resumir ou de abreviar.

Cientes da tremenda polivalência que este conceito carrega sobre os seus ombros, considera-se necessário, no entanto, entender uma noção mais geral de cultura antes de explorar alguns pontos mais específicos da sua natureza. Uma possível definição é oferecida na *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*, adotada a 2 de novembro de 2001 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO:

A cultura deve ser vista como um conjunto de características espirituais, materiais, intelectuais e emocionais diferenciadoras de uma sociedade ou de um grupo social, e que compreende, para além da arte e da literatura, os estilos de vida, as formas de viver em conjunto, os sistemas de valores, as tradições e as convicções. (UNESCO, 2001, p. 1)

Uma última abordagem a ter ainda em conta, mais romântica mas não menos relevante e interessante no contexto desta dissertação, é a etimologia da própria palavra: “cultura” deriva de *culturae*, que quer dizer “ação de tratar” ou “cultivar”. Por sua vez, o termo *culturae* originou-se a partir de *colere*, que significa “cultivar as plantas” ou “ato de plantar e desenvolver atividades agrícolas”³. A sua origem etimológica, curiosamente, estava já ligada a uma ideia de desenvolvimento, de cultivo, de trabalho e conseqüente colheita dos frutos – a “uma ideia de esforço e de produtividade ao longo do tempo”, como se lê no estudo *Cultura e Desenvolvimento: Um Guia Para os Decisores*, integrado no Plano de Estudos Cultura 2020⁴ e cuja autoria pertence ao Gabinete de Análise Económica – GANEC da Nova School of Business and Economics:

A origem etimológica da palavra “cultura” já sugeria a ideia de cultivo da mente e origem etimológica da palavra do intelecto, uma analogia com a cansativa mas compensadora tarefa de lavrar a terra, como na “agricultura”. Por conseguinte, e de certo modo, a cultura é uma forma de investimento, um tipo de capital que pode ser acumulado com trabalho árduo e persistência, associado a retornos que, por maiores que sejam, só podem ser colhidos no futuro. (GANEC, 2014, p. 22)

³ Retirado de <https://www.dicionariotimologico.com.br/cultura/> a 15 de outubro de 2021.

⁴ O Plano de Estudos Cultura 2020 foi conduzido e promovido pelo GEPAC - Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais da Secretaria de Estado da Cultura.

É precisamente a esta associação que será dedicado o próximo ponto desta dissertação. Com os olhos postos no futuro, mas já com bagagem suficiente para entender a riqueza que a cultura guarda em si mesma e no seu conceito, irão abordar-se agora questões relativas às relações entre a cultura e o desenvolvimento.

2.2. Relações entre cultura e desenvolvimento

Numa cena do filme *Bacurau*, de 2019, escrito e realizado por Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles, a população de uma pequena aldeia escondida na floresta do nordeste brasileiro é atacada por forasteiros estrangeiros que pretendem exterminar os seus habitantes. Estes, não só para se defenderem mas para contra-atacarem os ofensores, refugiam-se no pequeno museu pertencente à sua aldeia, e é a partir desse museu que conseguem terminar com a ofensiva e sair vitoriosos deste confronto. Apesar de esta cena ser referente a um trabalho de ficção e da própria aldeia de Bacurau ser manifestamente imaginária, este exemplo constitui um bom ponto de partida para discutir o importante papel que a cultura possui, não só no reforço da identidade da população, como também enquanto fator de desenvolvimento social e económico.

“Cultura e desenvolvimento são duas palavras que nem sempre se acharam juntas ou foram trabalhadas dentro do mesmo contexto”, explica Maider Marañá (2010, p. 2). No entanto, continua a investigadora, um maior estudo foi dedicado nas últimas décadas ao conceito de desenvolvimento, “incluindo não só indicadores como o crescimento económico ou a produção, mas também incorporando fatores atualmente considerados essenciais para o desenvolvimento pleno, um desenvolvimento não-linear, concebido como um processo complexo que envolve diferentes campos e características”, o que contribuiu para a ideia de que “a dimensão cultural deve ser incluída nas políticas de desenvolvimento” (Marañá, 2010, p. 3).

A noção de desenvolvimento, muito como o próprio conceito de cultura, é alvo de grandes debates e de uma constante teorização. Geralmente associado à ideia de crescimento económico, Rogério Roque Amaro indica que “é vulgar associar o nascimento do conceito de desenvolvimento ao período a seguir à Segunda Guerra Mundial” e a fatores como “o processo de independência da maioria das antigas colónias europeias” e à “grande aspiração desses países [em] caminhar para a prosperidade e a riqueza total, como os seus antigos colonizadores” (Amaro, 2003, p. 4).

No entanto, o investigador sublinha que, apesar de ser possível assumir que este conceito “só ganhou estatuto científico fundamentado e continuado a partir deste período”, problemáticas como a mudança, o progresso, o bem-estar, a riqueza e mesmo o próprio desenvolvimento surgiram “muito antes em vários campos disciplinares” (Amaro, 2003, p. 5). A título de exemplo, Amaro enumera, entre vários outros, os trabalhos de Adam Smith, John Stuart Mill e Karl Marx feitos a respeito da Ciência Económica; as contribuições para a teoria do bem-estar feitas por autores como A. Pigou, John Hicks e Alfred Marshall; e ainda as “abordagens da «mudança»” realizadas por sociólogos como Max Weber, W. Sombart ou Talcott Parsons, “frequentemente citadas nos manuais da Economia do Desenvolvimento” (Amaro, 2003, p. 5).

Ademais, esta reiterada e quase exclusiva associação entre desenvolvimento e crescimento económico não surge sem os seus próprios efeitos consequentes, como argumenta o investigador:

Esta ligação íntima entre os dois conceitos, por vezes tomados sinónimos, teve como principais consequências:

— considerar-se frequentemente o crescimento económico (enquanto processo contínuo de aumento da produção de bens e serviços) como a condição necessária e suficiente («*sine qua non*») do desenvolvimento, de que dependiam as melhorias de bem-estar da população, a todos os outros níveis (educação, saúde, habitação, relações sociais, sistema político, valores culturais, etc.);

— utilizar-se sistematicamente os indicadores de crescimento económico, e em particular o nível de rendimento *per capita*, para classificar os países em termos de desenvolvimento.

(...) Nesse sentido, o subdesenvolvimento era visto como um atraso no desenvolvimento, a tradição um obstáculo à modernização, o campo e os meios rurais um passo atrás na caminhada para as cidades e para o progresso, as culturas e mentalidades não europeias um constrangimento à eficiência produtiva e ao bem-estar material, etc. (Amaro, 2003, p. 10)

Rogério Roque Amaro explana que a partir da década de 1970 acontece uma “viragem fundamental nas abordagens e nas práticas do desenvolvimento”, o que acaba por desencadear uma “busca intensa de novas conceptualizações e estratégias”, motivada por fatores como: a) a contínua frustração que os países considerados subdesenvolvidos sentiam perante os modelos de

desenvolvimento que lhes eram impostos; b) o aparecimento de “sintomas claros de «mal-estar social»” nos países desenvolvidos – a respeito dos quais o investigador lista, entre outros, fenómenos como a pobreza e o “sem-abriguismo”, a solidão dos mais velhos e o abandono afetivo dos mais novos, o aumento do stress, do «trabalholismo» e das taxas de suicídio, e a instabilidade social refletida em acontecimentos como as revoltas estudantis da segunda metade dos anos 1960 na França e na Itália, ou a emergência dos movimentos “hippies” e de “poder negro” nos Estados Unidos da América – sintomas estes que, na sua opinião, ilustram aquilo que designa de “mal-desenvolvimento”, causado por modelos de desenvolvimento inadequados; c) a “emergência de uma consciência ambiental”, originária da constatação de que seria impossível continuar com o ritmo de crescimento económico e demográfico e de utilização excessiva dos recursos naturais sem uma “contenção que viabilizasse a durabilidade (ou sustentabilidade) do desenvolvimento”; d) a persistência de uma crise económica que, entre várias “intermitências e irregularidades”, inviabilizou a crença no crescimento económico como fator de desenvolvimento; e) e, por fim, a crise política que se manifestava também nos países desenvolvidos de Leste, evidenciada por episódios como a Primavera de Praga, o desastre nuclear de Chernobyl, a *perestroika* e a *glasnost* de Gorbachev e, talvez mais notoriamente, a queda do Muro de Berlim (Amaro, 2003, pp. 14-15).

Até então excessivamente centrado em perspetivas consumistas e industrialistas (por priorizar o lucro, a produção e o consumo), bem como em ideais antropocentristas e uniformistas (por se assentar em fórmulas únicas que valorizassem economicamente o Homem, individual ou coletivamente, em detrimento do ambiente em que se encontrasse e dos seus respetivos recursos), este tipo de desenvolvimento foi, assim, como argumenta o investigador, destruindo “a diversidade de que é feita a Vida” (Amaro, 2003, pp. 8-9).

Foram fatores como os supramencionados que tornaram possível o surgimento de novas abordagens teóricas capazes de renovar este pesado conceito e de lhe conferir novas tipologias. É a partir destas abordagens que surgem definições como:

- O desenvolvimento sustentável, que designa, segundo Rogério Roque Amaro, o “processo de satisfação de necessidades atuais que não põe em causa a satisfação de necessidades das gerações futuras” (Amaro, 2003, p. 16), e que responde diretamente à preocupação em conciliar o desenvolvimento com as crescentes preocupações ambientais;

- O desenvolvimento local, que exprime “a evolução de um território por meio de um processo de mobilização dos recursos endógenos nas dimensões território, património e população” (Vallina, 2002, citado por Amado & Carvalho, 2013, p. 248) e o desenvolvimento participativo, que adota uma “metodologia participativa nos processos de mudança e de melhoria das condições de vida das populações, desde a conceção e decisão à avaliação, passando pela execução, direção e acompanhamento, implicando a afirmação plena da cidadania”. Estas abordagens pretendem “colocar as pessoas e as comunidades locais no centro do protagonismo do desenvolvimento”, implicando que este não seja mais do que o “exercício pleno da cidadania e o resultado de uma participação ativa de todos” (Amaro, 2003, p. 17);
- O desenvolvimento humano, definido como:

O processo de aumento das escolhas das pessoas, que lhes permitam levar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento, ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno, enquanto os preservam para as gerações futuras, proteger a segurança pessoal e alcançar a igualdade para todas as mulheres e homens” (P.N.U.D. – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2003, citado por Amaro, 2003, p. 18);
- O desenvolvimento social, entendido como “o processo de garantia de condições sociais mínimas, bem como de promoção da dimensão social do bem-estar, por parte dos responsáveis dos vários países e organizações internacionais” e cujo intuito passa por, juntamente com o conceito de desenvolvimento humano, associar o desenvolvimento ao “respeito pelos Direitos Humanos fundamentais” e a “garantir limiares mínimos de sobrevivência e de dignidade humana” (Amaro, 2003, p. 18);
- O desenvolvimento integrado, uma abordagem interdisciplinar e copulativa que, segundo o investigador, pode por sua vez ser concebida como “o processo que conjuga as diferentes dimensões da Vida e dos seus percursos de mudança e de melhoria”, articulando entre si “o económico, o social, o cultural, o político, o ambiental, a quantidade e a qualidade, as várias gerações, a tradição e a modernidade, o endógeno e o exógeno, o local e o global”, entre outras vertentes (Amaro, 2003, p. 19).

A ramificação que se tem vindo a reconhecer no conceito de desenvolvimento, que tão bem se compara à multidimensionalidade já verificada da cultura, recusa “qualquer leitura

disciplinar (como a economicista anterior)” e convoca “uma visão interdisciplinar” (Amaro, 2003, p. 19), tornando possível uma multitude de abordagens de trabalho e de finalidades. Ignacy Sachs, um dos principais teóricos sobre a questão do desenvolvimento e da sustentabilidade, explica que “as metas quantitativas do crescimento económico e do consumo material deixaram de ser consideradas como um objetivo em si, passando a ser tratadas como um meio evidentemente necessário” (Sachs, 2005, p. 154). Sobre esta dita ramificação, resultado de um processo de evolução e enriquecimento do conceito, o autor acrescenta ainda o seguinte:

Uma das consequências deste processo foi o alongamento da litania de adjetivos agregados ao substantivo. (...) Porém o mérito dos adjetivos, quando usados seletivamente, é de apontar as dimensões julgadas mais pertinentes no momento. Ao aceitar-se esta última regra do jogo, podemos considerar que, no termo de meio século de transformações, convém acompanhar o conceito de desenvolvimento dos três epítetos seguintes: (socialmente) inclusivo [Sachs usa a palavra *includente*], (ambientalmente) sustentável, (economicamente) sustentado. (Sachs, 2005, pp. 155-156)

Em *Desenvolvimento como liberdade*, o economista Amartya Sen, também ele central na teoria acerca do desenvolvimento, destaca ainda um princípio transversal a todas estas dimensões: a liberdade. Segundo o autor, são duas as razões que colocam a liberdade no centro do processo de desenvolvimento: a primeira é de natureza avaliatória, já que “a avaliação do progresso [de desenvolvimento] tem de ser feita verificando-se primordialmente se houve aumento das liberdades das pessoas”; a segunda diz respeito à eficácia, pois “a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas” (Sen, 2007, p. 18). Na sua obra, Sen aponta que a liberdade deve ser não só a finalidade deste processo, como também deve, em si mesma, ser a sua principal ferramenta:

(...) a expansão da liberdade humana é tanto o principal fim como o principal meio do desenvolvimento. O objetivo do desenvolvimento relaciona-se à avaliação das liberdades reais desfrutadas pelas pessoas. (...) Os papéis instrumentais da liberdade incluem vários componentes distintos, porém inter-relacionados, como facilidades económicas, liberdades políticas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Esses direitos, oportunidades e intitamentos instrumentais possuem fortes encadeamentos entre si, que podem dar-se em diferentes direções. O processo de desenvolvimento é crucialmente influenciado por estas inter-relações”. (Sen, 2007, p. 71)

Após esta breve excursão pela história e pela versatilidade deste termo, bem como pelas dimensões que nele estão compreendidas, entendemos que não só a associação entre o desenvolvimento e a cultura é concebível, como também é necessária e mesmo fundamental para o pleno funcionamento das ações para o desenvolvimento. Tal justifica-se, à partida, porque as renovadas abordagens de desenvolvimento só são possíveis com a “afirmação do papel ativo das comunidades locais” através de processos “coletivos e educativos, articulando-se com participação de intervenientes externos às comunidades e contextos locais envolvidos” (Amado & Carvalho, 2013, p. 248) e porque “as estratégias de desenvolvimento devem sempre ser intensivas em conhecimento, outro vínculo com a cultura” (Sachs, 2005, p. 161).

Findados os anos sessenta, a noção de “desenvolvimento sem preocupação pela cultura” tornou-se datada. Esta relação entre a cultura e o desenvolvimento começou a ser defendida por diversos especialistas na década de 1970. Foi, contudo, nas décadas seguintes que os estudos de análise sobre como os fatores culturais poderiam ter um impacto nos processos de desenvolvimento, promovidos por corpos e agências internacionais de desenvolvimento e cooperação, começaram a crescer de forma exponencial (Maraña, 2010, p. 4).

Em 1975, na VII Sessão Extraordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas, a fundação sueca Dag Hammarskjöld apresentou um relatório que abordava o papel da cooperação internacional no processo de desenvolvimento. Intitulado *Que fazer*, este relatório era, na opinião de Ignacy Sachs, “um verdadeiro manifesto em favor do desenvolvimento alternativo baseado em cinco pilares”, pilares esses que já entrelinhavam uma noção cultural ao desenvolvimento, e que o autor enumera:

O desenvolvimento devia ser endógeno por oposição ao mimético, autoconfiante e autónomo no processo decisório por oposição ao dependente, operando a partir da lógica das necessidades e não do mercado (da demanda efetiva), refletindo diretamente sobre valores de uso sem passar pelos valores de troca, proceder em harmonia com a natureza e estar aberto ao câmbio institucional. (Sachs, 2005, p. 155)

Dentro do leque de organizações que contribuíram para promover a ligação entre a cultura e o desenvolvimento, nenhuma terá tido um papel tão ativo e importante como o da UNESCO. Segundo Maider Maraña, a UNESCO tem o mérito de “ter chamado à atenção para este tópico e de ter promovido ações, incluindo de pesquisa, que responderam ao critério de que a cultura é uma parte essencial do desenvolvimento” (Maraña, 2010, p. 6). Um dos marcos capazes de

justificar esta reputação é a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais – MONDIACULT, que aconteceu na Cidade do México em 1982 e que estabeleceu os pilares na relação entre o desenvolvimento e a cultura. Maraña (2010, p. 9) explica a influência deste evento notando que, por um lado, apresentou um conceito “amplo e abrangente” de cultura, que ao longo deste capítulo tem vindo a ser explorado, e que inclui “não só os aspetos tradicionalmente a ele ligados, como também os estilos de vida da humanidade e os seus direitos fundamentais”, e que, por outro, “estabeleceu várias ideias ligadas à inclusão da cultura no desenvolvimento”. Entre estas ideias encontram-se noções como a identidade cultural, a herança cultural e a cultura enquanto democracia, todas elas contribuintes para o entendimento essencial de que “a cultura é uma dimensão fundamental do desenvolvimento”.

Sobre este aspeto, são ainda de salientar as recomendações feitas no relatório final da MONDIACULT, dirigidas a todos os Estados-Membros, que incluíam, por exemplo: a integração da dimensão cultural nos planos e estratégias de desenvolvimento socioeconómicos; o reconhecimento da diversidade cultural enquanto fator de enriquecimento na sociedade; o encorajamento do uso da língua materna enquanto veículo cultural para o desenvolvimento; ou ainda a exploração de tecnologias novas e modernas para uma participação ativa de todos os cidadãos no processo de desenvolvimento, sem colocar em risco os recursos endógenos e a identidade cultural de uma população (UNESCO, 1982, p. 75).

A MONDIACULT abriu o caminho para que fosse inaugurada a Década Mundial do Desenvolvimento Cultural, compreendida entre 1988 e 1997, uma iniciativa que assegurou a necessidade de chamar a atenção internacional para os aspetos culturais do desenvolvimento. Os grandes objetivos para esta Década, para além do já sublinhado reconhecimento da dimensão cultural de “todas as atividades ligadas ao desenvolvimento económico, social, científico e técnico”, passavam por: “afirmar e reconhecer as identidades culturais” como meio de proteção e apreciação do património, distanciando-se, contudo, de uma “visão puramente conservadora”, focando-se antes em processos revitalizadores e capazes de estimular criatividade; “ampliar a participação na vida cultural”, não só garantindo, em primeiro lugar, o acesso geral à cultura, como também assegurando condições favoráveis ao exercício dos direitos culturais; e “promover a cooperação cultural internacional”, com a consciência de que a cultura é capaz de assumir um papel determinante no equilíbrio entre os Estados e as diferentes nações do mundo (Maraña, 2010, p. 10).

A Década Mundial do Desenvolvimento Cultural coincidiu com a criação da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, integrada por diversos especialistas internacionais e coordenada por Javier Pérez de Cuéllar, que à data servia enquanto Secretário-Geral das Nações Unidas. Segundo Cuéllar, “as iniciativas de desenvolvimento fracassavam com frequência porque em muitos projetos de desenvolvimento se havia subestimado a importância do fator humano, a complexa teia de relações e crenças, valores e motivações que é o coração de uma cultura” (Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, 1997, p. 7). O trabalho desta Comissão veio formular “uma agenda internacional com o propósito de mobilizar a comunidade internacional para o enfrentamento dos desafios envolvendo a conjugação cultura e desenvolvimento” (Oliveira, 2014, p. 376).

Deste trabalho surge ainda a publicação do relatório *Our Creative Diversity*, em 1996, publicação esta que, na opinião de Maider Maraña (2010, p. 10), providenciou elementos-chave para a análise do papel da cultura para o desenvolvimento, tais como a relação entre cultura e género, a criatividade, o património ao serviço do desenvolvimento, o papel da juventude e o pluralismo. Em conjunto com o conceito de desenvolvimento humano da P.N.U.D. – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que já foi anteriormente referenciado, o relatório vem ainda reforçar uma importante premissa:

“O desenvolvimento divorciado do seu contexto humano e cultural não é mais do que um crescimento sem alma (...). O desenvolvimento compreende não apenas o acesso a bens e serviços, mas também a possibilidade de escolher um estilo de coexistência satisfatório, pleno e agradável. Em uma palavra, o desabrochar da existência humana em suas várias formas”. (Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, 1997, citado por Oliveira, 2014, p. 376)

A influência da UNESCO continuou a fazer-se notar ao longo dos anos seguintes, com marcos como a *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*, documento publicado em 2001, também ele previamente aqui citado, onde se afirma no Artigo 3º. que “a diversidade cultural alarga o leque de opções à disposição de todos; é uma das fontes do desenvolvimento, entendido não apenas em termos de crescimento económico, mas também como meio para alcançar uma existência intelectual, emocional, moral e espiritual mais satisfatória” (UNESCO, 2001, p. 3).

Mais tarde, em outubro de 2005, é aprovada a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, cujos objetivos primordiais passam por “criar condições para as culturas florescerem e interagirem livremente numa maneira mutuamente benéfica” e “proteger e promover a diversidade das expressões culturais” (UNESCO, 2005, p. 3), definidas como “expressões que resultam da criatividade de indivíduos, grupos ou sociedades e que têm conteúdo cultural” (p. 5). Aqui se entendem, por exemplo, a literatura e as histórias, os filmes e a fotografia, a música, a dança e o teatro, a escultura, a pintura – enfim, a produção artística. Há ainda que realçar um outro ponto desta Convenção, que diz respeito à ligação entre estas expressões culturais e a economia:

Entre as várias questões tratadas em seus 35 artigos, devem ser registadas, em especial: a compreensão da dupla natureza dos bens e serviços culturais, portanto, tanto sua dimensão simbólica quanto económica; o reconhecimento do direito soberano dos estados de aplicarem políticas culturais destinadas a proteger e promover suas indústrias culturais; o entendimento de que a Convenção não deve incluir compromissos adicionais em termos de propriedade intelectual nem deve estar subordinada a outros instrumentos internacionais (por exemplo, normas da área de comércio internacional ou de regulação da propriedade intelectual); a compreensão de que a diversidade cultural necessita de mecanismos internacionais de cooperação, incluindo os financeiros; a demanda por um equilíbrio nas trocas internacionais de bens e serviços culturais; e o reconhecimento dos direitos das populações tradicionais sobre seus conhecimentos – repertório de questões que, por óbvio, dialoga intensamente com o tema do desenvolvimento. (Oliveira, 2014, pp. 378-379)

Fundada que está, como já se verificou, uma base capaz de ilustrar a discussão que em torno da relação entre a cultura e o desenvolvimento tem vindo a ser feita, resta ressaltar que, para além dos alicerces firmados pelas diferentes linhas de ação da UNESCO, também o trabalho de diversas outras organizações, como os Relatórios de Desenvolvimento Humano da P.N.U.D. ou a Agenda 21 da Cultura, veio enaltecer a ligação entre os dois conceitos.

É também relevante destacar, antes de se concluir este ponto e reconhecendo que o papel da cultura no desenvolvimento ganhou bastante significância ao longo dos anos, que existe terreno que permanece por desbravar. Maider Maraña recorda que há ainda “um longo, e por vezes complicado, caminho a percorrer até que se possa verdadeiramente falar sobre uma inclusão da perspetiva cultural nos projetos nas práticas e teorias do desenvolvimento e da cooperação”, e

nota que, em alguns casos, a cultura ainda é tomada como um “obstáculo ao desenvolvimento” (Maraña, 2010, p. 22).

Sobre este caminho, Rogério Roque Amaro reflete que só a “construção coletiva do conhecimento e das práticas (do desenvolvimento, por exemplo), envolvendo todos os atores (mesmo os que tradicionalmente a Ciência desprezou e deixou de fora) nos poderá balizar as armadilhas a evitar” (Amaro, 2003, p. 25). É com esta consciência que se avançará para as discussões seguintes, com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre algumas dimensões mais específicas de cultura e de desenvolvimento.

2.2.1. Tensão entre cultura e economia

Em primeiro lugar, é necessário voltar a atenção para uma relação de particular importância: o confronto entre a cultura e a economia. Após se ter entendido que uma noção meramente económica de desenvolvimento não só não é viável como também pode ser prejudicial para uma sociedade, pois danifica, recuperando a expressão de Rogério Roque Amaro, “a diversidade de que é feita a Vida” (Amaro, 2003, p. 9), julga-se necessário discorrer brevemente sobre alguns tópicos relativos a esta relação, bem como sobre certos aspetos da altamente teorizada tensão que existe entre a realidade da produção cultural e artística e as dinâmicas económicas e de mercado.

Fala-se em tensão entre estas noções pois é possível argumentar que, até certo ponto, a “arte não tem nada que ver com a severidade das preocupações do economista (...) [e que] estes ‘dois mundos’ nunca se encontram e não se lamentam por isso” (Galbraith, 1960, citado por Vilar, 2007, p. 131). No estudo *Cultura e Desenvolvimento: Um Guia Para os Decisores*, são identificados, logo de início, sete conflitos que dificultam a relação entre a cultura e a economia. São eles:

- A dificuldade do valor, pois enquanto a economia se concentra no valor de troca e “muitas vezes estritamente no preço ao qual os bens são transacionados no mercado”, a cultura trata, por sua vez, “de valores imateriais, de difícil mediação, que rara e dificilmente estão refletidos nos valores do mercado” (GANEC, 2014, p. 18);
- A dificuldade de troca, pois enquanto a economia “se move em trocas e comparações sem dramatismo aparente”, para a cultura não só esta ideia de troca é mais

complicada, como também “a ideia de assumir compromissos difíceis, naturais na economia, não é natural no mundo artístico” (GANEC, 2014, pp. 18-19);

- A dificuldade de tempo, já que “a maior parte dos valores transacionados no mercado parecem dizer respeito ao usufruto e satisfação no presente, muitos dos produtos da arte e da cultura destinam-se a ser usufruídos por gerações futuras, que ainda não nasceram”. É possível até admitir que “o facto de um valor ou artefacto cultural não ser valorizado hoje pode até denunciar, embora não necessariamente, o seu valor duradouro” (GANEC, 2014, p. 19);
- A dificuldade da natureza coletiva, que se justifica tendo em conta que muitos bens e artefactos culturais se destinam a ser “usufruídos coletivamente, não podendo ser facilmente adquiridos por privados, ao contrário do que acontece com a maior parte dos bens comumente transacionados nos mercados” (GANEC, 2014, p. 19);
- A dificuldade do imaterial, pois enquanto muitos dos bens que são trocados na economia possuem uma existência física ou material, “numerosos artigos culturais não a possuem, ou têm um valor imaterial que ultrapassa largamente o valor do material usado como matéria-prima para a obra de arte ou criativa” (GANEC, 2014, p. 19);
- A dificuldade do “outro”, já que “a ponderação das preferências dos diferentes indivíduos está excluída na maior parte das economias, mas está sempre no centro da criatividade”. O estudo refere ainda que “o gosto é sempre subjetivo, mas o “mau gosto” também o é”, e recupera a célebre frase de Jean-Paul Sartre: “O inferno são os outros” (GANEC, 2014, p. 19);
- Finalmente, a dificuldade do equilíbrio, pois “a economia trata e explora ao máximo o conceito de equilíbrio, um resultado que surge em função de forças opostas, ao passo que a arte e a cultura acontecem frequentemente no meio de mudanças perturbadoras e dramáticas”. Poderá argumentar-se que a inovação não seja “nada mais que a invenção de equilíbrios até então inexistentes, quer sejam estéticos, sociais ou tecnológicos” (GANEC, 2014, pp. 19-20).

Apesar de todos estes contrastes, é necessário admitir a existência de uma dimensão cultural à economia e de uma dimensão económica à cultura. Na obra *Economics and Culture*, David Throsby sugere uma simples premissa: “a economia, enquanto empreendimento intelectual, não pode ser livre de cultura” (Throsby, 2001, p. 8). O autor argumenta que tal como o discurso

económico, bem como a operação de todos os sistemas a ele inerentes, funciona dentro de um contexto cultural, também as relações culturais podem existir dentro de um ambiente económico, podendo elas próprias ser interpretadas em termos económicos (Throsby, 2001, p. 10):

Se a cultura pode ser pensada como um sistema de crenças, valores, costumes, etc. partilhados por um grupo, então as interações culturais entre os membros desse grupo, ou entre estes e membros de outros grupos, podem ser modeladas como transações ou trocas de bens materiais ou simbólicos dentro de uma estrutura económica. (Throsby, 2001, p. 10)

Não obstante, é de igual modo importante reconhecer uma interpretação de cultura em termos funcionais. Isaura Botelho lembra que a dimensão sociológica da cultura “não se constitui no plano do quotidiano do indivíduo, mas sim em âmbito especializado: é uma produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão” e que, por isso, depende de um “conjunto de fatores que propiciem, ao indivíduo, condições de desenvolvimento e de aperfeiçoamento de seus talentos, da mesma forma que depende de canais que lhe permitam expressá-los”. Tudo isto torna esta dimensão da cultura num “conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas e económicas, tendo, portanto, visibilidade em si própria” (Botelho, 2001, p. 74).

David Throsby adianta ainda a proposição de que “a produção e o consumo cultural podem ser situados dentro de uma estrutura industrial” e que “os bens e os serviços produzidos e consumidos podem ser considerados como comodidades nos mesmos termos que qualquer outra comodidade produzida dentro do sistema económico” (Throsby, 2001, p. 11).

Sobre esta noção de cultura e de indústria, é essencial referenciar o trabalho dos sociólogos alemães Theodor Adorno e Max Horkheimer, que se debruçaram sobre a “indústria cultural”, termo por eles cunhado e interpretado como “uma acusação desesperante da mercantilização inerente da cultura de massas”, e que viam a cultura ser sucessivamente transformada pela tecnologia e pela ideologia capitalista, considerando que “a interpretação económica dos processos culturais era uma expressão do desastre” (Throsby, 2001, p. 11). Também as reflexões de Walter Benjamin em *A obra de arte na época da sua reprodução mecanizada*, onde o autor discorre sobre as funções da arte numa sociedade capitalista e argumenta, por exemplo, que “a massa reivindica que o mundo lhe seja tornado mais ‘acessível’ com tanta paixão, que tende a depreciar a unicidade de todo e qualquer fenómeno, acolhendo a

sua múltipla reprodução” (Benjamin, 1936/2010, p. 17), são de igual relevância. Pode ainda sublinhar-se o pensamento do sociólogo francês Jean Baudrillard, que alega que “já não é possível separar o domínio económico e produtivo dos domínios da ideologia e da cultura, desde que artefactos culturais, imagens, representações e até sentimentos e estruturas psíquicas se tornaram parte do mundo económico” (Connor, 1997, citado por Throsby, 2001, p. 11).

Ora, esta relação entre a cultura, mais concretamente a arte, e a economia é uma relação extensivamente teorizada e discutida, como já aqui se pôde brevemente constatar. Não caberá a esta dissertação aprofundar esta discussão. Interessa, sobretudo, ter em conta a dupla dimensão desta relação, como se foi verificando neste ponto.

Por um lado, como Maider Maraña reafirma, o setor cultural é capaz de contribuir para o aumento de receitas e para a criação de emprego num país, o que faz com que a dimensão económica da cultura e das indústrias culturais deva fazer parte das estratégias de desenvolvimento (Maraña, 2010, p. 23). No que concerne à relação entre o crescimento económico e os novos modelos de desenvolvimento, cujos conflitos foram acima detalhados, deve ainda sublinhar-se que “ser genericamente contra os mercados seria quase tão estapafúrdio quanto ser genericamente contra a conversa entre as pessoas” (Sen, 2007, p. 21), como argumenta Amartya Sen:

A liberdade de trocar palavras, bens ou presentes não necessita de justificação defensiva com relação a seus efeitos favoráveis mas distantes; essas trocas fazem parte do modo como os seres humanos vivem e interagem na sociedade (a menos que sejam impedidos por regulamentação ou decreto). A contribuição do mecanismo de mercado para o crescimento económico é obviamente importante, mas vem depois do reconhecimento da importância direta da liberdade de troca – de palavras, bens, presentes. (Sen, 2007, p. 21)

Por outro lado, adianta Maraña, é necessário que não se negligencie a outra dimensão da cultura, referente à sua dimensão identitária, à sua presença enquanto elemento de coesão social e à sua inerência a todos os seres humanos, que precisam de um contexto cultural onde possam desenvolver as suas capacidades e aspirações. Portanto, “o trabalho feito a respeito da cultura e do desenvolvimento não se deve limitar à dimensão económica; deve, sim, ser feito um esforço para tornar a dimensão identitária da cultura mais visível, prestando atenção aos efeitos sociais e

comunitários das expressões culturais” (Maraña, 2010, p. 23). Neste sentido, há ainda que destacar, como forma de conclusão deste ponto, o seguinte pensamento de Ignacy Sachs:

A atividade artística tem um significado que transcende a economia do mercado. Ela deve ser encorajada por todos os meios como um vetor da plena realização do desenvolvimento das pessoas, uma maneira extremamente positiva de usar o tempo de não-trabalho, de promover a convivialidade e de cimentar a identidade nacional. O ato criativo vale por si só. (...) A criação materialmente desinteressada, empreendida por artistas amadores de todas as idades e em todas as áreas artísticas, merece toda a atenção mesmo quando não resulta em atividades económicas. Ao estimulá-la, o Estado contribuirá à efetivação do direito fundamental à cultura.

Portanto, o desenvolvimento da cultura não deve ser postergado às calendas gregas, quando houver folgas no orçamento nacional. Ao contrário, numa visão do desenvolvimento livre dos preconceitos redutores do economicismo e da preocupação exclusiva com o consumismo, a cultura merece uma alta prioridade no projeto nacional. (Sachs, 2005, p. 163)

2.2.2. Identidades sociais e culturais

Partindo da ideia de que a cultura deve ter em conta as relações que mantém com a economia, mas não deve estar limitada por estas, necessitando sempre de reconhecer a dimensão social do desenvolvimento, irão agora abordar-se outras perspetivas sobre a cultura, todas elas, desta vez, de um cariz manifestamente social.

Em *Notas para uma definição de cultura*, o escritor T. S. Eliot regista que “o termo cultura tem associações diferentes segundo tenhamos em mente o desenvolvimento de um indivíduo, de um grupo ou classe, de toda uma sociedade”, sendo que “a cultura do indivíduo depende da cultura de um grupo ou classe, e que a cultura do grupo ou classe depende da cultura da sociedade a que pertence este grupo ou classe. Portanto, a cultura da sociedade é que é fundamental” (Eliot, 1948/1988, p. 33). A partir desta hipótese, é possível associar a cultura do indivíduo à cultura que diz respeito ao grupo ou a determinada classe, entendendo as suas interações numa cultura de “todos”, correspondente à sociedade.

O indivíduo, bem como a relação que este mantém com a sociedade, é um frequente objeto de estudo em diversas áreas científicas. São de notar as reflexões feitas a este respeito por

Sigmund Freud no âmbito da psicologia e da psicanálise, onde o austríaco defende que “na vida anímica individual aparece integrado sempre, efetivamente, o ‘outro’, como modelo, objeto, auxiliar ou adversário, e deste modo, a psicologia individual é ao mesmo tempo e desde o princípio psicologia social, em um sentido amplo, porém plenamente justificado” (Freud, 1921/1981, citado por Resende, 2007, p. 39).

No campo da sociologia, encontramos uma semelhante ligação entre o indivíduo e a sociedade no pensamento do filósofo alemão Karl Marx:

O indivíduo é o ser social. Sua exteriorização vital (ainda que não apareça na forma imediata de uma exteriorização vital comunitária, cumprida em união com outros) é assim uma exteriorização e afirmação da vida social. A vida individual e a vida genérica do homem não são distintas, por mais que, necessariamente, o modo de existência da vida individual seja um modo mais particular ou mais geral da vida genérica, ou seja, a vida genérica é uma vida individual mais particular ou geral. (Marx, 1984, citado por Resende, 2007, p. 33)

Na escola dos estudos culturais, também Stuart Hall se debruça sobre os conceitos de identidade e de sujeito, distinguindo entre diferentes noções de identidade. Ao refletir sobre a sua concepção sociológica, defende que “o sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem” (Hall, 2006, p. 11). É igualmente pertinente a sua exposição sobre a concepção pós-moderna de identidade, equiparada a uma “celebração móvel”, por sua vez “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (Hall, 2006, p. 13):

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que [as] nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. (...) À medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar. (Hall, 2006, p. 13)

A esta dimensão da cultura do “eu” é ainda possível associar uma noção de desenvolvimento individual, “a formação ou a educação, a ‘Paideia’ grega, tudo aquilo que envolve

a formação da mente ou do intelecto” (Vilar, 2007, p. 133) de um indivíduo. Ou seja, encontra-se aqui a popular noção de que uma pessoa “cultura”, ou com cultura, é uma pessoa formada e educada. Contudo, como lembra Eliot, “a pessoa que contribui para a cultura, por mais importante que possa ser sua contribuição, nem sempre é uma ‘pessoa culta’” (Eliot, 1988, p. 36). A discussão sobre o que eventualmente torna ou não uma “pessoa culta” não interessa aos propósitos desta dissertação. Interessa, sim, salientar a ideia de que “a cultura do indivíduo não pode ser isolada da do grupo, e que a cultura do grupo não pode ser abstraída da sociedade inteira” (Eliot, 1988, p. 36).

De imediato se edifica, então, uma ponte entre a cultura do “eu” e a cultura do “nós”, que se entende como a cultura do grupo ou do coletivo. Os sentidos antropológicos e sociológicos do conceito de cultura, como já se pôde verificar em pontos anteriores, descrevem um conjunto de “atitudes, crenças, costumes, valores e práticas comumente partilhadas por qualquer grupo”, que pode ser definido por aspetos políticos, geográficos, religiosos, étnicos, entre outras características (Throsby, 2001, p. 4). David Throsby adianta ainda que também ao grupo se pode conferir uma identidade:

As características que definem o grupo podem ser fundamentadas sob a forma de signos, símbolos, textos, linguagem, artefactos, tradição escrita e oral, bem como por outros meios. Uma das funções críticas destas manifestações da cultura do grupo é estabelecer, ou pelo menos contribuir para estabelecer, a identidade distinta do grupo, e assim providenciar um meio pelo qual os membros do grupo se podem diferenciar de membros de outros grupos. (Throsby, 2001, p. 4)

Várias reflexões sobre esta noção de identidade cultural coletiva foram efetuadas no campo das ciências sociais. Moisés de Lemos Martins enumera, a este respeito, os pensamentos de sociólogos como Michel Oriol, que entendia a identidade coletiva como “o produto de dinâmicas que tendem a circunscrever grupos” (Oriol, 1985, citado por Martins, 1990, p. 96); Raymond Ledrut, que considerava a identidade uma “estruturação e unificação da coletividade que acede de alguma maneira à existência” através da “organização e composição do espaço social” (Ledrut, 1983, citado por Martins, 1990, p. 96); ou Pierre Pellegrino, que sugere que “nos processos de identificação social há modalidades espaciais portadoras de diferença” (Pellegrino et al., 1983, citado por Martins, 1990, p. 96). Martins aprofunda este raciocínio de Pellegrino, onde se esclarece que a identidade não é “reduzível a formas espaciais”, convocando também aspetos como a permanência no tempo ou a projeção no futuro, como acontece, respetivamente, na

sociedade rural ou na sociedade urbana. Contudo, sublinha que “a identidade coletiva se cumpre sempre num espaço”, ou, como reiterou o filósofo Martin Heidegger, “habitar é a marca do ser” (Pellegrino et al., 1983, citado por Martins, 1990, p. 96).

Em *Identities, Percursos, Paisagens Culturais: Estudos Sociológicos de Cultura Urbana*, Carlos Fortuna parte de uma reflexão do filósofo norte-americano Fredric Jameson para aprofundar a questão das identidades e da sua relação com o espaço e o tempo:

Vivemos num hiper-espaço, diria Fredric Jameson, que “transcende as capacidades dos indivíduos para se situarem, perceberem e organizarem os seus campos de proximidade e para identificarem cognitivamente a sua posição no mundo exterior” (Jameson, 1984: 83-84). O espaço surge, assim, como elemento caótico das nossas representações e, *ipso facto*, é ele próprio irrepresentável. É no espaço e através dele que se procede a justaposições desordenadas e se forjam fronteiras paradoxais que tornam vulnerável a nossa identidade. Se é neste lado caótico do espaço e do tempo que se fundam muitos dos nossos receios e ambivalências, no entanto, em vista da mútua interdependência das ordens cognitiva e espaço-temporal, é fundamental que saibamos construir novos “mapas cognitivos” que orientem os nossos trajetos e linhas de ação (Jameson, 1988). Para Fredric Jameson, esta é a condição da desalienação dos sujeitos, imposta pela cultura urbana e pelo hiper-espaço que tendem a fazer desaparecer o seu sentido de referência (lugar) e de fronteira (distância). (Fortuna, 2013, p. 27)

Por fim, é ainda possível associar um outro tipo de identidade à cultura do grupo, desta vez baseada não em diferenças espaciais, mas antes em diferenças de classe social e de consumo cultural. Sobre este aspeto, John Storey destaca a abordagem do sociólogo francês Pierre Bourdieu, cujo trabalho ajudou a mostrar “como o poder da classe social opera através do campo da cultura” e “como as ações no campo da cultura ajudam a reproduzir as desigualdades da classe social”, argumentando que as práticas sociais de consumo cultural “ajudam a assegurar e legitimar formas de poder e dominação que estão enraizadas na desigualdade económica” (Storey, 2003, p. 43). É aqui que se encontra o binómio entre cultura popular e cultura de elite, dimensões mutuamente inversas, reflexo da “institucionalização da conexão entre classe e cultura” (Storey, 2003, p. 45).

Regressamos, novamente, à obra de Stuart Hall, onde esta temática é especialmente trabalhada em *Notas sobre a desconstrução do “popular”*. O sociólogo atenta, em primeiro lugar, na dificuldade que advém da abrangência dos termos “popular” e “cultura”, admitindo que

“quando colocamos os dois termos juntos, as dificuldades podem tornar-se tremendas” (Hall, 2003, p. 247). Esta proposição justifica-se pois é possível entender o “popular” de diversas maneiras. Por exemplo, algo que as massas consomem e apreciam imensamente (Hall, 2003, p. 253) pode ser entendido como “popular” da mesma forma que os valores e os costumes (“*folkways*”) do povo (Hall, 2003, p. 256). Perante estas e outras dificuldades que ao termo são inerentes, Hall propõe uma definição mais “incômoda”, já que “considera, em qualquer época, as formas e atividades cujas raízes se situam nas condições sociais e materiais de classes específicas; que estiveram incorporadas nas tradições e práticas populares” (Hall, 2003, p. 257).

Este conceito tem ainda no seu cerne uma outra característica de particular importância. Segundo Stuart Hall, a cultura popular não corresponde simplesmente às “tradições populares de resistência” aos processos de “moralização” das classes trabalhadoras, nem tão somente às “formas que as sobrepõem”, correspondendo, sim, ao “terreno sobre o qual as transformações são operadas” e ao “duplo movimento de conter e resistir” (Hall, 2003, pp. 248-249). Então:

(...) o essencial em uma definição de cultura popular são as relações que colocam a “cultura popular” numa tensão contínua (de relacionamento, influência e antagonismo) com a cultura dominante. Trata-se de uma concepção de cultura que se polariza em torno dessa dialética cultural. Considera o domínio das formas e atividades culturais como um campo sempre variável. Em seguida, atenta para as relações que continuamente estruturam esse campo em formações dominantes e subordinadas. Observa o processo pelo qual essas relações de domínio e subordinação são articuladas. Trata-as como um processo: o processo pelo qual algumas coisas são ativamente preferidas para que outras possam ser destronadas. Em seu centro estão as relações de força mutáveis e irregulares que definem o campo da cultura – isto é, a questão da luta cultural e suas muitas formas. (Hall, 2003, pp. 257-258)

2.2.3. Papel social da arte e da cultura

A dualidade característica do conceito de cultura popular, capaz de conter e conservar identidade tradicional ao mesmo tempo que sulca o terreno para a transformação social, abre as portas a uma outra discussão, desta vez focada no papel social da arte e na função crucial da cultura enquanto motor de desenvolvimento no contexto social.

Como já se compreendeu, a cultura “não se pode isolar de outras dinâmicas sociais e políticas que envolvem hierarquias, diferenças, desigualdades às quais as comunidades profissionais do desenvolvimento não estão, nem devem estar alheias” (Carvalheira, 2018, p. 6). Depreende-se, então, o seguinte:

A cultura tem de ser tratada com os mesmos parâmetros democráticos que os direitos sociais, políticos e cívicos, garantindo a sua distribuição pela população, seguindo uma igualdade de tratamento e oportunidade. Isto também significa a quebra com as visões elitistas e profissionais da cultura, bem como a entrada no debate da democratização, que considera a cultura como um fator de coesão social e identidade coletiva. (Zapata-Barrero, 2016, p. 6)

No contexto europeu, a ligação entre a cultura e os processos de integração social e de democracia é uma hipótese estudada, desde logo, por iniciativas como o Indicator Framework on Culture and Democracy, promovido e desenvolvido pelo Conselho da Europa em conjunto com a Hertie School of Governance. De acordo com o relatório *Cultural Participation and Inclusive Societies – A thematic report based on the Indicator Framework on Culture and Democracy* (List, Kononykhina & Cohen, 2017), este projeto visa explorar as ligações entre a participação cultural de uma população e as características comumente associadas a uma sociedade aberta e inclusiva, como a tolerância ou a confiança, ao mesmo tempo que aborda o impacto das atividades culturais para a democracia e a eficiência económica que deriva do financiamento da cultura, de modo a melhorar a eficácia de políticas culturais.

Entre as conclusões oferecidas por este relatório, encontra-se a noção de que “uma indústria cultural forte pode, de facto, coincidir com níveis mais altos de participação cultural”, o que, por sua vez, pode providenciar pistas sobre onde e de que modo “as políticas ou iniciativas culturais podem contribuir indiretamente para a promoção da coesão social” (List, Kononykhina & Cohen, 2017, p. 29). Conclui-se, ainda, que:

De facto, a cultura tem uma longa tradição enquanto projeto de integração na Europa (...). Na Europa de hoje, contudo, deve ser lembrado que a cultura também tem sido e pode ser usada como uma ferramenta de exclusão. Como Jermyn (2001) apontou, a cultura e a produção política de identidades culturais são dois gumes de uma espada que consegue fomentar a solidariedade, mas que também pode enfatizar diferenças essenciais à definição do “nós” e à exclusão do “outro”. Talvez a lição a ser aprendida seja a de que os valores da tolerância e da confiança – ambos considerados essenciais

para as sociedades inclusivas e fortemente ligados à participação cultural – são a chave para evitar o curso da exclusão. (List, Kononykhina & Cohen, 2017, p. 30)

Segundo a UNESCO, a participação cultural pode ser definida como a “participação em qualquer atividade que, para os indivíduos, representa um meio de aumentar a própria capacidade cultural, informacional e capital, o que ajuda a definir as suas identidades e/ou permite a expressão pessoal” (UNESCO, 2012, citado por List, Kononykhina & Cohen, 2017, p. 10). Esta participação pode tomar uma forma ativa, atribuída aos indivíduos que participam ativamente na criação artística e na expressão criativa, ou passiva, por sua vez atribuída aos que participam no consumo desses produtos culturais. É importante sublinhar que a exposição à cultura “permite que as pessoas reconheçam a importância da diversidade” e que “a criação ativa de arte, independentemente da sua forma, é um veículo essencial à liberdade de expressão” (List, Kononykhina & Cohen, 2017, p. 12).

Seguindo esta perspectiva, deve reconhecer-se o papel relevante que a arte e o artista possuem no desenvolvimento social das comunidades em que se inserem. Ricard Zapata-Barrero observa que vários académicos “exploram os interesses dos artistas em engajar com as culturas das suas comunidades, moldando e contribuindo assim para as culturas onde vivem”, sendo que a maioria considera esta participação como um direito reconhecido no Artigo 27º. da Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde se estabelece que a participação na vida cultural da comunidade é um direito humano básico (Zapata-Barrero, 2016, pp. 7-8).

Na opinião do escritor Herbert Read, “ninguém negará as profundas inter-relações entre o artista e a comunidade. O artista depende da comunidade – vai buscar o seu tom, o seu ritmo, a sua intensidade à sociedade de que é membro” (Read, 1968, citado por Barroso, 2004, p. 85). Paulo Barroso (2004, p. 83) nota que o campo social onde o artista se insere influencia a produção artística tal como a própria arte condiciona o contexto social:

A repercussão social da arte, resultado do seu processo de circulação no meio da sociedade que chega ao seu destinatário ou público consumidor, permite conhecer o raio de ação do campo artístico sobre o campo social, o efeito (interesse, indignação ou indiferença) que a obra desencadeia no público e o seu consumo (interpretação e contemplação ou utilização da obra). (Barroso, 2004, p. 83)

Esta ligação entre a arte, o artista e o contexto social pode entender-se enquanto ferramenta capaz de intervenção, já que “a arte é interpretação da sociedade e tanto pode

corroborar como criticar uma determinada situação social ou certos valores de uma época” (Barroso, 2004, p. 83). Ora, como descrevem os apontamentos de T. S. Eliot, “é certo – e especialmente óbvio quando voltamos nossa atenção para as artes – que, conforme aparecem novos valores, e o pensamento, a sensibilidade e a expressão se tornam mais elaborados, desaparecem alguns valores mais antigos” (Eliot, 1948/1988, p. 38). Ou seja, não só a obra artística reflete as crenças e os valores que caracterizam o contexto social em que é produzida, como também é possível concebê-la enquanto um veículo social para a mudança, para a intervenção e, por isso, para o desenvolvimento. Sobre esta face interventiva que à arte e à cultura está adjacente, sublinham-se as palavras que Sophia de Mello Breyner proferiu em 1975, enquanto deputada eleita à Assembleia Constituinte, num debate sobre a liberdade na criação cultural: “A cultura não existe para enfeitar a vida, mas sim para a transformar – para que o Homem possa construir e construir-se em consciência, em verdade e liberdade e em justiça” (Assembleia Constituinte, 1975).

Admitimos, portanto, a importância que filmes como Bacurau possuem na produção de metáforas que alertem para o reforço de identidade de uma população; ou de iniciativas como o festival Bons Sons, que firma uma aldeia no mapa cultural português e que, por meio da cultura, trabalha para as metas do “desenvolvimento local através da fixação dos mais jovens e da potenciação da economia local”⁵. Reconhecemos, enfim, a profunda ligação que a cultura estabelece com o desenvolvimento, com a certeza de que o trabalho sobre uma destas dimensões deverá sempre ter em conta um olhar cuidado sobre a outra.

2.3. Despovoamento, desertificação e interioridade

Tendo já abordado o leque diverso de possibilidades que a cultura pode oferecer, resta identificar o terreno sobre o qual as dinâmicas da produção e da participação cultural poderão intervir e ajudar, sempre num contexto de proximidade com objetivos do desenvolvimento. No caso desta dissertação, essa problemática diz respeito ao território português, nomeadamente às localidades do interior do país, que se encontram num processo sistemático de despovoamento. Este ponto servirá, portanto, para aprofundar algumas noções a este respeito.

⁵ Retirado de <https://www.bonssons.pt/> a 12 de abril de 2022.

Portugal é um país desorganizado em termos demográficos. Segundo o Instituto Nacional de Estatística, cerca de 44,6 % da população portuguesa residia nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto em 2019⁶. De acordo com os resultados provisórios do Recenseamento da População e Habitação – Censos 2021, o mesmo valor encontra-se situado nos 44,5 %, tendo sofrido uma alteração mínima⁷. Isto mostra que quase metade da população ocupa um território que corresponde, aproximadamente, a apenas 5,5 % da área total do país⁸. Esta acentuada diferença na densidade populacional é assinalada por uma tendência na concentração da população ao longo do litoral continental, em grandes áreas urbanas, o que faz com que Portugal seja “um país assimétrico” onde apenas “cerca de 20 % da população reside numa faixa territorial que desenha, a par com a fronteira com Espanha, um território interior em processo de desertificação” (Nascimento, 2018, p. 53).

Desta assimetria demográfica resultam diversas consequências. Os epicentros populacionais, como é o caso da Área Metropolitana de Lisboa, tornam-se sobrelotados, “cabeças maiores que o corpo” que crescem de forma desordenada e desequilibrada (Fernandes, 2017). Em contrapartida, os municípios do interior caracterizam-se por um alto índice de envelhecimento, baixas taxas de natalidade e aumento do desemprego (Garcia, Silva, Andrade & Ramos, 2020, p. 4). O geógrafo João Ferrão descreve “um país que corre a duas velocidades”, dividido entre o território interior e o litoral:

Ao longo de décadas foram-se acentuando as diferenças entre interior e litoral que contribuíram para a existência de um país que corre a duas velocidades, com muita gente concentrada numa parte (litoral) e uma marginalidade geográfica evidenciada pelas regiões do interior. À interioridade estão associados três elementos fundamentais: uma situação de subdesenvolvimento, uma causa principal que diz respeito ao isolamento e a dificuldades de acesso às áreas mais dinâmicas, localizadas no litoral, e a uma consequência de enorme gravidade: a desertificação. (Ferrão, 1997, citado por Nascimento, 2018, p. 54)

É importante, desde já, esclarecer o verdadeiro significado do termo desertificação. Na verdade, este “é um processo gradual de perda de produtividade do solo e de diminuição da

⁶ Retirado de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&contecto=pi&indOcorrCod=0008273&selTab=tab0 a 13 de junho de 2022

⁷ Retirado de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&contecto=pi&indOcorrCod=0011166&selTab=tab0 a 13 de junho de 2022

⁸ Retirado de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&contecto=pi&indOcorrCod=0008350&selTab=tab0 a 13 de junho de 2022

cobertura vegetal por causa da interação das atividades humanas com as condições ambientais marcadas por situações de seca e aridez” (Roxo & Machado, 2019, p. 237). Apesar de este ser um problema grave que afeta, de facto, o território português, é frequente o uso incorreto do seu conceito, comumente associado ao “abandono da terra, êxodo rural, fracas condições de vida, isolamento e falta de oportunidades de emprego” por entidades como os *mass media* ou em ocasiões como o discurso político em campanhas eleitorais (Roxo & Cortesão, 2003, p. 8). Compreende-se, portanto, que a ideia equivocada de que a desertificação é “o despovoamento dos territórios (contida, aliás, em expressões tão comuns como: desertificação do interior ou desertificação dos centros das cidades)” é um dos fatores que têm dificultado o combate a esta problemática (Roxo & Machado, 2019, p. 237).

Tendo já esclarecido o seu significado concreto, a esta dissertação não interessa tanto abordar a desertificação dos solos do interior do país, mas antes o conceito com o qual tão frequentemente é confundida: o despovoamento. As assimetrias demográficas regionais que acima foram discutidas são consequentes desse processo, uma “realidade geográfica complexa, dinâmica e relacional” que “limita o desenvolvimento de regiões e o acesso das respetivas populações a recursos e condições de vida essenciais para assegurarem a sua cidadania plena” (Baronet, 2012, p. 16).

Na sua génese, o despovoamento é um fenómeno que deriva da construção social de trajetórias de saída. Esta construção deve-se, entre outras razões, “à relação entre as oportunidades de emprego, as disposições individuais de crer e agir próprias dos/as jovens [...] e as condições sociais objetivas em que se encontram (sexo, idade, estado civil, habilitações, condição de classe, entre outros)” (Baronet, 2012, p. 4).

Segundo João Ferrão, “o despovoamento enquanto problema estrutural nasce como consequência da saturação de um modelo de sociedade rural alicerçado em sistemas agrícolas cuja sobrevivência apenas era possível com base em situações extremas de pobreza e dureza das condições de vida” (Ferrão, 2018, p. 14). O geógrafo explana que, a partir da década de 1950, os impactos da modernização tardia em Portugal vieram agravar esse efeito de saturação, provocando o surgimento de um país socialmente dividido:

À sociedade rural até então prevalecente opõe-se agora uma sociedade dualista, para recorrer às palavras de Adérito Sedas Nunes, que coloca em confronto, por um lado, o país urbano-industrial moderno, emergente, crescentemente infraestruturado, atrativo e

com níveis de educação e literacia mais elevados, e, pelo outro, o país da sociedade rural tradicional, em perda demográfica, económica e social, fustigado pela emigração e pela deslocação das populações para as cidades, pelo declínio das atividades agrícolas e por condições precárias de acessibilidade e de mobilidade física e social. (...) A mecanização das atividades agrícolas, a crescente concorrência de produtos alimentares importados e a imagem social da agricultura como um setor 'do passado', e por isso pouco atrativo para os jovens, concorrem, entre outros fatores, para acentuar o declínio demográfico dos municípios onde a saturação do modelo rural tradicional se fez sentir (Ferrão, 2018, p. 15)

Com o passar dos anos, e com a evolução para uma agricultura modernizada e intensiva, fatores como “o deslaçamento de uma interdependência de base territorial reciprocamente benéfica entre ecologia, comunidade e economia” fazem com que o despovoamento se torne numa inevitabilidade em áreas rurais. Hoje, escreve João Ferrão, este problema constitui a regra na maior parte dos municípios do designado “interior”, sendo que para muitos deles as quebras demográficas previstas até 2030 são superiores a 20 % (Ferrão, 2018, p. 16). Perante esta realidade, tornam-se evidentes as consequências sociais causadas nos territórios abandonados:

Os tempos são de hoje mas, os outros, os de outrora, ficam na memória. Já não existem bailes. As ruas são desertas ou frequentadas pelos escassos idosos que lá vivem. Os gritos das brincadeiras das crianças parecem um eco remoto; e até o barulho do gado já não é o mesmo. O número reduzido de crianças leva ao encerramento de escolas. A saída dos jovens extingue o rebuliço. Os migrantes buscam melhores condições de vida noutros locais, alguns além-fronteiras. (Lima, 2010, citado por Baronet, 2012, p. 2)

É no contexto deste êxodo demográfico para as grandes cidades que se generaliza o recurso à expressão “interior”, cujo termo é tomado neste âmbito como sendo o oposto ao litoral, contrariamente ao que sucedia nos livros antigos de geografia, onde a palavra designava o “miolo do país” correspondente às áreas que não eram litorais nem fronteiriças (Ferrão, 2018, p. 15). Há, então, que abordar os aspetos que definem e delinham os limites dos territórios de interioridade em Portugal.

O artigo *O que define a interioridade?*, publicado pela Revista Gerador, explica que o Mapa dos Territórios do Interior, proposto pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses e cuja portaria foi lançada em 2017, serviu para delimitar os territórios beneficiados pelo PNCT –

Programa Nacional para a Coesão Territorial (Brito & Craveiro, 2021). A delimitação dos territórios incluídos neste mapa teve em conta os seguintes critérios:

O mais importante é o que se relaciona com a densidade populacional, que pesou 50 %. Depois, com um peso relativo de 10 %, foram considerados outros cinco aspetos: um territorial, que analisa questões como o uso do solo; outro demográfico, que atende a fatores como a variação populacional, ou a relação entre idosos e jovens na pirâmide demográfica; o perfil de povoamento, que observa as percentagens da população rural e urbana; uma vertente socioeconómica, que atende a critérios como o rendimento médio mensal ou o peso da população com o terceiro ciclo do ensino básico; e ainda o perfil de acessibilidade, que tem em conta as condições de acesso à sede do concelho, à capital do distrito ou à capital regional. (Brito & Craveiro, 2021)

A partir destas delimitações, depreende-se que o conceito de interioridade se adequa a “165 dos 278 municípios de Portugal continental, distribuídos por 21 das 23 NUT III (Nomenclatura de Unidade Territorial), com uma população de 2,2 milhões, cerca de 20% da população nacional, distribuída por 66.500 km²” (Nascimento, 2018, p. 54). Importa, por isso, salientar que, devido à vasta área geográfica compreendida dentro do termo “interior”, é possível a identificação de “vários interiores” no território nacional. O artigo da Revista Gerador aborda este ponto através de diversos pontos de vista:

Para Alcides Monteiro, sociólogo da Universidade da Beira Interior, a «dualidade» litoral-interior existe. Mas «temos vários interiores e não só um», nota.

Por outro lado, Luís André Sá [fundador e diretor artístico do Festival Planalto] afirma a necessidade de olhar para o país como um todo e só depois para os vários territórios e as suas especificidades. «Enquanto planeamento, enquanto pensamento, vejo o país como uma tábua rasa, no sentido de igualdade.» Não obstante, defende que é preciso ter em conta as características de cada território:

«Perceber que o interior alentejano não é igual ao interior algarvio, que o algarvio não é igual ao transmontano, e que o transmontano não é igual ao beirão. E mesmo dentro destes interiores, do beirão, por exemplo, o de Castelo Branco é diferente do interior desta Beira Alta.» (Brito & Craveiro, 2021)

No entanto, deve enfatizar-se que esta realidade não se restringe nem se deve compreender apenas pela sua dimensão geográfica. No texto supramencionado, a ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, declara que “não nos deve prender a questão da geografia”,

mas antes a “questão socioeconómica”, pois “haverá eventualmente alguns territórios que, até sendo litoral [geográfico], são interior socioeconómico”. Já André Barata, professor na Universidade da Beira Interior, argumenta que a dicotomia entre o interior e o resto do país “faz passar por territorial ‘uma desigualdade’ que é da ‘ordem do social e do político’” (Brito & Craveiro, 2021).

2.4. A cultura como veículo de desenvolvimento para territórios despovoados

Perante este cenário, que há décadas se vem agravando em Portugal, o combate ao despovoamento das regiões do interior surge cada vez mais como uma preocupação. João Ferrão sublinha que este problema “deve ser prevenido (onde ainda não se verifica), combatido (onde parece ser reversível ou controlável) ou gerido (onde dificilmente poderá ser estancado) a partir de uma perspetiva integrada de desenvolvimento territorial que tenha como referencial uma visão estratégica nacional” (Ferrão, 2018, p. 19).

O Glossário do Desenvolvimento Territorial, concebido pela Comissão Europeia dos Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território do Conselho da Europa (CEMAT), entende desenvolvimento territorial como:

O processo através do qual a geografia dos territórios habitados pelas sociedades humanas é progressivamente transformada. Envolve componentes físicas (infraestruturas, paisagens rurais e urbanas, etc.), mas também a estrutura territorial ou o padrão do povoamento, isto é, a distribuição geográfica da população e das atividades humanas, em particular a dimensão das cidades e as relações que se estabelecem entre elas. (CEMAT, 2011, pp. 9-10)

O desenvolvimento territorial tem sido uma aposta cada vez mais presente nas agendas políticas do Governo de Portugal, tendo em 2019 sido concebida uma nova área governativa – o ministério da Coesão Territorial – cuja missão passa pela formulação e execução de “políticas de coesão territorial, de administração local, do ordenamento do território, de cidades, de cooperação territorial europeia, de desenvolvimento regional e de valorização do interior”, atendendo especialmente à redução das desigualdades territoriais, ao desenvolvimento equilibrado do território, às especificidades das áreas com baixa densidade populacional e aos territórios transfronteiriços (Decreto-Lei n.º 32/2022, Art.º 28.º, Ponto 1). Neste sentido, foram criadas iniciativas como o PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, um

“instrumento de topo do sistema de gestão territorial, define objetivos e opções estratégicas de desenvolvimento territorial e estabelece o modelo de organização do território nacional”⁹, e o Programa de Valorização do Interior (PVI), que veio suceder ao PNCT, que apresenta os seguintes eixos de intervenção: eixo 1: valorizar os recursos endógenos e a capacidade empresarial do interior; eixo 2: promover a cooperação transfronteiriça para internacionalização de bens e serviços; eixo 3: captar investimento e fixar pessoas no interior; e eixo 4: tornar os territórios do interior mais competitivos (Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2020).

Uma breve análise às medidas e iniciativas promovidas por estes programas permite a conclusão de que as estratégias apresentadas são de um cariz sobretudo económico, competitivo e empresarial. O foco desta dissertação centra-se, contudo, na relação entre o desenvolvimento, o despovoamento e a cultura, raciocinando de que maneira as dimensões culturais podem agir enquanto veículo de desenvolvimento em territórios despovoados do interior. Não obstante, o carácter abrangente do desenvolvimento territorial, utilizado como objetivo de políticas públicas, “resulta do facto de não se visar apenas o crescimento económico das respetivas regiões, mas também a sua sustentabilidade do ponto de vista económico, social, ambiental e cultural” (CEMAT, 2011, p. 10). No entanto, nos quatro eixos de intervenção que o PVI apresenta, apenas no ponto iv) do Eixo 4 é dado um lugar de destaque à cultura:

Cultura mais Próxima: orientado para ao acesso das populações ao património cultural de elevado valor, fomentando o turismo cultural através da itinerância ou da cedência de obras de arte das reservas dos museus nacionais para espaços museológicos localizados nos territórios do interior; orientada para o desenvolvimento e dinamização cultural, e fomentando a mobilidade geográfica de artistas que se queiram fixar no interior; orientado para garantir o acesso à fruição artística e produção cultural, corrigindo as desigualdades de acesso, através do Plano Nacional das Artes; inclui projetos de cocriação artística que integrem a comunidade local e que a envolva nos processos de capacitação e de promoção cultural do território. (Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2020)

Recuperando a definição oferecida pela UNESCO, que admite a cultura como sendo o “conjunto de características espirituais, materiais, intelectuais e emocionais diferenciadoras de uma sociedade ou de um grupo social”, compreendendo em si as artes, os estilos de vida, as

⁹ Retirado de <https://bnpot.dgterritorio.gov.pt/bnpot> a 15 de outubro de 2022

maneiras de viver em conjunto, os sistemas de valores, as tradições e as convicções (UNESCO, 2001, p. 1), verificamos que o seu conceito se torna indissociável do de território:

O território não é uma simples realidade geográfica – um suporte físico de vida. Pelo contrário, os territórios são meios de vida, patamares de organização coletiva, contextos de ação e de iniciativa – são recursos em que as pessoas se reconhecem e que, por isso, utilizam. Os territórios são também a base precisa para que se exerçam solidariedades e se mobilizem capacidades. Eles formam-se pela proximidade e consolidam-se pelas relações de que são parte. Um território integrado em relações importantes, insularizado, remetido para a sua natureza básica de espaço geográfico não é, verdadeiramente, um território – é apenas um espaço confinado. (Reis, 1997, citado por Nascimento, 2018, p. 55)

Esta simbiose entre as noções de território e de cultura é de extrema importância no contexto do desenvolvimento de regiões de interioridade. No artigo *Em busca de um lugar no mapa*, João Teixeira Lopes escreve que as atividades culturais são capazes de “colocar no mapa territórios esquecidos ou marginais” e que, “para algumas cidades de pequena dimensão, a estruturação de um campo cultural ativo pode ser o elemento decisivo de uma estratégia de desenvolvimento que não se limite à visão autárquica do paradigma endógeno” (Lopes, 2000, pp. 81-82). O sociólogo explana o “papel preponderante” do poder local enquanto “elemento animador e regulador dos processos de mudança”, sublinhando que “as autarquias são as entidades privilegiadas para organizarem e gerirem o ‘jogo’ local de relações, isto é, a rede de agentes direta ou indiretamente envolvidos, os seus interesses e os seus conflitos” (Lopes, 2000, p. 83).

De facto, a centralidade dos municípios na formulação e aplicação de políticas culturais é uma característica geral no território nacional. De acordo com Augusto Santos Silva, são raras as freguesias que “agem de moto próprio e com objetivos específicos no domínio cultural, se descontarmos o apoio, sempre vivaz, às manifestações culturais tradicionais, como a associação recreativa, o grupo folclórico ou a banda de música”, sendo que mesmo estas atuam, de um modo geral, “por mandato e no quadro de ação definido pela câmara municipal” (Silva, 2007, p. 12). Esta realidade não é, contudo, desprovida dos seus próprios e característicos obstáculos:

A generalidade dos autarcas tem grande dificuldade em entender, de forma não instrumental, a natureza e o alcance das manifestações que resultam destes ambientes urbanos e se concretizam em participação, interação e expressão cultural (...) já sabem

que é preciso, por exemplo, diversificar os programas das festas concelhias (...) Mas têm avançado bastante menos no plano de uma leitura mais sociopolítica das raízes e do significado das novas possibilidades e expressões urbanas, na sua articulação com os desafios e as oportunidades de evitar a degradação das condições e dos modos de vida nas cidades de hoje e melhorar, nelas, o grau e as formas de coesão social. (Silva, 1995, citado por Lopes, 2000, p. 87)

Importa, por isso, refletir brevemente sobre o papel central que os municípios detêm enquanto atores políticos e sobre as potencialidades da política cultural num panorama autárquico e urbano em cidades de pequena ou média dimensão, já que, na opinião de Rui Matoso, “é ao nível municipal, nos territórios de proximidade, na construção da democracia local participativa e na vitalidade cultural das cidades (vilas e aldeias) que o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos (...) se realiza, ou não”, e que “é na vida cultural das cidades (...) que se mede a importância das artes, o desenvolvimento e a formação de públicos e de espectadores emancipados, mas também a liberdade e autonomia cívica e cultural de todos” (Matoso, 2018).

Em *Como abordar as políticas culturais autárquicas?*, Augusto Santos Silva escreve que, “vinte anos depois da integração europeia de Portugal, já não parece possível descrever o panorama cultural nacional sem tratar as autarquias como atores de parte inteira” (Silva, 2007, p. 24). Ao caracterizar o padrão de intervenção autárquica entre a segunda metade da década de 1980 e o fim do primeiro quinquénio do século XXI, o sociólogo aponta os seguintes traços:

- “Uma pronunciada e contínua ênfase no investimento na obra física — e na obra física de média e grande dimensão, o ‘equipamento cultural’”, da qual são exemplos as bibliotecas, os museus e os auditórios, mas uma “bem menor atenção à dimensão do funcionamento”, que se explica pela “relação objetiva entre o projeto e a realização do equipamento, que demoram anos, e a abertura e atividade subsequentes”, e pela “própria lógica global da atuação autárquica, privilegiando constantemente a obra física, imediatamente visível e por isso valendo muito em termos eleitorais” (Silva, 2007, pp. 24-25);
- Uma preocupação na questão do “acesso das populações aos bens culturais”, cuja abordagem se traduz, tipicamente, “não do lado da produção e legitimação das criações, mas sim do lado das condições da sua receção” (Silva, 2007, p. 25). São privilegiadas localmente as “políticas de primeira geração — promoção da oferta de equipamentos e obras culturais — e segunda geração — promoção da formação dos

recetores — e não políticas de terceira geração — as que intervêm também do lado das práticas de criação artística, e do ponto de vista da democratização do acesso, já não apenas ao consumo cultural, mas à (re)criação cultural” (Lopes, 2003, citado por Silva, 2007, pp. 25-26);

- Um “relacionamento dominante, senão mesmo exclusivo”, com o sistema escolar, público ao qual “se dirige esmagadoramente a atividade dos serviços e programas educativos de museus, bibliotecas ou auditórios”, e com o meio associativo, já que a participação das associações se revela “vital para a quase totalidade das políticas municipais”, não só pela sua qualidade de “geradoras e organizadoras de grande parte dos eventos” e por serem “depositárias de tradições”, mas também por mobilizarem públicos próprios e trazerem “notoriedade, prestígio e influência essenciais para os processos de legitimação política” (Silva, 2007, p. 26);
- Uma “obrigação incontornável” para com as tradições locais, “continuamente re / criadas”. A “dimensão identitária, definindo símbolos e emblemas comunitários (Fortuna e Peixoto, 2002), a dimensão festiva, nomeadamente estival, e a dimensão socializadora, envolvendo ao rés-do-chão dos quadros de interação uma constante dialética entre identidade e ação (Costa, 1999)”, são partes constituintes da atividade cultural dos municípios de pequeno e médio porte demográfico, “uma espécie de denominador comum sobre o qual a generalidade das políticas locais alicerça o seu fundamento social” (Silva, 2007, p. 26);
- Finalmente, uma necessidade, “não menos premente do que a viragem da comunidade para ‘dentro’ de si mesma (para o seu passado, património, território, círculos de sociabilidade, usos, emblemas...)”, de se “projetar para fora, regional, nacional ou internacionalmente”, necessidade essa “imaneente à ação e à comunicação social e política, mas a que o turismo, de um lado, e, do outro, a competição interlocal e inter-regional por pessoas, investimentos e poder, vieram conferir outra densidade” (Silva, 2007, p. 26). Neste sentido, Santos Silva destaca a “funcionalidade dos grandes eventos culturais para a visibilidade e a projeção supralocal”, já que estes, mesmo quando “são escassos os efeitos no alargamento e formação de públicos *locais*”, são capazes de conferir “uma outra dimensão à imagem identitária da cidade” e de proporcionar “um recurso simbólico decisivo na visibilidade e no marketing da cidade”, “tendendo a fidelizar uma elite de consumidores e

praticantes culturais e a inscrever alguns agentes locais numa rede de amplitude global” (Silva, 2007, p. 27).

Tendo em conta as características deste padrão generalizado de intervenções autárquicas a nível cultural, diagnosticadas já em 2007, é necessário ter em mente as potencialidades dos territórios de pequena e média dimensão, como são a maioria das localidades do interior, bem como as adversidades que estes encontram no trabalho cultural enquanto caminho de desenvolvimento. Sobre estas últimas, Pedro Costa refere a pequena escala como um pesado obstáculo para os campos culturais, em particular para a esfera da criação/produção, pois estes dependem das “condições locativas e tecnológicas (acesso aos meios de produção e *inputs* requeridos e a recursos humanos qualificados)” (Costa, 1999, citado por Lopes, 2000, p. 82). O investigador nota ainda a “brutal concentração” de equipamentos culturais, de públicos e de profissionais nas duas áreas metropolitanas, com destaque para a Grande Lisboa, o que permite depreender que o ambiente dos meios urbanos favorece a localização das esferas da criação/produção e da receção/consumo (Lopes, 2000, pp. 84-85).

No entanto, João Teixeira Lopes julga “apressado ou redutor postular um qualquer tipo de impossibilidade de desenvolvimento dos ‘mundos da cultura’ em cidades de pequena dimensão”, alegando estudos e autores que demonstram a inexistência de “uma relação determinista inequívoca entre dimensão e densidade populacional e nível de pujança cultural” e um “sentido positivo na relação entre os municípios de pequena dimensão e o investimento no setor da cultura” (Lopes, 2000, p. 85). O sociólogo considera ainda que:

De facto, ao contrário das visões fatalistas de uma globalização que apenas uniformiza em função dos interesses económicos dos centros dominantes (...), acreditamos na possibilidade de cruzamentos e interpenetrações resultantes de movimentos de diversificação territorial e cultural. Entre um modelo que reifica a perspetiva de “um centro que fala e periferias que escutam”, e um outro que se traduz por “vários centros e periferias em diálogo”, preferimos este último, ainda que cientes das condições extremamente desiguais em que tal diálogo, com dificuldade, se processa”. (Lopes, 2000, p. 82)

Ao refletir sobre as situações distintas de territórios com diferente potencial de valorização com vista a eventuais projetos de revitalização urbana no artigo *Políticas Culturais Urbanas*, Maria de Lourdes Lima dos Santos frisa também esta ideia de diálogo e de cooperação entre localidades:

É importante que os espaços territoriais não fiquem isolados, fechados e periferizados e para isso é preciso que as políticas de regeneração ou revitalização invistam no desenvolver das externalidades – externalidades de proximidade, de diversidade e de acessibilidade – a serem dinamizadas entre as cidades médias (...), procurando rentabilizar disponibilidades em recursos humanos, técnicos, financeiros. Em suma, a valorização a nível local não dispensa a abertura ao exterior. E este exterior é também, cada vez mais, supra-local. (Santos, 2007, p. 87)

É de igual modo relevante sublinhar a ambivalência inerente às cidades de menor dimensão demográfica, já que, por um lado, possuem um contexto “favorável ao interconhecimento” que permite “arranjos e concertações felizes em torno da definição de uma identidade local e de projetos estruturantes”, mas que, por outro lado, são capazes de gerar “conflitos dificilmente sanáveis entre agentes e instituições que lutam por palcos de protagonismo e pelo monopólio de recursos escassos”. Semelhantemente, o forte intervencionismo do poder local, acima diagnosticado e que é “legitimado, em boa parte, pela debilidade da sociedade civil ou pela exiguidade do setor privado implicado na produção e distribuição culturais”, “cria redes clientelares e mesmo efeitos perversos de imposição arbitrária de segmentos particulares de gosto” (Lopes, 2000, p. 83).

Para João Teixeira Lopes, uma alteração de atitude política resultará “não tanto de uma valorização expressiva da cultura ou de uma crença nas suas potencialidades intrínsecas, mas antes da crescente possibilidade de demonstração dos seus efeitos nas estruturas económicas locais”. Neste sentido, o investigador aponta medidas como a “atração de segmentos qualificados da população ativa, da criação de emprego (e o emprego, no setor cultural, tem um efeito multiplicador, como referem vários economistas)”, o “incremento do turismo cultural (com consequências benéficas na instalação de hotéis e empresas de transporte)”, e a “captação de algum investimento externo” (Lopes, 2000, p. 87). Uma das ilações do estudo *Património Cultural em Portugal: Avaliação do Valor Económico e Social* está, também, de acordo com o que aqui tem sido referido, pois nota a “importância da permeabilidade dos diferentes sectores da política pública no que diz respeito à ativação do potencial económico e social do património cultural”, apontando como “determinante” a definição de uma política concentrada entre Turismo e Cultura capaz de mapear, analisar e classificar os recursos patrimoniais – “tanto do campo da cultura (material e imaterial), como do campo da natureza” – de acordo com o potencial de gerar valor para determinado território (Gonçalves, Carvalho & Tavares, 2020, p. 194).

Maria de Lourdes Lima dos Santos aponta ainda alguns dilemas estratégicos relativos aos desafios das políticas culturais urbanas. Sublinham-se aqui duas questões: a da gentrificação, relativa a dilemas espaciais baseados nas tensões entre o centro e a periferia; e a questão dos eventos culturais, relativa a dilemas de investimento na cultura em ações efémeras *versus* ações permanentes (Santos, 2007, pp. 88-89). Sobre a primeira, a investigadora considera “paradoxal” que uma estratégia de revitalização urbana baseada em políticas culturais de recuperação do património e de incentivo a atividades culturais e artísticas possa provocar, para além de resultados positivos, a “exclusão dos anteriores residentes dos espaços reabilitados quando não mesmo de alguns artistas menos abonados implicados no processo de gentrificação, mas eles próprios incapazes de aguentar a subsequente subida de custos (da habitação, dos preços praticados no novo comércio local, etc.)”, e invoca a participação ativa das populações, refletida na união entre as políticas culturais urbanas de recuperação de espaços e “as políticas sociais de ‘recuperação’ das pessoas que os habitavam”, como um fator necessário para o controlo dos riscos da gentrificação (Santos, 2007, p. 89).

No que toca à questão dos eventos culturais, a polémica coloca-se “pelo facto de os grandes eventos culturais serem positivamente valorizados por uns como detonadores de dinamização da vida cultural local e depreciados por outros que os consideram condenados à efemeridade” (Santos, 2007, p. 89). A socióloga esclarece que, para além de existirem eventos, como capitais europeias de cultura, que não cabem neste dilema efémero/permanente, estes são capazes de impactos que não são “fatalmente efémeros”, como o fomento de emprego para o sector das artes ou o aumento da atração turística para determinada localidade. Ademais:

Se já é positivo que os eventos sejam por si mesmos uma forma de revitalização do espaço público urbano, eles necessitam particular atenção das políticas culturais urbanas no sentido de serem acompanhados de um programa prévio coerente, com meios que assegurem uma futura projeção das ações programadas, com uma monitorização e um balanço que visem a continuidade das dinâmicas geradas – o dilema efémero/permanente poderá, assim, também ele, ser ultrapassado. (Santos, 2007, p. 90)

Os eventos culturais criados e dinamizados em regiões despovoadas e em territórios de interioridade, com a preocupação em trabalhar a arte e a cultura e de as relacionar com o desenvolvimento, são uma realidade cada vez mais presente no nosso país. Iniciativas como o já referido festival Bons Sons, na freguesia de Cem Soldos, ou o CineEco – Festival Internacional de

Cinema Ambiental da Serra da Estrela, que acontece em Seia, e projetos como o Música Portuguesa a Gostar Dela Própria, um repositório online que documenta o património da tradição oral portuguesa, surgem no meio de tantas outras que abordam estas problemáticas e fomentam a preocupação e a participação ativa das suas populações, constituindo exemplos perfeitos “de como os jovens – e não só –, em Portugal, estão afincados em contrariar o abandono das aldeias e comunidades mais remotas, numa resistência que se forma através da cultura” (Veiga, 2022).

Convém ainda ressaltar, finalmente, que “é preciso coragem política para se apostar na cultura, nomeadamente como mecanismo de coesão e desenvolvimento de um território em processo de sangria populacional” (Nascimento, 2018, pp. 59-60). Entre as adversidades enumeradas ao longo deste ponto, juntam-se aquelas que são próprias de um país cujo setor cultural é caracterizado pela precariedade na generalidade dos postos de trabalho culturais, sucessivamente contestada em manifestações públicas, e pelo fraco investimento na área da cultura, que no Orçamento do Estado 2023 corresponde apenas a 0,43% da despesa total consolidada da administração central (Salema, 2022). É preciso, sim, coragem política para apostar na cultura, como escreve Luís Miguel Fonseca do Nascimento:

(...) Mas os agentes, públicos e privados, que o fizerem, concretizando uma linha cultural de valorização do potencial endógeno que, sem desvirtuar a essência da memória e da identidade, consiga metamorfosear tempos e espaços de intervenção geradores de riqueza e postos de trabalho, poderão prestar um contributo inestimável para a coesão e desenvolvimento dos territórios do interior de Portugal. (Nascimento, 2018, pp. 59-60)

Interessa, então, aprofundar a relação entre a produção cultural e o desenvolvimento territorial no contexto regional, com o intuito de cimentar a cultura como um elemento fundamental no combate ao despovoamento do interior português. É com esta proposta que avançaremos para os capítulos seguintes desta dissertação.

3. Enquadramento Metodológico

3.1. Questões de partida, fases de trabalho e objetivos

Partiu-se para este projeto com o propósito principal de estabelecer relações entre a cultura, o desenvolvimento e o despovoamento dos territórios de interioridade em Portugal. Assim, formularam-se à partida duas questões centrais que guiaram o curso da investigação ao longo de todas as fases de trabalho:

- De que maneira o despovoamento afeta a produção cultural nas regiões do interior?
- Como pode a cultura estar relacionada com possíveis soluções para o problema do despovoamento?

A partir das questões elaboradas, fundaram-se objetivos concretos para cada uma das diferentes fases de trabalho, com o intuito principal de oferecer respostas a essas perguntas e de estabelecer relações entre as diferentes realidades da produção cultural e do desenvolvimento no contexto de localidades do interior português em processo de despovoamento.

Portanto, o presente projeto manifestou-se, numa primeira fase, através da realização da iniciativa “Cá Dentro – Conversa sobre a relação entre cultura, despovoamento e organização do território interior português”, um evento em formato de colóquio que objetivou, principalmente, a organização de uma discussão multidisciplinar capaz de relacionar a cultura e a produção cultural com os fenómenos do despovoamento e da organização do território. Este evento, de cariz informal e aberto ao público, pretendeu fomentar o debate e a troca de ideias entre: produtores e representantes de associações culturais que produzam e dinamizem iniciativas culturais em regiões do interior; artistas com sede ou foco de ação em regiões de interioridade que tenham, na sua obra, abordado o despovoamento ou o interior, ou cujas preocupações passem por conservar costumes tradicionais de zonas do interior do país; e investigadores cujo objeto de estudo passe pela análise dos desequilíbrios socioculturais resultantes dos processos de despovoamento e por políticas culturais capazes de abordar esta problemática.

Pretendeu-se, desta forma, promover uma discussão multidisciplinar sobre a cultura no interior, aproveitando o carácter aberto deste evento para dar a conhecer esta problemática ao público em geral e para cimentar a sua relevância na discussão pública. Outro dos objetivos foi o de divulgar o trabalho e as iniciativas dos envolvidos, ao mesmo tempo que se divulgou, de igual

forma, a Semana Cultural de Penalva de Alva, um festival cultural organizado anualmente pela Sociedade Recreativa Penalvense que acolheu esta conversa e sobre o qual se falará mais adiante nesta dissertação.

A conversa “Cá Dentro” serviu também para dar o ponto de partida para a investigação que se realizou posteriormente, levantando questões que foram abordadas ao longo da segunda fase do projeto, que se traduziu na realização de entrevistas a entidades e agentes culturais envolvidos na produção cultural em localidades despovoadas ou de interioridade. Estas entrevistas partiram dos temas discutidos no colóquio com o intuito principal de aprofundar a investigação sobre os mesmos, recolhendo depoimentos capazes de descrever as experiências, expectativas, objetivos e dificuldades de quem trabalha a cultura nestas regiões. Dada a natureza polivalente das temáticas abordadas nesta dissertação, e tal como foi feito de um modo semelhante durante o evento “Cá Dentro”, procurou-se fomentar a interatividade e a troca de ideias entre investigador e entrevistados durante esta fase de trabalho, incentivando uma conversa aberta, fluída e, portanto, melhor capaz de descrever em pleno as vivências de quem trabalha a cultura numa perspetiva de desenvolvimento local.

A terceira e última fase deste projeto correspondeu à análise qualitativa dos dados obtidos na conversa e dos depoimentos recolhidos em entrevista. Foi ainda realizado um trabalho de pesquisa bibliográfica e documental, transversal a todas as fases de concretização deste projeto, capaz de contextualizar as ideias discutidas no colóquio e em entrevista, bem como de as relacionar com conceitos, teorias e estatísticas obtidas a partir de documentos orientadores das matérias em questão. Será na relação entre a análise dos dados recolhidos e os resultados da pesquisa que este projeto tentará responder às suas questões de partida e, assim, encontrar as suas conclusões.

3.2. O projeto “Cá Dentro”

Estabelecida, então, a intenção de trabalhar sobre o cruzamento entre a cultura, o desenvolvimento e o despovoamento dos territórios de interioridade em Portugal, surgem algumas questões relativas às metodologias utilizadas ao longo de todas as fases desta investigação.

Para François Dubet, existem três dimensões fundamentais que inevitavelmente colocam as ciências sociais no campo da intervenção: a sua reflexividade, dado que “exigem a produção

de sentido e essa produção de sentido é em si mesmo produtora e transformadora dos objetos”; o facto de as ciências sociais, para além de produzirem sentido, serem também produtoras do próprio problema social através da desconstrução e reconstrução dos objetos sociais, estando o cientista social mergulhado na transformação social, na produção e na estruturação do mundo, em conversa permanente com os atores sociais que o compõem, ou, por outras palavras, o cientista social “constrói a sociedade ao mesmo tempo que pretende compreendê-la”; por fim, a análise sociológica pode encarar-se como uma “forma de ação coletiva”, dado que “a produção de conhecimento é realizada num contexto de dinâmicas sociais e de poder pelo que compreender já é agir na mudança social” (Dubet, 2001, citado por Guerra, 2003, pp. 74-75).

Neste sentido, a conversa “Cá Dentro” caracteriza-se por ser um projeto de intervenção sociológica na medida em que o investigador se assumiu como o organizador desta iniciativa, tencionando, dessa maneira, perceber melhor a realidade social sobre a qual se propôs trabalhar. Ficou à sua responsabilidade não só a escolha dos intervenientes no colóquio, cuja participação contribuiu para uma melhor perceção das temáticas abordadas, como também a sua moderação e a redação, organização e apresentação das perguntas orientadoras da interlocução. Estas e outras responsabilidades do investigador, que passaram, por exemplo, pela divulgação e organização logística do evento, serão mais adiante explanadas detalhadamente.

A pesquisa-ação, uma metodologia ancorada na “relação entre teoria e ação defendendo que essa rearticulação permite outra forma de produzir, simultaneamente, o conhecimento e a mudança, através da partilha de saberes entre atores e investigadores”, foi um dos modelos metodológicos aqui levados a cabo. Com a sua utilização, e dada a natureza abrangente das temáticas que durante este evento foram abordadas, pretendeu-se estudar “os fenómenos na sua globalidade (...), procurando na complexidade dos fenómenos sociais as variáveis estruturadoras da mudança”, e, assim, “elaborar saberes que tomem as situações sociais inteligíveis, parcialmente previsíveis e influenciáveis num contexto de «socialização da sociologia» onde os diferentes atores sociais são considerados, eles próprios como produtores do conhecimento” (Guerra, 2003, pp. 75-76).

Este evento, que foi aberto ao público enquanto iniciativa organizada conjuntamente com a Semana Cultural de Penalva de Alva, serviu ainda como o ponto de partida da investigação, tendo esta conversa sido encarada metodologicamente como um grupo de foco. O grupo de foco, ou *focus group*, é definido por David L. Morgan como “uma técnica de investigação de recolha de

dados através da interação do grupo sobre um tópico apresentado pelo investigador”, no qual se comportam três componentes essenciais: a investigação dirigida à recolha de dados; a localização da interação na discussão do grupo como a fonte dos dados; e o reconhecimento do papel ativo do investigador na dinamização da discussão do grupo para efeitos de recolha dos dados (Morgan, 1996, 1997, citado por Silva, Veloso & Keating, 2014, p. 177).

Neste método de investigação deve, igualmente, salientar-se a “focalização da discussão num dado assunto, o seu contributo para a compreensão do tópico de interesse e o facto dos participantes que os compõem terem alguma característica em comum e relevante face ao tema em discussão” (Krueger e Casey, 2009, citado por Silva, Veloso & Keating, 2014, p. 177). Ora, foi intenção da conversa “Cá Dentro” reunir indivíduos de várias áreas disciplinares, mas cujo foco de trabalho incidisse sobre a temática da produção cultural no interior do país, do despovoamento e do desenvolvimento através da cultura. Foram, por isso, convidadas quatro pessoas para participar nesta iniciativa: um músico, um produtor e programador cultural, um investigador em ciências sociais e um realizador de cinema.

Com a consciência, no entanto, de que esta conversa, aberta ao público e em formato coloquial, não corresponde aos parâmetros convencionais que definem os grupos de foco na investigação em ciências sociais, as diferentes etapas da concretização deste projeto foram coincidentes com as fases da realização do *focus group* apontadas por Silva, Veloso & Keating (2014, p. 180). São elas: o planeamento; a preparação; a moderação; a análise dos dados; e a divulgação dos resultados. Todos estes momentos foram adotados para a realização da conversa “Cá Dentro”, cujos processos e fases de trabalho serão detalhados no próximo capítulo desta dissertação.

3.3. Entrevistas

Após a realização do evento, encarado como a primeira fase da investigação, procedeu-se à realização de entrevistas a agentes culturais cujo trabalho estivesse envolvido na produção cultural em localidades despovoadas ou de interioridade.

Segundo Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt, este método é especialmente adequado para objetivos como a “análise do sentido que os atores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se veem confrontados”, tendo em conta “os seus sistemas de

valores, as suas referências normativas, as suas interpretações de situações conflituosas ou não, as leituras que fazem das próprias experiências, etc.” (Quivy & Campenhoudt, 1995, p. 193). Foi por causa da natureza das temáticas abordadas ao longo deste projeto, e por se objetivar um conhecimento mais profundo daquilo que são as experiências e motivações de quem trabalha a cultura nesses territórios, que se elegeu esta técnica de investigação, que foi desenvolvida a partir da sua variante semidiretiva:

A entrevista semidiretiva, ou semidirigida, é certamente a mais utilizada em investigação social. É semidiretiva no sentido em que não é inteiramente aberta nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas. Geralmente, o investigador dispõe de uma série de perguntas-guias, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado. Mas não colocará necessariamente todas as perguntas pela ordem em que as anotou e sob a formulação prevista. Tanto quanto possível, «deixará andar» o entrevistado para que este possa falar abertamente, com as palavras que desejar e pela ordem que lhe convier. O investigador esforçar-se-á simplesmente por reencaminhar a entrevista para os objetivos cada vez que o entrevistado deles se afastar e por colocar as perguntas às quais o entrevistado não chega por si próprio no momento mais apropriado e de forma tão natural quanto possível. (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 192-193)

Com esta técnica de investigação, pretendeu fomentar-se uma “verdadeira troca” entre o investigador e os entrevistados, durante a qual se permitiu que o interlocutor do investigador exprimisse “as suas perceções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências”, cabendo ao investigador a facilitação dessa expressão, evitando que esta se afaste dos objetivos da investigação (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 192). Por este motivo, recorreu-se à elaboração de um guião com perguntas orientadoras, adaptado a cada um dos entrevistados, mas com questões gerais direcionadas a todos. Procurou-se, de igual modo, que as entrevistas ocorressem em contextos que permitissem a interação entre o investigador e o entrevistado, para que se fomentasse ao máximo a troca de ideias. Nesse sentido, a conversa por videochamada foi o método utilizado sempre que a entrevista presencial não foi possível.

Foram efetuados cinco pedidos de entrevista, tendo sido realizadas quatro. Todos os procedimentos aqui mencionados, bem como outros que a esta fase da investigação também foram inerentes, serão detalhados mais adiante.

3.4. Análise qualitativa de conteúdo

A partir dos depoimentos recolhidos em ambas as fases da investigação, partiu-se para uma análise qualitativa do conteúdo dos mesmos.

Quivy & Campenhoudt explicam que a análise de conteúdo “oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade, como, por exemplo, os relatórios de entrevistas pouco diretas”. Os autores sublinham ainda que, “melhor do que qualquer outro método de trabalho, a análise de conteúdo (ou, pelo menos, algumas das suas variantes) permite, quando incide sobre um material rico e penetrante, satisfazer harmoniosamente as exigências do rigor metodológico e da profundidade inventiva” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 227).

Dada a natureza desta investigação, que se baseou na recolha de depoimentos capazes de ilustrar as experiências dos entrevistados, optou-se pela análise categorial das temáticas discutidas:

A análise categorial: a mais antiga e a mais corrente. Consiste em calcular e comparar as frequências de certas características (na maior parte das vezes, os temas evocados) previamente agrupadas em categorias significativas. Baseia-se na hipótese segundo a qual uma característica é tanto mais frequentemente citada quanto mais importante é para o locutor. (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 228)

Assim, procedeu-se à transcrição e sumarização de todas as entrevistas, bem como dos contributos obtidos através da conversa “Cá Dentro”, que foram posteriormente analisados a partir das temáticas convergentes aos discursos dos vários interlocutores. Laurence Bardin explica que este método funciona “por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos” (Bardin, 1977, p. 153). Através da utilização desta metodologia, procurou-se “gerar uma compreensão interpretativa do real no sentido de revelar uma realidade múltipla e dinâmica”, manifestando um principal interesse em interpretar os “processos sociais com recurso à análise reflexiva e crítica das narrativas do real” (Silva, 2013, p. 3).

Deve ainda sublinhar-se, finalmente, o processo de pesquisa bibliográfica e documental, que se prolongou ao longo da realização das diferentes fases de trabalho demonstradas nesta dissertação, e que remete para diversos documentos orientadores capazes de contextualizar os temas e as problemáticas aqui abordados. Será através da análise dos dados obtidos, que é

complementada pelo processo de pesquisa, que esta investigação apresentará as suas conclusões.

4. Cá Dentro – Conversa sobre a relação entre cultura, despovoamento e organização do território interior português

4.1. Planeamento

Este capítulo dedica-se à explicitação detalhada de todos os processos que fizeram parte da realização do projeto “Cá Dentro – Conversa sobre a relação entre cultura, despovoamento e organização do território interior português”. Como foi previamente referido, este evento, apesar de corresponder a um formato coloquial aberto ao público, foi encarado pelo investigador como um grupo de foco, tendo as diferentes etapas de elaboração deste projeto sido coincidentes com as fases da realização de um *focus group*, a primeira das quais corresponde ao planeamento:

As questões a que é necessário dar resposta na fase do planeamento tipicamente relacionam-se com os seguintes aspetos: Quais são os objetivos orientadores da realização do projeto de investigação em geral e do *focus group*, em particular? Qual a estrutura do guião de entrevista? Quem deverão ser os participantes? Qual o tamanho desejado para os grupos? Quantos grupos? (Silva, Veloso & Keating, 2014, p. 180)

Ao partir para este projeto, os objetivos gerais da investigação passavam por expor de que maneira o despovoamento afeta a produção cultural nas regiões de interioridade em Portugal, bem como por descobrir de que maneira pode a cultura estar relacionada com possíveis soluções para o despovoamento, numa perspetiva de desenvolvimento desses territórios. Começou-se, por isso, por se delinear um projeto de intervenção capaz de trazer a discussão destas temáticas para cima da mesa, com o objetivo particular de sublinhar a importância destas problemáticas na discussão pública. Esse projeto traduziu-se na elaboração da conversa “Cá Dentro”, que pretendeu reunir agentes de várias áreas profissionais com o intuito de promover uma discussão multidisciplinar sobre os temas da cultura, do despovoamento e da organização do território português. Escolheu-se o nome “Cá Dentro” para enaltecer a importância do interior do país e da cultura que acontece “cá dentro”. Da mesma forma, pretendeu-se que esta iniciativa estivesse incluída ou fosse dinamizada por algum festival ou instituição sediada numa zona de interioridade, como mais adiante se explicará.

Um dos primeiros passos na elaboração deste projeto passou, então, pela escolha dos participantes do colóquio. Foram convidadas as seguintes pessoas:

- Afonso Dorido: músico, mais notavelmente membro do grupo post-rock Indignu e criador do projeto Homem em Catarse, que assina a solo. Por este último, lançou em 2017 o álbum *Viagem Interior*, onde discorre sobre 17 localidades descentralizadas do território português sob a forma de canção;
- Luís Sousa Ferreira: natural da aldeia de Cem Soldos, em Tomar, onde criou o festival Bons Sons, que em 2022 teve a sua 11.^a edição. Designer de formação, trabalhou enquanto programador cultural no projeto Caminhos, programa que une treze municípios da região do Médio Tejo, e diretor artístico do 23 Milhas, projeto cultural do município de Ílhavo;
- Miguel Nascimento: investigador na área das Ciências Sociais, é mestre em Política Cultural Autárquica pela Universidade de Coimbra. À data da realização da conversa “Cá Dentro”, era doutorando em Ciências Sociais na Universidade de Salamanca, na área da Antropologia Política, onde desenvolvia a sua tese através do estudo do Orçamento Participativo como mecanismo de envolvimento dos cidadãos no processo decisório da governação local. Fora da academia, entre outras funções, é técnico superior da Câmara Municipal do Fundão e presidente da direção da Rádio Cova da Beira;
- Tiago Cerveira: realizador de cinema e fotógrafo, é o criador do projeto “O Meio e a Gente”, que pretende imortalizar, através da fotografia, os lugares, pessoas e costumes da região da Beira Serra, onde nasceu e cresceu. O seu trabalho, repartido entre o documentário e a exposição fotográfica, já foi exibido e premiado nacional e internacionalmente.

Esta seleção, baseada sobretudo no processo de pesquisa documental e na própria experiência do investigador, encontra como característica comum a todos os participantes o seu envolvimento com as causas da cultura e do território interior dentro das suas respetivas áreas de trabalho, respondendo, desta maneira, à intenção de promover uma discussão multidisciplinar e multifacetada sobre essas temáticas. Todos os intervenientes foram contactados através de e-mail e todos eles aceitaram participar neste projeto.

Por este evento se manifestar sob a forma de colóquio, não foram convidadas mais que quatro pessoas. Por sua vez, foi elaborado um guião (Anexo I), preparado com base numa pesquisa bibliográfica sobre as temáticas e sobre os convidados, com perguntas direcionadas a cada participante, mas também com perguntas gerais que pudessem criar pontos de discussão sobre

determinadas temáticas. Sendo esta iniciativa aberta ao público, houve ainda, desde o início da sua conceção, a intenção de incluir, nos momentos finais da conversa, um espaço onde o público pudesse, também ele, colocar questões.

No que toca ao número de grupos de foco realizados, David L. Morgan considera que, “apesar de constituir uma estratégia arriscada, a realização de apenas um *focus group* não é errada”, justificando que existem “circunstâncias em que a realização de mais do que um grupo é impraticável, ou porque o número de potenciais participantes não o permite ou porque os custos associados são demasiado elevados”. Ora, as circunstâncias do projeto “Cá Dentro”, uma iniciativa que tomou o formato de um evento único e sem continuidade planeada, legitimam que nesta investigação se tenha optado pela realização de apenas um grupo de foco. Contudo, como continua Morgan, os dados devem ser interpretados com especial cuidado nestes casos: “uma estratégia possível de minimizar esta limitação é o recurso à triangulação, ou seja, saber em que medida a comparação dos dados obtidos na discussão do grupo com informação obtida de outras fontes é consistente” (Morgan, 1998, citado por Silva, Veloso & Keating, 2014, p. 182). Foi neste sentido que, depois da intervenção, se procedeu à realização de entrevistas.

4.1.1. A Sociedade Recreativa Penalvense e a Semana Cultural de Penalva de Alva

Para além das questões enunciadas anteriormente, deve ainda dar-se foco, neste ponto dedicado ao planeamento, à instituição que acolheu e cooperou na organização da conversa “Cá Dentro”. Esta iniciativa foi criada com o intuito de ser incluída na 4ª edição da Semana Cultural de Penalva de Alva, um festival organizado anualmente pela Sociedade Recreativa Penalvense.

Fundada em 1937 na aldeia de Penalva de Alva, em Oliveira do Hospital, a Sociedade Recreativa Penalvense (SRP) é uma associação cujos fins passam pela “promoção de atividades no âmbito do recreio, cultura e desporto e de atividades, serviços e obras no domínio da solidariedade social ou de reconhecido interesse comunitário”. Entre essas iniciativas encontram-se “festas populares, festivais, conferências, teatros, jogos, atividades, serviços ou obras de benemerência, de saúde, de divulgação, defesa e valorização do património local, regional e histórico”, bem como uma escola de música dinamizada pela Tuna Recreativa Penalvense, grupo musical que esteve na génese da associação¹⁰.

¹⁰ Informações retiradas dos Estatutos da Sociedade Recreativa Penalvense (1996).

A Semana Cultural de Penalva de Alva é um festival cultural que se inclui nas iniciativas dinamizadas pela SRP. A sua primeira edição aconteceu em 2017, depois dos incêndios que devastaram a região do vale do Alva, onde a aldeia está localizada. Desde então que a Semana Cultural se pauta pela defesa da interioridade, da natureza e das tradições locais, através da valorização da arte, da cultura e das pessoas, acontecendo habitualmente na última semana de dezembro. Foi sobretudo por estes motivos, bem como pelo conhecimento prévio do investigador sobre a Semana Cultural, que se idealizou que a conversa “Cá Dentro” pudesse fazer parte da sua programação, visto que as motivações de ambas as partes se complementavam mutuamente, partilhando uma preocupação pelo despovoamento dos territórios do interior português, bem como pela partilha de projetos culturais de qualidade e pelo reconhecimento da cultura como um fator de desenvolvimento no contexto de uma aldeia do interior.

O contacto com a Sociedade Recreativa Penalvense foi estabelecido com Sérgio Minas, que em 2020 era membro da direção dessa associação, sendo também um dos responsáveis pela organização da Semana Cultural desse ano. Foi com ele que foram delineados os traços desta iniciativa e que se oficializou a integração da conversa “Cá Dentro” na programação do festival. Todos os processos de preparação do evento, que serão detalhados nos pontos seguintes, foram acordados e aprovados pela direção da SRP.

4.2. Preparação

“Na segunda fase da realização do *focus group*, a preparação, deverão ser consideradas pelo menos dois tipos de questões: o recrutamento dos participantes e as condições logísticas de realização dos grupos como a escolha do local” (Silva, Veloso & Keating, 2014, p. 183). Para além de oferecer respostas a estas questões, este ponto dedicar-se-á também a relatar outros procedimentos que decorreram na preparação da conversa “Cá Dentro”, tais como a resolução de algumas dificuldades antes da realização do evento e as estratégias de divulgação adotadas para o publicitar.

4.2.1. Dificuldades iniciais e adaptação ao formato online

A conversa “Cá Dentro” começou a ser concebida nos dias finais de novembro de 2020, com vista a que pudesse acontecer em formato físico na última semana de dezembro desse ano,

altura em que a Semana Cultural de Penalva de Alva iria, habitualmente, estar a decorrer. Neste sentido, a primeira data apontada para este evento foi a tarde de 28 de dezembro de 2020, uma segunda-feira, sendo a sede da SRP o local escolhido para a sua realização.

Contudo, a realidade pandémica que nessa altura vigorava acabou por impedir que a quarta edição da Semana Cultural se realizasse. A 23 de dezembro de 2020, foi renovado o estado de emergência que estava em vigor em Portugal devido à pandemia da covid-19. Foram aplicadas novas restrições, apontadas para todo o país, com vista a mitigar o agravamento da situação pandémica durante a altura das festividades de Natal, tais como o impedimento de ajuntamentos com mais de seis pessoas na via pública, a limitação do horário de funcionamento de restaurantes, bares e espaços culturais, e a proibição de festas abertas ao público. Outras regras empregaram-se mediante o grau de risco de contágio da covid-19 nos diversos concelhos do território nacional (Santiago & Curvelo, 2020).

À data, o concelho de Oliveira do Hospital, que alberga a freguesia de Penalva de Alva, era considerado um concelho de risco muito elevado. As restrições específicas para os municípios que se encontravam nessa situação eram as seguintes:

Encerramento do comércio aos fins-de-semana a partir das 13h e abertura a partir das 8h, com exceção dos estabelecimentos que já abriam antes dessa hora, exceto para os seguintes estabelecimentos: Farmácias; Clínicas e consultórios; Estabelecimentos de venda de bens alimentares com porta para a rua até 200 m²; Bombas de gasolina; A partir das 13h00, os restaurantes só podem funcionar através de entrega ao domicílio. Proibição de circulação na via pública entre as 23h00 e as 05h00 nos dias de semana, com várias exceções; Dever cívico de recolhimento domiciliário; Eventos e celebrações limitados a 5 pessoas, salvo se do mesmo agregado familiar. (Santiago & Curvelo, 2020)

Após a confirmação de que seria impossível a concretização em pleno da Semana Cultural, escolheu-se como alternativa a adaptação da conversa “Cá Dentro” ao formato online. A iniciativa, que estaria incluída na programação do festival, passou, desta maneira, a ser um evento independente. A sua dinamização continuou ao cargo da Semana Cultural e da SRP, que acordaram com o investigador numa transmissão online do colóquio através das redes sociais do festival e da associação. Assim, para que pudesse existir uma melhor e mais atempada organização e divulgação do evento, foi estabelecida uma nova data para a sua realização, desta vez firmada no dia 22 de janeiro de 2021, segunda-feira, pelas 18 horas.

O recrutamento dos participantes foi efetuado já com a decisão de que o evento iria acontecer no formato online. Primeiramente, todos os convidados foram contactados com a primeira data (28 de dezembro de 2020) em mente, tendo os e-mails com os convites sido enviados entre os dias 2 e 3 de dezembro, e tendo todos eles aceitado fazer parte desta iniciativa. Posteriormente, a situação foi explicada e a nova data (22 de janeiro de 2021) foi proposta, também, por e-mail, no dia 22 de dezembro, tendo todos confirmado a sua presença no colóquio nos dias seguintes.

4.2.2. Procedimentos de preparação e divulgação

Após a confirmação da nova data e do novo formato que a conversa “Cá Dentro” adquiriu, começaram a desenvolver-se diversos procedimentos de divulgação e de preparação para que o evento pudesse acontecer da melhor e mais profissional maneira possível.

Uma das primeiras decisões acordadas com a SRP foi a de criar um endereço de e-mail próprio para a Semana Cultural de Penalva de Alva: semanacultural.pa@gmail.com. A criação deste e-mail serviu não só para concentrar todos os processos de divulgação nesse endereço, como também para criar, de forma automática, um canal no YouTube associado a partir da conta Google da Semana Cultural. Foi a partir deste canal, disponível em <https://www.youtube.com/@semanaculturalpenalvadealv6703>, que se realizou a transmissão online da conversa, como mais adiante será detalhado.

Estas contas foram criadas pela própria SRP, tendo o acesso às mesmas sido partilhado com o investigador. O acesso à página de Facebook da Semana Cultural, que se encontra em <https://www.facebook.com/semanaculturalpenalvadealva>, também foi fornecido. Da mesma maneira, os logótipos já existentes da SRP (Figura 1) e da Semana Cultural (Figura 2) foram cedidos, para que a marca gráfica da associação e do festival estivessem presentes em todos os procedimentos da divulgação da conversa “Cá Dentro”.

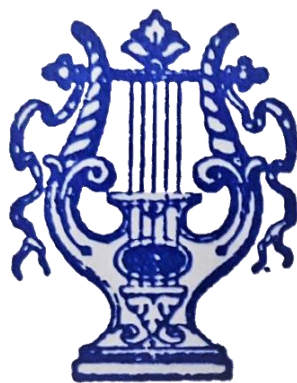


Figura 1 - Logótipo da Sociedade Recreativa Penalvense



Figura 2 - Logótipo da Semana Cultural de Penalva de Alva

Todos os restantes processos inerentes à organização desta iniciativa, que serão enunciados de seguida por ordem cronológica, foram da responsabilidade do investigador:

- Criação de um cartaz para a conversa (Figura 3), que foi desenvolvido nos softwares Adobe InDesign e Canva a partir de uma fotografia da autoria de Tiago Cerveira (Figura 4), um dos convidados do colóquio, que autorizou a sua utilização para este propósito. Também se solicitou a autorização da pessoa retratada nessa fotografia, que é membro integrante da Tuna Recreativa Penalvense, e que acedeu prontamente a este pedido;

- A partir desse cartaz, criou-se um evento na página de Facebook da Semana Cultural de Penalva de Alva no dia 15 de janeiro de 2021, uma semana antes da realização da conversa “Cá Dentro”, disponível em <https://fb.me/e/4R9rUDC3V>. Este foi o ponto de partida oficial da divulgação da iniciativa nas redes sociais;
- Elaboração de um comunicado de imprensa (Anexo II) para a conversa, intitulado «A cultura, o interior e o despovoamento discutem-se “Cá Dentro”». Este comunicado de imprensa, bem como o cartaz da iniciativa e a fotografia da autoria de Tiago Cerveira, foram encaminhados via e-mail, no dia 16 de janeiro de 2021, para uma lista de contactos de órgãos de comunicação social e instituições culturais fornecida pela SRP;
- Entre os dias 17 e 21 de janeiro, foram feitas publicações regulares no evento da iniciativa no Facebook (Figura 5), divulgados na página da Semana Cultural, com o propósito de apresentar os convidados ao público e de gerar alcance para o evento. Como tal, foram elaboradas imagens de apresentação dos participantes, criadas nos mesmos softwares e na mesma linha gráfica que o cartaz (Figura 6).



Figura 3 - Cartaz da conversa "Cá Dentro"



Figura 4 - Fotografia de Tiago Cerveira

 **Semana Cultural de Penalva de Alva**
17 de Janeiro de 2021 · 🌐

Músico, mais notavelmente membro do grupo post-rock [indignu](#) e criador do seu projeto a solo [Homem em Catarse](#). Por este último, lançou em 2017 o álbum *Viagem Interior*, onde discorre sobre 17 localidades descentralizadas do território português sob a forma de canção.

Afonso Dorido vai estar à conversa Cá Dentro, no dia 22, a partir das 18 horas.

#penalvadealva #OliveiradoHospital #serradaestrela #cultura #natureza #tradição #aldeia #interior #Despovoamento



AFONSO DORIDO
Músico (Homem em Catarse)

organização:

CÁ DENTRO  

SEMANA CULTURAL
PENALVA DE ALVA

Figura 5 - Exemplo das publicações efetuadas no Facebook da Semana Cultural de Penalva de Alva



Figura 6 - Exemplo de imagem de apresentação dos participantes

Como resultado de todos estes procedimentos, o evento foi divulgado em diversos órgãos de comunicação social, nomeadamente:

- Notícias de Viseu, a 17 de janeiro de 2021: <https://www.noticiasdevisau.com/a-cultura-o-interior-e-o-despovoamento-discutem-se-ca-dentro/> ;
- Coimbra Colectiva, a 19 de janeiro de 2021: https://coimbracolectiva.pt/historias/temas/cultura/sexa-feira-a-cultura-o-interior-e-o-despovoamento-discutem-se-ca-dentro/?doing_wp_cron=1671368368.2623009681701660156250 ;
- Rádio Boa Nova, a 19 de janeiro de 2021: <https://radioboanova.sapo.pt/ca-dentro-semana-cultural-de-penalva-de-alva-promove-conversa-sobre-a-cultura-o-interior-e-o-despovoamento/> ;
- Rádio Universidade de Coimbra (que, inclusive, passou música interpretada pela Tuna Recreativa Penalvense), a 19 de janeiro de 2021: <https://www.mixcloud.com/CulturaRUC/conversa-com-pedro-dinis-silva-19-01/> ;

- Revista Smart Cities, a 19 de janeiro de 2021: <https://smart-cities.pt/noticias/conversa-penalva-de-alva-interior-1901/> .

A conversa foi igualmente partilhada na página de Facebook do município de Oliveira do Hospital (Figura 7):



Figura 7 - Partilha da conversa "Cá Dentro" na página de Facebook do município de Oliveira do Hospital

Uma outra tarefa desenvolvida ainda durante esta fase de preparação foi a de testar plataformas de streaming que pudessem responder às intenções da iniciativa. Acabou por se escolher a utilização do Streamlabs OBS Software, que transmitiu a conversa em direto para o canal de YouTube e para a página de Facebook da Semana Cultural de Penalva de Alva.

4.3. Moderação

Sobre esta fase de trabalho, Krueger e Casey explicam que “a intenção do *focus group* é a de promover auto-revelação entre os participantes havendo condições para alcançar tal propósito

quando os participantes se sentem confortáveis, respeitados e livres para darem a sua opinião”, sendo, portanto, responsabilidade do moderador “questionar, ouvir, manter a conversação no trilho e certificar-se que cada participante tem oportunidade de participar” (Krueger & Casey, 2009, citado por Silva, Veloso & Keating, 2014, p. 184). Como tal, o evento estruturou-se em quatro partes distintas: a apresentação do evento e dos convidados; a colocação de perguntas específicas direcionadas a cada um dos convidados; a colocação de perguntas abertas, direcionadas a todos; e um espaço final para perguntas do público.

De modo a aumentar a eficácia do processo de moderação, os autores destacam ainda a relevância de uma “equipa de moderadores”, constituída por um moderador, cuja missão principal é a “condução e manutenção da discussão”, e por um auxiliar de moderação, que desempenhe tarefas como “a gestão do equipamento de gravação, estar atento às condições logísticas e do ambiente físico, dar resposta a interrupções inesperadas e tomar notas sobre a discussão do grupo” (Krueger & Casey, 2009, citado por Silva, Veloso & Keating, 2014, p. 184). No caso da conversa “Cá Dentro”, a moderação esteve ao cargo do investigador, que foi auxiliado por um membro da SRP na gestão da transmissão online e na resolução de algumas ocorrências em que o streaming falhou devido a problemas relativos à internet ou à capacidade do processador dos computadores em que a transmissão se realizou.

O evento “Cá Dentro – Conversa sobre a relação entre cultura, despovoamento e organização do território interior português” aconteceu, assim, no dia 22 de janeiro de 2021, com início às 18 horas. É ainda importante referir, neste ponto, a duração da iniciativa, cuja estimativa se localizou, previamente à sua realização, em 1h30. A extensão de algumas respostas por parte dos intervenientes e o próprio ritmo da conversa fizeram com que esta se concluísse apenas após 2 horas, 6 minutos e 5 segundos.

4.4. Análise de dados

Após a realização da conversa “Cá Dentro”, procedeu-se à quarta fase do processo do grupo de foco, dedicada à análise dos dados recolhidos. Para tal, realizou-se, em primeiro lugar, um trabalho de transcrição de toda a conversa, que ficou registada em vídeo. Este procedimento tentou ser “uma reprodução o mais fiel possível” de todas as temáticas abordadas, de maneira a

que a sua leitura “permita ‘visualizar’ o que ocorreu no grupo e constitua a base da análise de dados” (Silva, Veloso & Keating, 2014, p. 185).

No que toca à análise de dados propriamente dita, Silva, Veloso & Keating explicam que, entre as diferentes abordagens possíveis que se incluem neste tipo de trabalho, tal procedimento decorre, de um modo genérico, ao longo de três etapas:

i) *codificação/indexação*: uma vez transcrito e (re)lido o texto, ocorre um processo de atribuição de categorias (e, se necessário, de subcategorias) refletindo estas os temas presentes no guião bem como os novos que emergiram da discussão dos grupos; ii) *armazenamento/recuperação*: esta fase é dedicada à compilação de todos os extratos do texto subordinados à mesma categoria de modo a poder compará-los, processo que pode ser realizado manualmente ou através de programas informáticos como o NUD.IST ou o NVivo; neste processo é importante não perder o contexto de onde os extratos são retirados; iii) *interpretação*: deve ser suportada numa análise sistemática dos dados, podendo esta fazer uso de métodos específicos de análise como o método de indução analítica. (Silva, Veloso & Keating, 2014, p. 185)

No caso da presente iniciativa, o momento da análise dos dados obtidos foi feito manualmente. Este processo partiu de uma releitura do texto da transcrição, que subsequentemente foi sumarizado e repartido por diferentes categorias temáticas onde se incluíram os depoimentos dos diferentes intervenientes que convergiram mediante os temas discutidos, como se apresentará no ponto seguinte, dedicado à divulgação dos resultados.

4.5. Resultados

Antes de partir para a divulgação dos resultados adquiridos através da análise dos depoimentos, importa apresentar um outro tipo de resultados, referentes às estatísticas da iniciativa, que se obtiveram a partir das redes sociais supramencionadas. Deve destacar-se que:

- O evento criado na página de Facebook da Semana Cultural de Penalva de Alva obteve resposta de 66 pessoas, 22 das quais responderam “Vou” e 44 responderam “Com Interesse”;
- A publicação no Facebook da transmissão em direto da iniciativa obteve um alcance total de 2424 pessoas e contou com 81 reações, 6 comentários e 6 partilhas (Figura 8). Estes dados foram retirados a 20 de dezembro de 2022;

- A transmissão em direto feita a partir do YouTube obteve, no dia da própria transmissão, um total de 79 visualizações (Figura 9). Estes dados foram retirados a 20 de dezembro de 2022;
- Foi efetuado um trabalho final de edição de vídeo, feito a partir das ferramentas disponíveis nas próprias plataformas do YouTube e do Facebook, de modo a retirar os momentos que precederam o início da conversa, bem como os que sucederam a sua conclusão. Este vídeo foi publicado no YouTube da Semana Cultural e possuía, à data de 22 de janeiro de 2022, um ano após a sua publicação, um total de 36 visualizações (Figura 10).



Figura 8 - Estatísticas relativas à transmissão em direto da conversa "Cá Dentro" no Facebook

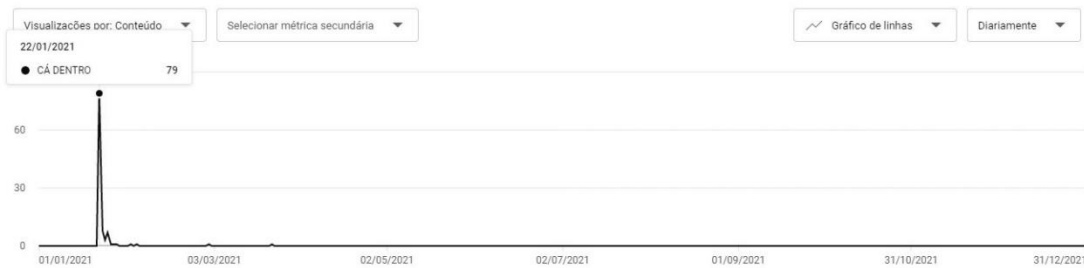


Figura 9 - Estatísticas relativas à transmissão em direto da conversa "Cá Dentro" no YouTube



Figura 10 - Número total de visualizações do vídeo editado da conversa "Cá Dentro" no YouTube um ano após a sua publicação

Partindo, então, para a divisão categorial das temáticas discutidas durante a conversa “Cá Dentro”, deve referir-se que estas serão acompanhadas com frases diretas dos participantes, de modo a permitir “uma ligação direta entre o conteúdo mais abstrato dos resultados e os dados gerados” e a facilitar uma “conexão mais forte entre o leitor e a voz dos participantes” (Morgan, 2010, citado por Silva, Veloso & Keating, 2014, p. 186). Importa ainda atribuir siglas aos nomes de cada um dos intervenientes desta iniciativa, para simplificar o recurso à citação:

- Afonso Dorido (AD);
- Luís Sousa Ferreira (LSF);
- Miguel Nascimento (MN);
- Tiago Cerveira (TC).

4.5.1. Olhar “de costas” para o interior

Uma das primeiras temáticas a serem abordadas durante a conversa relacionou-se com a visão frequentemente negativa e paternalista com que se olha para o território interior português. Houve uma concordância geral entre os participantes sobre este ponto:

As pessoas quando olham para Portugal olham para o mar, de costas para o interior (AD);

Tem muito a ver com a forma como nos vemos no interior, que não ajuda nada, já nos vemos com essa lógica dos “coitadinhos” e dos que foram salgados por terem nascido naquele lugar, ou então aquela ideia de que nos veem sempre como ideia de passado, ou de repositório de alguma coisa que nunca existiu sequer. Eu gosto muito de chouriças e de queijos, mas há mais coisas que podem acontecer no interior (LSF);

O geógrafo João Ferrão dizia que era preciso “destruir o conceito de interioridade”. Para o fazer é retirar este selo das dificuldades ancestrais que existem. Melhoraram as acessibilidades, mas a verdade é que desde os anos sessenta que o interior está a esvaziar-se, a desertificar-se e a envelhecer-se (MN).

4.5.2. Os “novos povoadores” e as “partidas sem retorno”

Partindo de uma pergunta sobre a websérie *Wildlings*, assinada por Tiago Cerveira, sobre um conjunto de jovens que escolheu a região do Pinhal Interior para construir a sua casa e viver a sua vida, iniciou-se uma discussão sobre tópico destes chamados “novos povoadores”, que por sua vez serviu de contraste aos vários depoimentos sobre o despovoamento dos territórios de interioridade e sobre as suas consequências, colocados em diversos momentos ao longo de toda a conversa:

Já começa a haver pessoas que saem dos grandes centros para viver no interior porque acaba por se ter mais qualidade de vida. O relógio anda mais devagar, tem-se um jardim para poder brincar, se calhar é um melhor sítio para as crianças crescerem (AD);

Os novos povoadores são aqueles que fazem com que as escolas primárias não fechem porque voltam a ter miúdos nas aldeias, voltam a consumir das pequenas mercearias das localidades que estão a fechar por falta de consumo dos próprios locais, voltam a abrir as casas que estão fechadas, a cultivar as terras que estão incultas e acho que até contribuem para cultivar as próprias pessoas que lá estão e que estiveram lá. Muitas vezes pelo facto de estar em aldeias também

mais isoladas, há mais dificuldade em perceber que há um mundo para além daquilo, e parece que o mundo entra pelas aldeias adentro com a chegada destes novos povoadores (TC);

Quem conhece as aldeias do interior do país, sabe que elas têm uma sazonalidade coincidente com as épocas festivas, mas cada vez esse movimento é menor, porque há partidas sem retorno, casas que fecham e não voltam a abrir, há vidas que se perdem e não voltam a nascer, porque o ciclo de vida da interioridade, neste plano inclinado em que se posicionou, é assim. (...) Tenho algum receio que estejamos no limite do chamado ponto de não retorno (MN);

Acho que a mobilidade é muito importante, que circulem, que saiam das aldeias, que voltem outros: essa liberdade de podermos escolher onde podemos viver é importante. Acho é que tem que haver condições para que as pessoas que querem permanecer nos sítios possam permanecer. (...) Não é à toa que as pessoas saem, que não se sentem incluídas, que procuram outros sítios. Às vezes também há um lugar muito conservador, pequeno, de pouca liberdade, que faz com que os mais jovens queiram sair. Essa autoconsciência tem que existir também nas comunidades, nas juntas, nas associações: que voz é que damos aos mais novos e que voz é que os mais novos também querem ter (LSF).

4.5.3. Cultura *versus* despovoamento

No seguimento do tópico dos “novos povoadores”, colocou-se em cima da mesa uma questão relativa ao papel da cultura e se esta deve ser assumida como agente sensibilizador para o repovoamento do território interior, o que deu origem a uma discussão sobre o que constitui a própria cultura:

Acho que nós somos a cultura, que a cultura está dentro de cada um de nós. Tem a ver é de a forma como a queremos partilhar uns com os outros e com a forma como nós queremos ocupar os nossos momentos de ócio. Acho que às vezes o que falta a cada um de nós é perceber o que é que nós enquanto indivíduos conseguimos dar à comunidade em que estamos inseridos, e essa espiral de comunidade pode ir logicamente aumentando a sua escala. (...) A cultura não vai fazer nada por nós se nós não fizermos algo por ela (TC);

Eu acredito na cultura popular e a cultura popular é sempre associada a um território. O que interessa é aquela cultura que emerge dos lugares, que cria novas centralidades, que é usada para os indivíduos comunicarem e se comunicarem também em grupo, como extensão de nós próprios. Acho que às vezes há uma ideia um bocado errada de tornarmos a cultura como algo externo a nós. A cultura é aquilo que nós fazemos com aquilo que somos (LSF).

Este tópico permitiu também que os participantes pudessem expressar diferentes perspetivas sobre as relações entre a cultura e o fenómeno do despovoamento em territórios do interior. Neste sentido, abordaram-se algumas das potencialidades que o trabalho cultural pode conferir nestas localidades:

Com o despovoamento e com a saída de gente com mais dinâmica do interior ficámos muitas vezes com lugares muito difíceis de atuar, porque não têm pessoas. Os que têm pessoas têm todo o futuro, e eu acho mesmo que tanto no lugar da cultura como os territórios que estão mais em pousio, eles é que têm futuro, tudo para desbravar. (...) O que a cultura faz a um primeiro nível é criar discurso e novas marcas para a ideia de interior. (...) Nesta lógica dos eventos que criam pequenas utopias fugazes, pode ser uma boa forma de mudar a perceção e o olhar sobre a coisa. Mas depois a cultura, mais do que a festiva, daquela pontual, é a diária que cria condições. As pessoas só querem estar onde as coisas acontecem (...) e o interior pode ser esse lugar. (...) Esta ideia de interior é ridícula em Portugal. Não existe um interior efetivo, existe uma ideia de interior, uma interiorização de um lugar que tem menos condições para atuar. Tem, porque há um centralismo político e uma falta de visão para o potencial das cidades do interior e para o que o campo tem para oferecer. Aí sim tem que haver uma estratégia, nem que seja de encorajamento, de mostrar que é óbvio (LSF);

Para além de uma forma de expressão, [a cultura] é um pilar fundamental do desenvolvimento e da coesão de um território, que se quer mais equilibrado. A cultura ajuda a equilibrar esse plano que está em declive. Não é fácil, às vezes há lógicas muito conservadoras em pequenos lugares do interior, mas acredito muito nesta nova geração, na perspetiva que os jovens têm de olhar para o futuro nesta comunhão com a natureza, e também um pouco naquele ciclo que o Tiago Cerveira falava há pouco, numa lógica do designado movimento neo-rural, de somar e revolucionar (MN);

Uma verdade que tenho para mim como absoluta é que se temos um país interior velho temos um país interior sábio e culto. Não há pobreza cultural onde há um velho, no sentido carinhoso do termo. Se não tivermos condições, e essas condições são altamente discutíveis, não temos pessoas. [Se] não temos pessoas, não temos cultura. Por exemplo, o Meio e a Gente tem um papel assumido de preservação de património imaterial, acima de tudo, que no fundo é a sabedoria dos velhos. A mim interessa-me a forma como o senhor António ainda faz o vinho tradicional, como a avó Alice faz o pão no forno amassado à mão, a queijeira que mete as mãos no queijo... Isso é cultura, a verdadeira cultura do povo. Não gosto de me deitar à sombra da bandeira mais que hasteada que é o despovoamento. Acho que é preciso ir contra isso (TC).

4.5.4. Principais dificuldades

Ao longo de toda a conversa, existiram vários momentos em que se abordaram os diferentes tipos de adversidades inerentes ao trabalho cultural no nosso país. Deve sublinhar-se, neste ponto, o argumento sobre a falta de investimento na área da cultura e os desafios que caracterizam o trabalho neste setor, que se agravaram durante o período de pandemia:

A questão do investimento, infelizmente, está muito associada aos ciclos eleitorais e ao retorno eleitoral que esse investimento tem. O interior não tem gente, se não tem gente não tem votos, logo não é um território prioritário de investimento visível e com retorno em si. Digo isto com mágoa, mas essa é uma das grandes explicações para este plano inclinado em que o interior vive. (...) Estamos longe quando ainda estamos a lutar por 1% plasmado no orçamento para o investimento na cultura, o que significa que não está verdadeiramente assimilada a importância da cultura como fator de desenvolvimento e coesão do território (MN);

Acho que a cultura nunca saiu da crise. (...) Continuamos a viver da subsidiopendência, porque as pessoas não vão muito às salas. Acho que já perdemos muito caminho de educar as pessoas a ir às salas. Se calhar a crise económica na cultura também vem atrás da crise do querer ir ver e consumir cultura. Por várias razões: a própria internet trouxe muitas coisas boas, mas uma das más foi isto, tirou as pessoas das salas, fechou muitos cinemas locais, muitos teatros e outras salas de outros âmbitos culturais. Costumo dizer, a estrada o que traz também leva (TC);

O final da cultura não é o artista, são as pessoas. É para elas que existe a cultura. Mas se o artista não consegue subsistir... A guitarra não toca sem cordas e as cordas custam dinheiro (AD);

Mais do que pensar se é 1% ou o que é o apoio, é perceber para quê, se se justifica ou não. Não consigo perceber o debate do 1% para a cultura, não me diz muito, porque podemos ter 1% e fazer-se tudo errado na mesma, como acontece com os equipamentos em que se gastou imenso dinheiro e muitos deles não servem quase para nada. Acho que acima de tudo é o projeto e o para quê. Claro que tudo o que se faz tem riscos, e a questão é essa. (...) [Se determinado projeto] está bem delineado e se ele tem como objetivo o bem-estar daquela comunidade e de quem vai lá visitar, acho que vale sempre a pena o risco (LSF).

Outra das dificuldades realçadas durante a conversa passou pelos perigos na associação da cultura a uma ideia de desenvolvimento focada no turismo, no marketing territorial, no lucro e no imediatismo:

Tenho muito medo da palavra desenvolvimento porque ela acarreta uma ideia de progresso que não encaixa naquilo que eu acho que é o potencial destes lugares do interior. (...) Quando não

tens um projeto que parte de dentro para fora, ele só vê esta ideia da economia de um crescimento sem fim, e a qualidade de vida não se mede só pela economia, mede-se por outros valores que devem estar sempre em conta nestas lógicas. E depois o desenvolvimento do interior [deve ser] para as pessoas que vivem lá, não para quem vai lá sacar aquilo que precisa, como acontece com as grandes empresas que vão extrair de lá o vento, a eletricidade (LSF);

Essa ideia de se apoderarem das coisas e depois deixarem [ao abandono] é uma coisa que é tudo o contrário do que nós precisamos para o pensamento que deve ser o interior, que não é tanto o geográfico, às vezes é mais a questão de onde as vivências são diferentes e já as coisas acontecem de uma outra forma (AD);

A cultura deve ficar intimamente associada ao turismo? Não. A cultura vale por si, pela sua capacidade de atrair pessoas, de criar dinâmicas próprias. Se ela deve estar associada ao turismo, à inovação, ao empreendedorismo, a outro tipo de vertentes que existam na economia e na sociedade, sim (MN);

Tenho algum receio que o facto de as coisas estarem na moda vai deturpá-las. Por exemplo: Caretos de Podence. São mais fotógrafos e pessoas a estragar aquilo que devia verdadeiramente ser o ex-libris da festa, quando depois os caretos são completamente abafados. Às vezes estar a criar um marketing extremo à volta de aquilo que é altamente tradicional pode acabar com o genuíno, com o quão realmente poético é o assunto do património imaterial ou material que estivermos a tratar. Tenho medo de que isso, a uma escala maior, também possa acontecer com o interior português. Agora estamos numa fase em que, felizmente, estão a abrir muitos turismos rurais e infraestruturas que estão a levar as pessoas para o interior. Mas coisas como, por exemplo, a moda dos baloiços: uma grande percentagem das pessoas que trazem os baloiços e os passadiços traz também lixo para o chão, traz também aquela pessoa que vai lá só para fazer a fotografia e o check na lista de sítios a visitar. Isso é bonito, porreiro, cinco estrelas. Onde é que eu quero chegar: há espaço para todos, mas tem sempre de haver respeito para todos. Muitas vezes quem decide pensa sempre que tem um olhar muito macro sobre estas coisas. (...) Podemos chamar pessoas de fora, isso é essencial neste momento, mas acima de tudo não nos podemos esquecer daqueles que nunca saíram do sítio onde nasceram. Esses já lá estavam. Às vezes parece que falta o respeito por quem está, sempre esteve e quem contribuiu para aquilo ser um lugar (TC).

4.5.5. A cultura e as artes enquanto motores de cidadania

A importância da arte e da cultura enquanto fatores dinamizadores de cidadania foram outra das temáticas salientadas durante a iniciativa. Neste sentido, foram destacados pontos como o fator social da obra de arte e o papel dos agentes culturais na promoção de valores e de espírito crítico nas localidades do interior:

Quando lancei o disco [Viagem Interior], apesar de ser um trabalho musical, [senti que] podia ser visto como uma obra também social, de lembrar o interior esquecido. (...) Claro que quando se lança um disco é para chegar às pessoas, não é para ficar na gaveta, mas acabou por chegar às pessoas que eu queria que chegasse mesmo, que era às pessoas dos próprios locais, para que se sentissem representadas de alguma forma, quando nunca ou quase nunca o são neste pequeno país. (...) A arte é sempre o reflexo com que a gente olha para as coisas (...) antes de se ser músico ou artista, nós somos pessoas, seres humanos, e temos essa parte da cidadania de olhar para as coisas com sentido crítico. Acho que não há artista que olhe para as coisas com indiferença (AD);

Todos somos agentes culturais e políticos. (...) Todos nós temos influência sobre pequenos grupos, contribuimos enquanto indivíduos para as várias comunidades em que estamos inseridos. Portanto é fazer. Na dúvida é fazer, com cálculo, logicamente. Não ter medo de errar. Há espaço para todas as diferenças, para todas as ações. Se há lugar onde más iniciativas sejam criticadas é numa aldeia. Facilmente és logo exposto e julgado numa aldeia e consegues fazer uma sondagem a qualquer iniciativa cultural ou política que tiveste [para saber] se a tua comunidade aceita ou não. Numa aldeia é o sítio certo para teres logo essa bitola (TC);

Acredito muito na capacidade do associativismo como escola de cidadania e deste tipo de envolvimento comunitário, na organização de festivais e iniciativas do género, que envolvam as pessoas e as façam verdadeiramente acreditar que, com mais ou menos ferramentas e dificuldades – e sabemos sempre que há um mar de dificuldades que se conseguem transpor em equipa, através de uma lógica de envolvimento –, [é possível] dar o salto para a questão da cidadania. A esse nível, não podemos ter a pretensão dos investimentos que se fazem a nível local no setor educativo, nesta lógica do ensino articulado das escolas de música e teatro e por aí fora, que nesta plantação da interioridade possam sair de cada aldeia músicos profissionais, artistas, programadores culturais e outras dinâmicas a este nível. Mas mesmo que não saia uma “fornada” a esse nível, sai certamente um cidadão mais exigente, mais atento, com olhar mais cirúrgico e rigoroso. A cidadania, para além daquilo que acontece na democracia da governação local, tem que ser cada vez mais exigente no sentido de reclamar políticas de retorno e de valorização do

potencial endógeno, e para também de alguma forma monitorizar as políticas públicas que a nível nacional e a nível local, nomeadamente no setor da cultura, acontecem (MN);

Enquanto programadores o que fazemos é contrariar os algoritmos da vida. Nós naturalmente somos atraídos pelo conforto, pela ideia dos pares: os que pensam e se vestem como nós, que reconhecemos como nossos. (...) Temos de provocar ambientes artificiais para que as pessoas tenham momentos para perceber como o outro pensa. É nessa diversidade que a coisa acontece (LSF).

4.5.6. Construir pontes

Partindo de uma questão sobre o trabalho cultural assente em redes e parcerias, e sobre como devem ser criadas e promovidas essas pontes nos territórios de interioridade, os participantes que intervieram foram unânimes em reconhecer a sua importância e como são fundamentais:

Eu não acredito que a cultura promova muros. Ela promove encontros se for bem trabalhada. E o encontro é a coisa mais difícil de fazer, porque requer interesse no outro, necessidade do outro, para que saia do meu lugar e vá nesta estratégia de mediação. (...) Eu vejo-me como mediador a tentar aproximar e a pôr as pessoas em relação, depois nessa relação elas fazem o que quiserem fazer. É difícil porque acho que tem muito a ver com esta coisa do ego mal trabalho. (...) Vais sempre já com um discurso que não é de encontro, não é de criar apetite nem necessidade. E depois parece que vivemos num território muito rico, porque não partilhamos o que uma aldeia tem de forte e a outra tem outra coisa certamente. Se somos um país tem de ser um país de parcerias e de redes, não de criar hospitais em todas as aldeias, ou criar centros culturais luxuosos em todos os sítios e depois não ter conteúdo para lá colocar e não ter dinâmicas culturais. Começamos sempre pela caixa, por aquilo que é visível, e não pelo que é mais subjetivo. (...) A cultura tem, quando é bem trabalhada, esta capacidade de nos recentrar naquilo que é importante, na lógica do encontro. As pontes nem sequer são uma opção. Se queres trabalhar tens que as criar, porque tens necessidade do outro, não sabes tudo, não tens dinheiro para tudo, não tens capacidade nem sequer tempo para tudo. Portanto não há outra forma (LSF);

Por um lado, devemos preservar o que é genuíno e fugir da massificação. Por outro lado, temos que abrir caminhos, porque as fronteiras são linhas geográficas que separam dois países, mas felizmente não são muros que não se possam atravessar. (...) É através da cooperação, da partilha

e da construção de redes que podemos chegar mais longe, certamente mais devagar, mas é por aí (MN);

Acho que a partir do momento em que se está por bem, os muros são simplesmente um não assunto. Acho que é claro, implícito, que é para trabalhar em rede. Estamos a trabalhar comunidades, num país tão pequeno. Acho que já toda a gente está dentro da mesma onda energética de quais são os temas que importam discutir. Acho que é uma questão de egos, não é mais nada senão egos. A partir do momento em que se quebrarem os egos, conseguimos todos trabalhar em rede naturalmente, acho que deixa de ser um assunto (TC).

4.5.7. A comunidade como ponto de partida

Ao abordar problemas como o despovoamento e a desorganização territorial do interior, os temas da globalização e da perspectiva de olhar para o país e para o mundo como uma “verdadeira aldeia global” surgiram naturalmente. Contudo, os participantes não deixaram de ressaltar a importância de não esquecer as raízes e de cultivar um “sentimento de pertença” com o território:

No caso [da websérie] Wildlings, a esmagadora maioria dos testemunhos que estão imortalizados nessa série são comunidade estrangeira que mudou, além de zona urbana para o rural, mudou também de país. Ou seja, também prova que cada vez mais somos uma verdadeira aldeia global (TC);

A circulação agora é super fácil. Com as novas tecnologias conseguimos estar em todo o lado ao mesmo tempo de alguma forma, mas a questão de estarmos sintonizados com o território é importante, e a cultura pode-nos ajudar a isso, não só a sintonizarmos, [mas também] a criar ego e sentimento de pertença. Só tens essa mobilização quando tens esse sentimento de pertença e esta dimensão de espaço público e de comunidade, a que a cultura também pode ajudar. Isso é a cultura, no fundo (LSF);

Eu não tenho fronteiras em relação ao mundo global em que nós vivemos. Tenho algum receio da massificação que a própria globalização traz, e a melhor maneira de nós deixarmos que o novo possa invadir o nosso território, no sentido de encontramos metamorfoses que nos façam andar para a frente, [é] agarrarmo-nos também àquilo que é nosso, àquilo que são as nossas raízes, mas também ter capacidade de as reinventar e de nos reinventarmos. Por isso, as questões da cultura, do turismo e de todas as indústrias criativas e da inovação são estrategicamente importantes e vão dar resultados se as pudermos articular a todas sem se atropelarem (MN).

Neste seguimento, uma das principais conclusões obtidas a partir desta conversa foi a da absoluta relevância de trabalhar a cultura a partir do envolvimento das comunidades, partindo dos territórios numa lógica de “pequena escala” e de “baixo para cima”, não deixando nunca de valorizar os aspetos e recursos característicos de determinada localidade. Sobre este ponto, retiraram-se ilações sobre o papel da governação local e das câmaras municipais nestes processos:

[Os meus companheiros de painel] estão, cada um à sua maneira nas áreas em que intervêm, a desconfinar este território de interior, porque é preciso colar esse desenho do futuro com projetos que envolvam a comunidade, que reforcem o património, a memória, a identidade. Não há nenhum no projeto que possa vingar no interior se não tiver a comunidade envolvida. (...) É preciso colar esta valorização daquilo que já lá está, a forma das pessoas estarem nas suas vidas no território, (...) e com a nossa marca identitária, que é nossa, muito própria, desta geografia, nós podemos fazer coisas, e ao fazermos coisas podemos no fundo ser felizes, mas ao mesmo tempo criar novas dinâmicas no território, em primeiro lugar, para os que estão, envolvendo a comunidade, criando sinergias, dando a possibilidade de as pessoas poderem ganhar dinheiro com a cultura. (...) Se não fosse o poder local, muitas estruturas tinham desaparecido, muitas iniciativas não tinham acontecido e, de facto, é à governação local que compete estimular o aspeto criativo e apostar na cultura como fator de coesão e desenvolvimento do seu território. É evidente que aqui há sempre esta fronteira, [esta] tentativa de controlar, de se imiscuir, de alguma forma querer algum retorno a nível da imagem e dos efeitos [destas] iniciativas que movimentam muita gente. (...) Não se deve criticar o que foi feito porque certamente está melhor do que o inexistente. Agora, há este caminho, sempre difícil, de olhar para este território não baralhando nem desvirtuando, preservando a traça original em relação à valorização das raízes e do potencial endógeno, mas acima de tudo também abrir as portas à inovação (MN);

Vi muitos projetos que partem de cima para baixo, onde depois não havia agentes locais para os agarrar e para os defender de uma forma continuada e sustentável. Acho que a única forma neste momento é conseguir criar alicerces e vínculos de comunidades, associações, empresas que agarram os projetos que vêm de cima, ou nesta relação mais vertical, ou então continuamos a injetar dinheiro para um balde roto. (...) Tem de haver um projeto de capacitação de lugar, de rosto, de muito pequenas escalas para começar a trabalhar aquilo. O Bons Sons só existe porque é da comunidade. Estivemos imenso tempo sem o apoio da câmara, começámos o contraciclo com crise, e ele só continuou hoje, e vai continuar depois desta crise, porque há esta apropriação e este trabalho de sentir que aquilo é seu. Muitas vezes as câmaras [municipais] têm tido uma lógica muito paternalista na forma de trabalharem a cultura e não só, e substituem-se à própria

comunidade. Há dinâmicas que são da própria comunidade, não pode ser nunca uma câmara a fazer. Até poderá criar o estímulo, mas tem sempre pensar que “quando entro tenho de pensar logo como vou sair”. É isso que sinto que não acontece. E o trabalho muito paternalista que há com as associações culturais no interior e não só, que é uma extensão do poder local, ou seja, não há uma independência, e não há cultura sem liberdade. Assim as pessoas nunca vão sentir aquilo como delas, não as vão defender e “ter a lata” de levar aquilo à frente. Acho que é um trabalho mais de rosto, de pequena escala, que tem de ser feito. É multidisciplinar, e a cultura é a base para isso tudo, o melhor lugar para trabalhar essas dimensões (LSF).

Deve ainda sublinhar-se aqui, como jeito de encerramento deste ponto e do capítulo relativo à conversa “Cá Dentro”, uma das várias interações feitas entre os participantes ao longo da iniciativa. A que aqui se exemplifica diz respeito à capacidade de regeneração demográfica que as dinâmicas culturais comunitárias promoveram em Cem Soldos, que se iniciou a partir de uma pergunta colocada por Afonso Dorido a Luís Sousa Ferreira:

Cem Soldos aumentou a população nestes últimos anos, certo? (AD);

Não conseguimos provar isso, mas a escola tem muito mais pessoas. É muito difícil de conseguir casa neste momento em Cem Soldos e teres espaço para poder fixar mais gente. Há o Aldeia Cultura, que é um projeto mais abrangente onde o Bons Sons está incluído, que pensa como crescemos, a questão da escola, e uma escola com um ensino diferente, um pouco mais adaptada à ideia de que é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança. Tens o Lar Aldeia, como envelhecer de uma forma mais ativa, e pensando turisticamente, do potencial desportivo, também um projeto urbanístico que vai ser implementado para que a aldeia tenha mais condições. Mas sempre nesta linguagem muito contemporânea de que as pessoas querem viver naquele sítio porque continuam a estar sintonizadas com o mundo e ao mesmo tempo com as possibilidades do campo. Não te consigo provar quantos, mas sim, é evidente que as pessoas estão a voltar (LSF);

Se aconteceu isso em Cem Soldos, poderá acontecer noutros locais. Tenho a certeza que a cultura e o associativismo, as pessoas serem unidas e se juntarem para fazer algo, isso tem mais cedo ou mais tarde esse tal brinde, que é o que se quer, que é as pessoas permanecerem, e até aumentarem a população, que é uma coisa incrível. É isso que se pretende inverter, não ter territórios sem nenhuma pessoa, sem oferta de nada (AD).

5. Cultura e agentes culturais em territórios de interioridade

5.1. Preparação e procedimentos realizados

De forma a aprofundar as temáticas discutidas durante a conversa “Cá Dentro”, bem como para expandir o conhecimento sobre as problemáticas que nesta dissertação se propuseram trabalhar, procedeu-se à realização de entrevistas a agentes e entidades culturais cuja base ou foco de trabalho estivesse inserido em locais de interioridade. É à análise destas entrevistas, bem como a todos os procedimentos levados a cabo durante a sua realização, que este capítulo se dedica.

Como já foi referido anteriormente no capítulo relativo ao enquadramento metodológico, a técnica escolhida para esta fase de investigação assentou na entrevista semidiretiva. Este método, que se caracteriza pelo facto de a sua natureza não ser “nem inteiramente aberta nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas”, oferecendo ao entrevistado a liberdade para falar abertamente, permitiu que existisse uma maior e mais livre troca de ideias entre o investigador e o interlocutor (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 192). É importante ressaltar que a escolha desta metodologia se deveu, sobretudo, à possibilidade de melhor responder às finalidades desta fase da investigação, que incidiram sobre a recolha de experiências e depoimentos capazes de descrever em pleno os objetivos e as dificuldades de quem trabalha a cultura no interior do país.

À semelhança do que foi feito durante o planeamento da conversa “Cá Dentro”, a seleção das pessoas convidadas esteve ao cargo do investigador. Dos cinco convites para entrevista, que se realizaram por via telefónica e por correio eletrónico entre os meses de julho e de setembro de 2022, obtiveram-se quatro respostas positivas:

- Alberto Fernandes (AF): colaborador em associações como os Galandum Galundaina e a Associação de Língua e Cultura Mirandesa, está também ligado à promoção cultural na região de Miranda do Douro;
- Mário Jorge Branquinho (MJB): técnico superior da Câmara Municipal de Seia, responsável pela programação da Casa da Cultura de Seia e membro da direção do CineEco – Festival Internacional de Cinema Ambiental da Serra da Estrela;

- Lara Seixo Rodrigues (LSR): fundadora e diretora da Mistaker Maker – Plataforma de Intervenção Artística, onde promove iniciativas como o festival WOOL | Covilhã Arte Urbana, o Lata 65 | workshop de arte urbana para idosos, e o FAZUNCHAR, festival de arte urbana em Figueiró dos Vinhos;
- Tiago Pereira (TP): realizador e diretor artístico do projeto A Música Portuguesa A Gostar Dela Própria (MPAGDP), um repositório online que se dedica a documentar e divulgar a tradição oral portuguesa sediado em Serpins.

As entrevistas aconteceram, então, entre os meses de agosto e outubro de 2022. Destas, uma foi realizada presencialmente e três por videochamada, não só para responder às características da variante metodológica semidiretiva, que exige a interação entre o entrevistador e o interlocutor, como também para favorecer a discussão e a troca de ideias entre ambos. Foi ainda preparado um guião das entrevistas (Anexo III), onde se incluíram perguntas especificamente preparadas para cada um dos entrevistados com base nas suas experiências profissionais, bem como questões orientadas aos objetivos desta dissertação, que foram colocadas de um modo geral.

5.2. Análise e divulgação dos resultados

A análise qualitativa do conteúdo das entrevistas correspondeu à última fase de trabalho. Todas as conversas foram gravadas com a devida autorização dos entrevistados, tendo-se depois procedido à transcrição integral de cada uma. Todas as transcrições se leram, se sumarizaram e se dividiram conseqüentemente por categorias temáticas, que serão expostas nos pontos seguintes. Com base no que foi feito no capítulo alusivo à conversa “Cá Dentro”, também aqui os diferentes pontos apresentados serão ilustrados com citações diretas dos entrevistados, sendo, desta vez, orientados pelas perguntas gerais que foram colocadas a todos os participantes.

5.2.1. Objetivos

Focando primeiramente as experiências de cada um dos entrevistados, uma ilação evidente é que as suas finalidades se distinguem mediante as suas áreas de trabalho e as particularidades das regiões sobre as quais operam. Contudo, é possível traçar uma linha geral de

objetivos que orientam o trabalho de todos estes agentes culturais, como a atração de públicos, a valorização territorial e a promoção de valores e do serviço educativo:

Em primeiro lugar, o [objetivo] de preservação; também o de promoção territorial; e sobretudo também ter esse ativo cultural que nos diferencia. Se não levar esse trabalho de incluir a cultura mirandesa em eventos que são organizados neste contexto, obviamente que se está a dar um contributo para que haja essa preservação e para que haja gente a manter essas tradições, [por]que sobretudo aqui falamos em tradições (AF);

Eu entendo, enquanto agente cultural do município de Seia, que os municípios devem desenvolver políticas culturais que vão de encontro às populações, porque nós necessitamos de serviços de saúde, de educação, como também necessitamos de serviços culturais, de proximidade. É importante ter aqui, e no caso da Casa da Cultura [de Seia], uma programação regular, não desgarrada mas articulada, consistente, permanente ao longo do ano, diversificada, indo de encontro aos vários públicos, procurando desenvolver os tais mecanismos de mediação para a atração de públicos e, sobretudo, de serviço educativo, não apenas com escolas mas com a comunidade em geral (MJB);

O mais importante: serviço educativo em Serpins. Jardim de infância primeiro; a seguir, escola primária, mas primeiro jardim de infância. Mostrar toda a variedade musical que existe no país, aumentar a sua sensibilidade sonora, ensiná-los a escutar, trazê-los para a rua, fazer oficinas de escuta, de gravação exterior. Fazê-los entender que tudo muda quando escutamos as coisas, pô-los a tocar instrumentos, perceberem todas as possibilidades que um instrumento tem (...). Ensinar como as coisas acontecem, de onde vêm, como se produzem, como se constroem... Isso é fundamental. Depois, fazer a ponte geracional: trazer os avós, os miúdos a falarem com os avós e fazerem com que isso se mova. Vamos trazer as pessoas para o meio do campo, obrigá-las a fazer caminhadas, a perceber o enriquecimento também sonoro a fazer essas caminhadas, a juntá-las. Manter a revista da Serpins Magazine, que fala sobre o país todo, "a janela aberta para o mundo" ... Todas essas coisas são questões que a nós nos preocupam (TP);

Aquilo que nos move é a questão da visibilidade ao interior. Acredito mesmo que é urgentíssimo uma coesão cultural, territorial, social e económica. O nosso país é completamente desequilibrado no que é uma faixa litoral e uma faixa interior e isso tem de ser trabalhado. (...) A nossa forma de trabalhar é tentar dar sempre o máximo, valorizar os territórios, ou seja, quando tu trazes cultura, posicionas um projeto e o projeto é comunicado em meios nacionais, existe um sentimento de pertença que é valorizado, que cresce. Se calhar, isso vai ajudar a que jovens não fujam do interior, que permaneçam por cá, porque a qualidade de vida também é medida pela cultura. Se a cultura

é essencial à vida, ela também tem que acontecer no interior para as pessoas cá ficarem, para não continuarmos a olhar para a desertificação e o abandono do interior (LSR).

5.2.2. Principais dificuldades

Uma das intenções inerentes à realização destas entrevistas passou pela recolha e perceção das principais dificuldades próprias ao trabalho cultural em regiões de interioridade. Neste sentido, os contributos dos diferentes entrevistados realçaram diversas adversidades, desde complicações inerentes à organização das iniciativas culturais, como a comunicação, os orçamentos baixos e a ponte por vezes difícil com os mecanismos municipais, a dificuldades próprias de territórios de interioridade, como a falta de pessoas, a longinquidade de recursos e questões relativas à “educação cultural”:

As dificuldades são ainda no domínio da mediação. Quando falamos em meios rurais, há essa dificuldade em penetrar, digamos assim, na sensibilidade dos públicos, mas não estou a dizer isso numa perspetiva de queixa, porque não nos queixamos – temos bons exemplos de excelente adesão na perspetiva quantitativa e qualitativa –, mas na perspetiva de que esse é um trabalho que tem de ser continuado, de ir ao encontro dos públicos, sejam eles rurais ou mais urbanos. Depois, o facto de estarmos afastados dos grandes centros, só nos afasta de alguns meandros que também nos interessariam, mas procuramos também aqui inverter essa situação, desde os meandros da própria comunicação social, que às vezes temos alguma dificuldade mas que procuramos ultrapassar com mecanismos que entendemos que são importantes. A comunicação hoje é tão importante como fazer o próprio evento (...). Costumo dizer que para falar um minuto ou dois na televisão eu perco um dia, porque viver a 300 km de Lisboa tem essa dificuldade. Quanto ao resto, há algumas debilidades ainda ao nível da própria organização, porque os municípios têm o seu funcionamento público que às vezes não é muito compatível com algumas dinâmicas culturais, mas é o que temos. São os municípios as grandes alavancas do desenvolvimento em Portugal no caso da cultura. Têm dado excelentes exemplos, ultrapassado isso apesar da burocracia, que são mecanismos muito complexos, mas que se ultrapassam. Podemos dizer que não é impeditivo, mas que cria algumas dificuldades (MJB);

A parte da comunicação é uma [dificuldade] enorme. Se trabalhamos no interior, e trabalhamos com a mesma qualidade do trabalho de Lisboa, é muito difícil de comunicar os projetos lá fora. Existe o preconceito de que se isto se faz no interior é porque não tem qualidade para estar numa grande cidade, o que é totalmente errado. Depois temos a questão dos apoios, dos patrocínios, que é muito reduzido. (...) O tipo de trabalho que desenvolvemos tem uma presença muito grande

no espaço público, nós temos de ter um envolvimento camarário e executivo muito grande das câmaras municipais. Muitas vezes é muito difícil eles compreenderem que o sucesso de um projeto não é medido em números. É diferente trazeres o Emanuel à Covilhã e ter 20 mil pessoas a ver ou um projeto de arte urbana que durante o festival não te traz tanta gente, mas ao longo do ano vai-te trazendo muita gente e outro tipo de retorno: social, económico, por aí fora. Às vezes é muito complicada esta relação de entendimento. A procura de resultados imediatos das coisas não se coaduna com o que são projetos de envolvimento comunitário, participativo, que são projetos muito mais longos e com muito mais trabalhos. (...) E os orçamentos, que são sempre muito mais baixos. A verdade é que os orçamentos têm de ser mais baixos porque o entendimento dos executivos é diferente. Se não dão o valor que deviam dar, os orçamentos são baixos, e porque não tens apoios exteriores de grandes marcas, também são mais baixos. Não tens esse encaixe que poderias ter noutros projetos, e também porque os orçamentos dos municípios do interior são mais baixos, é proporcional (LSR);

O que acontece aqui é que, como [em] qualquer associação do interior, não apenas no caso de Miranda, obviamente que tudo é longe e muitas vezes os próprios recursos para trabalhar, sejam materiais sejam humanos, também não estão disponíveis. Não há capacidade para ter gente a trabalhar mais em exclusivo (AF);

Se queres ter cultura, tens que ter educação cultural. Tens que ter cidadania, ensinar, formar públicos. Isso é fundamental. Senão vais continuar sempre a perpetuar esta questão do que aquilo que gostam aqui é desporto, motas, automobilismo, bailes, quermesses, não passa disso. Eles gostam é daqueles camiões-palcos que fazem barulho e que permitem embebedar-se durante muito tempo. É a cultura do álcool: há muita cultura do álcool no interior do país. (...) Lembro-me que fiquei mesmo triste e deprimido quando fizemos um espetáculo com os Bandua com 90 mulheres em palco e o público era horrível, só estava bêbado, berravam... Não estavam preparados para aquilo, não queriam aquilo, e eram pessoas da terra deles. (...) [A principal dificuldade] é a educação. A educação da cidadania, do gosto. Não podes combater o gosto, e portanto as pessoas de Serpins não estão habituadas a mexerem-se para nada, não saem de casa, não participam em atividades a não ser que sejam religiosas ou de entretenimento puro. Isso é o grande combate, como é que vais conseguir fazer com que saiam de casa (TP).

5.2.3. Impactos do despovoamento

Aproveitando as dificuldades enunciadas no ponto anterior, importa ressaltar alguns dos impactos que o despovoamento provoca sobre a produção cultural e o desenvolvimento nos

territórios de interioridade. Aqui, os participantes apontaram aspetos como a necessidade de firmar a cultura enquanto fator de desenvolvimento, e pintaram um retrato do que é trabalhar a culturalmente os territórios em processo de sangria populacional:

Não diria que [o despovoamento] afeta de forma direta, mas indireta claramente. Se tens menos pessoas na Covilhã, o orçamento do festival é menor. De repente passas a ter um território que se mantém exatamente igual, com as mesmas necessidades a nível de logística de município, e normalmente corta sempre na parte cultural, porque tudo o resto são necessidades básicas. Para mim a cultura é uma necessidade básica, mas infelizmente ainda não existe esse entendimento. Há executivos que até já têm essa ideia e que tentam dar o seu melhor. Acho que indiretamente o despovoamento afeta, até porque se não tens tanta gente, se calhar não precisas de fazer tantas atividades, o teu público é menor. O que eu acho é que podemos através da cultura lutar contra isso. (...) Quando de repente tens um projeto que traz pessoas ao interior e que lhes dás a conhecer o interior, estás a valorizar o que é o interior, e se calhar quem vê tem curiosidade “e se fôssemos para lá? Se ele lá está, se calhar também conseguíamos estar”. É um bocadinho a criação de oportunidades. No interior aquilo que falta também são as entidades culturais, há muito poucas profissionais, muito pouco profissionalizadas, o que depois também não vai criar projetos, mesmo que financiados pela DGArtes ou outros sistemas de financiamento, que venham produzir no interior (LSR);

O desenvolvimento cultural deve acompanhar o desenvolvimento social e económico dos territórios. Têm a mesma importância, devem situar-se nos mesmos patamares. O que verificamos muitas vezes é que o setor cultural está num patamar abaixo dos demais, e outras vezes está a acima dos outros. O equilíbrio aqui é muito importante, porque nós só podemos promover cultura com pessoas. Se as pessoas se vão embora, fica mais difícil. (...) Para travar essa sangria de pessoas que se vão embora destes territórios do interior do país, é preciso este mecanismo de atração de empresas para fixar pessoas, e depois, paralelo ao desenvolvimento de mecanismos culturais como os que estamos a desenvolver é muito importante. Julgo que tem de haver, nesta perspetiva política dos municípios, esta preocupação de fazer com que vá à mesma velocidade a questão social, económica, mas também a cultural (MJB);

Esse processo de despovoação, ou até mesmo de desumanização, do interior é um processo que cada vez está mais acelerado. Vai faltando gente. O comum no interior é ver-se estruturas como bandas filarmónicas, ranchos folclóricos, grupos etnográficos, constituídos por gente muito nova, em idade até aos 18 anos, antes da maior idade, e depois por gente a partir dos 50, 60 anos. Isso é um reflexo daquilo que se passa no interior. Como a demografia tende a ser dessa forma no

interior e cada vez mais acentuada nessa diferenciação, isso tem um reflexo muito grande naquilo que é a produção cultural ao nível da preservação e da produção da cultura tradicional (AF);

Cada interior tem vários interiores. Cada interior é um interior por si próprio e dentro dele tem vários interiores. O Alentejo é gigante, é um terço do país, e o baixo Alentejo não tem nada a ver com o alto e em condições socioeconómicas muda logo. (...) Tens todas estas sub-regiões dentro da mesma região que depois vês que o que está a acontecer nos sítios mais desertificados que é um horror, é mesmo triste veres aldeias e aldeias... Lembro-me que, quando fui gravar ao Palhão, houve uma aldeia onde fizeram uma festa porque não se via uma criança há 30 anos. Estás a falar de sítios que não têm ninguém, onde cada vez mais o que acontece é [um] problema principal do país, [que] é acharem que a única forma de produzir economia é o turismo. Cada vez mais vês isso. (...) Vai-se criando uma economia como acontece nos sítios todos, só que é só baseada numa coisa, que é o turismo. Isso obviamente tem as suas repercussões daqui a uns tempos, quando tudo começar a rebentar, porque não vai ser sustentável. (...) Estive em Arouca a filmar as mulheres da polifonia, mas depois vou a um restaurante e uma dose custa 34 euros por causa dos passadiços do Paiva. Os preços são altíssimos, tu pensas: “isto é mais caro que os sítios mais caros do Alentejo”. Há ali uma separação que não consegues entender e que depois percebes: é o turismo, são os passadiços do Paiva, é tudo isso (TP).

5.2.4. Soluções e medidas a tomar

O argumento de que a cultura está relacionada com possíveis soluções para o problema do despovoamento foi admitido com unanimidade pelos entrevistados, que sublinharam a importância da “mobilização cultural” nos territórios de interioridade, bem como a capacidade de desenvolvimento e de atratividade que as dimensões culturais podem conferir a estas localidades:

Claro que sim, que se pensa que a cultura pode ser uma importante alavanca no desenvolvimento territorial. Em alguns sítios, penso eu, os aspetos culturais serão quase a única esperança de desenvolvimento que algumas regiões do interior têm. Claro que aí os aspetos culturais são muito variados. (...) Estamos a falar de um crescimento que também não será muito grande. Haverá impacto, claramente. No interior, e em terras com pouca população, teres um aumento de poucas pessoas é um aumento significativo. (...) Estamos num momento a nível global de alguma reflexão, de fragilidade, e existem várias correntes que apontam para uma inversão daquilo que são os índices de desenvolvimento e de crescimento económico, falando de um abrandamento económico ser um bom índice. Suponhamos algo desse tipo. Associado a um eventual crescimento das pessoas, que no interior vivem uma vida com menos corridas, com mais facilidade em chegar

aos serviços e a todo o lado, sem problemas de estacionamento e trânsito. A pandemia aflorou mais essa realidade. Cada vez mais será possível criar oportunidades diferentes que não deixam de estar associadas aos media [e] ao setor cultural, para que as pessoas se vão fixando, ou refixando, no interior (AF);

Neste momento, existe uma certa mobilização que não é uma questão turística, mas uma questão de mobilização cultural, de que os artistas saem das cidades e vão criar núcleos diferentes de várias possibilidades de programação cultural e outras coisas no interior. (...) Estes nichos permitem que cada vez mais pessoas saiam da cidade a dizer “vamos ali, comemos ali, vemos aquele espetáculo, a seguir vamos visitar aquele ecomuseu”. Cada vez tens mais isso. As cidades estão num ponto, com o preço das rendas e com todas essas questões económicas, [em que] estão elas próprias a fazer com que os artistas saiam e vão para outros núcleos que existem no país todo. É uma tendência que veio para ficar e que permite, por um lado, que haja uma diversificação maior das ofertas culturais espalhadas pelo país todo, porque eram as que estavam todas concentradas em pequenos nichos nos centros urbanos que vão para fora, e depois, como vão para fora, também permite que se abram mais, que tenham mais apoios e que possam expandir-se. Isso permite com que também haja mais visitantes, mais pessoas a irem a esses sítios, o que pode também alavancar as culturas e as economias do interior, mas para isso também é preciso que haja noção de investimento (TP);

Eu acho que é óbvio [que o trabalho cultural pode ajudar um território], e no caso da Covilhã até acho extraordinário. Como sempre tentámos envolver, e sempre fomos muito sensatos e humildes, tínhamos a noção clara que isto só se faz com muita gente, e passados 11 anos continuamos a ter essa certeza de que só se faz com muita, muita gente. Falo de gente que simplesmente nos costura coisas quando precisamos, que nos dá uma tábuia, que nos empresta martelos, que nos dá alimentação, estadia, nos oferece descontos. Porquê? Não é porque pedimos, é porque todas estas pessoas percebem a mais-valia do festival na cidade. Veio despoletar uma visita muito grande. O roteiro que temos no centro histórico da cidade permite a permanência de muitos turistas, que se calhar só passariam por aqui e que, de repente, passam a ficar. Se passam a ficar, têm que ficar alojados em algum sítio, que comer noutra sítio, querem levar a sua lembrança. Isto é uma transformação económica muito grande. Outro aspeto: o WOOL, a nível de comunicação social, tem um impacto mediático que ronda o milhão de euros. Isto quer dizer que, quando se fala do WOOL, o nome da Covilhã está ali. Se tivéssemos de pagar a notícias para cá vir, nós íamos gastar um milhão; não o gastamos. Naturalmente, saem notícias sobre o festival, a nível nacional e internacional, que gera esse retorno de comunicação social. Isso traduz-se em teres muita gente na Covilhã a visitar, que vai ficando, e tudo isto é um bocadinho “pescadinha de

rabo na boca". Quer se queira, quer não, as pessoas passam pelo centro histórico, não há muitas lojinhas mas as que há acabam por receber visitas, as pessoas acabam por comprar qualquer coisa. Falamos de um retorno mais palpável (LSR);

Um território dinâmico do ponto de vista cultural também é mais atrativo. Quando alguém se desloca para uma zona do interior do país, procura se há uma boa escola para os filhos, se há um hospital no caso de alguma emergência, se tem cinema, se tem teatro... Isso contribui para o desenvolvimento do território: haver uma boa agenda cultural que permita com que as pessoas percebam que aqui não acontece como em muitos sítios [em que] não se passa nada. (...) [A cultura] está muito associada [com possíveis soluções para o problema do despovoamento]. Acho que todos os municípios deviam ter o seu plano de desenvolvimento cultural, para que ele contemple as linhas de orientação, neste caso, da área da cultura. Se os municípios têm um plano urbanístico, por exemplo, devem ter também um plano cultural, onde se vertem os objetivos de desenvolvimento sustentável (MJB);

Não obstante, também foram apontadas medidas e passos a tomar para que a cultura possa agir plenamente como um fator de desenvolvimento territorial e de inversão das tendências de despovoamento. Neste sentido, reforçou-se a importância de envolver e valorizar as comunidades locais, o incentivo à criação de projetos artísticos de continuidade e o papel das dimensões culturais na alavancagem de dinâmicas sociais e económicas:

Nos territórios do interior do país, os projetos têm de ser consistentes e abrangentes às várias áreas para que sejam avassaladores e possam criar ambiente atrativo. Isso exige todo um trabalho de equipas multidisciplinares e todos a trabalhar para o mesmo, procurando trabalhar muito com as comunidades. Depois, exercer muita influência nos centros de decisão a vários níveis (...). É preciso trazer as indústrias chamadas culturais, mas também tecnológicas. Isso é uma questão de persuasão, de insistência, de conhecimento, de redes de contactos, networking pelo país e pelo mundo. Não pode ser em atos isolados, nem só com a cultura nem só com a indústria, mas todo um conjunto de mecanismos. [Outro caminho é] a valorização dos produtos locais, cada vez mais. Isso, associado a outras atividades, atrai, desenvolve, dinamiza, cria riqueza, fixa pessoas. Fixando pessoas temos mais dinamismo, tendo mais dinamismo tudo isto é melhor (...). Isso é um desafio de todos: políticos, agentes culturais, sociais... De todos nós e das comunidades. As comunidades têm de ser envolvidas, repito. Não podem ser marginalizadas. Elas contam muito e têm que sentir essa missão, o amor à causa, ao local, e a valorização dessa cultura local. Se não valorizar o local, sentem-se afastadas. Sentindo-se afastadas dos centros de decisão local, pensam que não contam para nada e isso é meio caminho para irem embora. A melhor forma de inverter isso é fazer com que as pessoas da comunidade contem, que se sintam valorizadas. Podem até participar nas

decisões, em orçamentos participativos, com projetos, nos eventos, na valorização deste imenso património paisagístico, arquitetónico, cultural. Tudo isso é importante (MJB);

Acho que tem de haver espaço para tudo: para projetos que têm uma componente comunitária e participativa muito forte, em que realmente se trabalha a comunidade e que se tenta chegar às pessoas e provocar uma transformação; e [para] outro tipo de espetáculo, que é simplesmente irem ver um espetáculo ou um concerto, gostam ou não, se gostarem perfeito porque provavelmente vão voltar ao próximo, se não gostarem já não vão voltar. Acho que há espaço para tudo; acho é que nestes territórios, onde se calhar a participação ou a fruição cultural não é algo tão sistémico ou tão comum, se deveria dar uma predominância a este tipo de projetos que tocam e contactam mais com a comunidade. Por uma questão pedagógica, também, de irmos explicando às pessoas o que estamos a fazer. Às vezes, as pessoas não gostam simplesmente porque não gostam, mas quando lhes explicamos passam a gostar, e isso também é muito importante. (...) A cultura tem de estar à frente ou lado a lado com outras questões, como a educação e a saúde. Tem de estar na linha da frente no que é esta luta por uma coesão territorial, e quando eu falo de coesão obviamente falo de um povoamento ou de um repovoamento. (...) As pessoas só se mudam para o interior depois de cá estarem e de gostarem de cá estar. Não é porque nós trazemos uma companhia ou um teatro na Covilhã que aquela companhia vai gostar de aqui estar ou vem viver para cá. Se esta criação for mais constante e de continuidade... A continuidade é um grande problema em tudo o que é parte cultural no nosso país. Não há continuidade dos projetos. É uma coisa que tem mesmo de se trabalhar, porque só a continuidade vai possibilitar a que mais gente venha para o interior, por exemplo, a nível cultural trabalhar. Quem vem de Lisboa para o interior, mesmo que possa ser de outras áreas diferentes, também querem manter a sua fruição e participação cultural (LSR);

Têm que existir dispositivos culturais de programação que permitam que pessoas venham cá e que comecem a investir aqui, porque há cada vez mais um movimento de pessoas a virem a Serpins. O que acontece aqui é que tens uma praia fluvial que está sempre cheia no verão, que já esgotou totalmente a sua limitação. Precisas é de outra coisa, mas para haver outras soluções, têm que haver outras coisas para que as pessoas não fiquem só por ir à praia ou pelo parque de campismo. Precisas de criar outro tipo de atrativos e isso funciona por criar questões culturais. (...) Tens que estar sempre a pensar nestas questões do cultural para trazer pessoas, para que sejam muitas, porque depois, como são muitas, vão precisar que haja investimento, é preciso depois um restaurante, etc. Mas mais uma vez tem um erro crasso, que é o raio do turismo. Esse é o desafio, porque é o caminho mais fácil, que ao mesmo tempo é difícil e complexo, mas como é que se faz isso sem ter que ser pelo turismo? Mas não há outra solução. (...) Precisas sempre

de atrair pessoas, para que essas pessoas possam alavancar as outras economias à volta. Num futuro próximo, de curto prazo (TP);

Em Miranda (...) existem vários agentes em várias tutelas. É esse mosaico que vai permitir que isso aconteça, como acontece por exemplo com associações a contratarem recursos humanos para se fixarem na região, lá trabalhar, ter ali a sua base... Existe através de um aumento na produção, na profissionalização da própria gestão cultural. É através de todos esses mecanismos que a cultura cada vez mais se irá tornar um fator importante no desenvolvimento, não apenas na perspetiva turística (AF).

5.2.5. Outras questões

Antes de concluir a apresentação destes resultados, importa referir que existiram várias outras questões que foram referenciadas por vários participantes no decorrer de cada entrevista. Estas disseram respeito não só a temáticas que foram já abordadas em pontos anteriores, como também a outros tópicos específicos que ainda não foram mencionados. Aqui inserem-se temas como, por exemplo, o trabalho cultural baseado nos recursos culturais e comunitários de cada região, no património e na identidade local:

O CineEco é uma marca forte que tem sido construída ao longo dos anos e isso é muito significativo, porque se constrói ano após ano, fruto da sua programação, convidados, tudo o que nós entendemos que é importante sob o ponto de vista da dinâmica cultural e artística associada. Obviamente que é uma marca do panorama cultural da cidade enquanto uma organização do município, associada depois a todo um conjunto de outros eventos, não é um evento isolado mas um evento, digamos, articulado com outros eventos. Quer do ponto de vista cultural, quer do ponto de vista ambiental. (...) Quando se propôs à câmara a organização deste festival, foi nessa perspetiva, porque estamos da Serra da Estrela, que tem uma reserva biogenética muito importante a preservar. Na altura era muito nessa lógica da preservação, da paisagem da Serra da Estrela, que depois se foi alargando, e chegámos até aqui. Há todo um conjunto de outros eventos culturais que complementam esta missão do próprio festival e que contribuem muito para a afirmação de Seia no contexto cultural (MJB);

Não há nenhuma linha que se possa delimitar entre a separação de cultura e património cultural. Aquilo que existe, o que podemos identificar, são bens que identificamos como bens culturais pertencentes a um património cultural, obviamente, que na sua maioria, hoje em dia, mesmo que sejam bens materiais, são sempre naturalmente associados a um domínio imaterial, ou pelo

menos a uma dimensão imaterial, e como tal tem cabimento muita coisa. No caso de Miranda, existem elementos bastante singulares, bastante próprios da região que a distinguem e a diferenciam ainda mais em termos culturais. Esses elementos têm sido desde sempre utilizados na promoção da região. (...) É nesta onda de revitalização, de recriação, de recuperação de algumas tradições, de algumas festas locais, organização em associações, o emergir das redes sociais e tudo isso, que se dá uma consciência de que os bens culturais são ativos e importantes no marketing do território e no desenvolvimento e na atração de gente (AF);

Acredito mesmo que os projetos têm de ser desenhados para cada local específico. Uma coisa que não se pode fazer é impores a tua ideia ao território. Isso simplesmente vai ser entendido como uma invasão. Acho que a forma de trabalhar em qualquer território é teres de perceber onde estás a trabalhar. Só depois de perceberes é que consegues desenhar seja o que for. (...) a forma de o fazer é mesmo ouvir, estar, observar, conhecer muito bem, e só assim é que consegues depois projetar, desenhar, criar o que responde de melhor ao território. É uma constante mediação, estás sempre a medir informação. A nossa forma de trabalhar é estar em permanência nos locais. Quando digo permanência é durante o festival. (...) Temos de perceber como as pessoas e a comunidade estão a reagir, e isso só estando in loco. Quando estás no local já a avaliar o que estás a fazer estás a receber informação para o futuro (LSR).

Outra das temáticas abordadas disse respeito à relevância da cultura trabalhada através de redes e de parcerias:

A cultura trabalha-se muito pela parceria. Uma entidade sozinha num território não faz nada, tem de haver uma questão de trabalho de rede, de várias entidades que são financiadas e que conseguem trabalhar em rede (LSR);

Deve haver cada vez mais um trabalho em rede. No nosso caso, temos a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela. Já tem havido, e há, projetos culturais comuns aos conselhos, e esse também é um caminho a seguir, porque acabam por ser áreas metropolitanas num território de interior. No nosso caso são 250 mil habitantes nesta região, que vai da Covilhã ao Fundão e à Guarda, e um cidadão tanto pode estar em Seia e ir a Gouveia ou ir ao Fundão, como quem está em Almada vai ao centro de Lisboa, a Oeiras, ou aqui ou ali. Se falarmos numa Área Metropolitana de Lisboa, aqui falamos de uma área rural metropolitana que também leva a que a vários concelhos possam trabalhar em conjunto, articulados e numa perspetiva sustentável (MJB).

Por fim, sublinha-se ainda a relevância do trabalho cultural com consciência das dinâmicas temporais em territórios de interioridade, focando as diversas perspetivas do passado e do presente numa abordagem de futuro:

Uma das mais valias do tipo de trabalho que nós fazemos tem a ver com o facto de grande parte do nosso trabalho permanecer no território, ou seja, é uma marca que fica e que tem depois várias valências. O facto de criarmos um roteiro e um instrumento que depois pode ser trabalhado pelo município e pelo turismo daquele local [faz com que] a parte económica esteja toda envolvida. A nível da comunidade, o facto de estar ali um mural [e de] aquela comunidade saber o que significa, como foi feito, [ter sido] parte integrante. Pode parecer muito parvo, mas que acredito cada vez mais que a cultura do mural, ou qualquer coisa que esteja a acontecer na rua, é uma performance de longo alcance, de longa duração, em que se estivermos nove dias a trabalhar num mural, todas as pessoas que vivem em volta e interagem com o artista são parte integrante dessa performance. A transformação está a acontecer diariamente. As pessoas ao início estranham, depois começam a gostar, depois adoram, depois levam lanche ao artista e passam a ser os guias, as melhores pessoas a explicar o que significa aquele mural. O que isto reflete no futuro é que aquelas pessoas que passam naquele mural vão ter sempre essa lembrança daqueles momentos em que estiveram com o artista no momento da criação. Há uma questão de memória permanente que fica no território, que não desaparece. Em qualquer concerto [ou] espetáculo de dança, isso faz-se e desaparece: a memória dele esfuma-se mais rápido. No mural não, ele permanece no território com a memória de um ente específico, de uma partilha, de um encontro (LSR);

Neste caso [dos Galandum Galundaina], não é trazer a música de outrora pura e simplesmente fazendo uma recolha, pegando nela e trazendo-a. A música vai-se recriando e vai-se reinventando em função dos instrumentos que são utilizados e também se vai adaptando aos tempos da sociedade. Aquilo que Galandum faz é precisamente isso: trouxe essa recolha, esse reportório muito valioso, muito vasto e bastante singular da Terra de Miranda, precisamente também por ser um reportório de uma língua cooficial, chamemos-lhe assim, que é o mirandês, e nesse sentido dá uma maior autenticidade àquilo que é a obra artística, que trata de ser uma reinterpretação e uma recriação desses temas antigos, mas não uma cópia simples deles. (...) O tempo presente é configurado em função das memórias que têm as pessoas e das projeções para a vida futura. Nesse sentido, há essa recolha, mas há essa re-significação desses próprios temas, uma vez que já não existem com a função que existiriam, mas trazem-se sobretudo por uma questão de identidade, de autenticidade e também de singularidade, que faz um pouco deste interior passar para lá do Marão (AF);

Interessa é que as coisas estejam vivas, que existam por si próprias, que as práticas que existam estejam vivas. Não interessa que haja uma recriação de uma prática só para um evento ou só para uma gravação. Quereres é que as práticas vivam por elas próprias. Eu tenho 50 anos, o meu pai toca música tradicional desde que eu tenho 8. Quando eu tinha 9 e 10 anos, ia aos ensaios e aos concertos e ouvia o mesmo repertório e os mesmos arranjos que ainda hoje encontro em certos grupos musicais, as ditas canções da moda, que são da moda há 40 anos, que as pessoas continuam a repetir. A questão é: vale a pena perpetuar isso ou vale a pena ver os novos grupos que vêm das tribos regenerativas, que vem com a nova regeneração dos jovens que não viveram as coisas mas que agora se interessam por isso e que, de repente, agarram em toda a música tradicional e em tudo o que ouvirem, bebem, mas quando deitam fora já é uma coisa completamente diferente. Interessa essa transformação, mas ao mesmo tempo também tens essa resistência desses grupos que continuam a tocar os mesmos repertórios há 40 anos. E o que é que interessa? As duas coisas interessam. Não podes dizer que uma é melhor que a outra, porque o que interessa é que esteja vivo, que de repente alguém se levante e cante essa música e as outras pessoas acompanhem. É o fenómeno da música no seu sentido primordial. Essa questão do conservar – mas conservar para quê, se já não existem os dispositivos que permitiam que essa música estivesse viva? (...) A MPAGDP tem que se posicionar fora desta linha e tem de dizer não, a nossa questão não é essa, estamos é preocupados em gravar pessoas com melhor cinematografia possível, porque isso vai ajudar essas pessoas a terem autoestima e a terem um boost positivo que os vai permitir ter reações cognitivas melhores. Vão lembrar-se mais das coisas, ficar melhores com eles próprios, ficar melhores com aquilo que eles acham que a sociedade quer deles. (...) Eu sou muito mais pela criação das novas tribos do que por continuar a tentar preservar uma coisa que está mais que morta, em que tudo o que pode acontecer são recriações de recriações... O que interessa é que tenhas práticas que façam sentido na comunidade contemporânea, que estejam vivas com sentido na comunidade contemporânea. Porque senão qual é a lógica, é a tradição pela tradição? Não, senão a tradição é uma grande prisão (TP).

6. Discussão Final de Resultados

Concluída a análise dos dados obtidos durante o projeto “Cá Dentro” e durante a realização das entrevistas, resta-nos discutir brevemente os resultados de cada uma dessas fases de investigação, refletindo assim sobre as suas principais conclusões. Procedendo a partir das questões de partida que guiaram o curso desta investigação, considere-se, em primeiro lugar, a seguinte: de que maneira o despovoamento afeta a produção cultural nas regiões do interior?

Para formalizar uma resposta a esta pergunta, devem considerar-se vários dos aspetos abordados pelos participantes. Um deles pode dizer respeito ao designado olhar paternalista com que se encaram os territórios de interioridade, que se relaciona com uma noção frequentemente deturpada daquilo que constitui verdadeiramente o interior, o que dificulta que o trabalho cultural nestas localidades ultrapasse a ideia de passado e de repositório de tradições para conservar. A própria lógica conservadora e, por vezes, a percepção de limitação da liberdade que caracteriza estes locais pode não só contribuir para a saída dos jovens para as grandes cidades como também pode impedir a afirmação das dinâmicas culturais como um pilar fundamental de desenvolvimento do território.

Considerou-se, de uma forma geral, que a cultura é constituída pelas pessoas e que deve ser entendida como uma extensão das próprias comunidades, pelo que os territórios afetados pelo despovoamento se tornam lugares difíceis de atuar numa perspetiva de produção cultural. Esta sangria populacional também faz com que o desenho de iniciativas culturais em territórios de interioridade caia na tentação de basear-se exclusivamente na atração de pessoas através do turismo, o que, por sua vez, produz as suas próprias consequências, como a promoção de eventos descartáveis, sem continuidade e sem preocupação pelas pessoas que habitam o território, e a criação de economias voláteis e não sustentáveis, demasiado centradas nas dinâmicas temporárias do turista.

Outras dificuldades apontadas pelos participantes disseram respeito a fatores como: a difícil acessibilidade a recursos materiais e humanos, que por norma se encontram apenas nos grandes centros; a questão dos baixos orçamentos e escassos apoios, que se prende com o facto de, com frequência, não se conceber a cultura como um fator essencial no desenvolvimento destes territórios, mas que também decorre das dificuldades que assolam o setor cultural em Portugal; o

problema da comunicação social, cujos órgãos estão baseados nos grandes centros urbanos, longe das localidades de interior, e que manifestam essa distância na fraca cobertura e promoção das iniciativas culturais do interior; e ainda a dificuldade da mediação, do gosto e da sensibilização dos públicos.

A todas estas adversidades acresce a circunstância de que, nos territórios do interior do país, o principal agente promotor e organizador de iniciativas culturais são os municípios e os executivos camarários. Tal não constitui, por si só, um inconveniente; aliás, o papel fulcral que os agentes de poder local possuem como alavanca principal da cultura enquanto fator de desenvolvimento local foi abordado diversas vezes pelos participantes. Contudo, também foi referido que, muitas vezes, o envolvimento das câmaras municipais acarreta em si diversos desafios para a produção cultural, como, por exemplo, a frequente exigência de um tipo de retorno económico imediato dos eventos culturais e a possível incompatibilidade entre as dinâmicas culturais e o funcionamento e organização dos municípios.

Com tudo isto em mente, ponderemos, enfim, a segunda questão de partida: como pode a cultura estar relacionada com possíveis soluções para o problema do despovoamento? A discussão pode ser iniciada com o reconhecimento do papel da cultura enquanto um fator importante no desenvolvimento de localidades em processo de despovoamento. Este argumento, que foi admitido por todos os participantes, centra-se na premissa de que a cultura deve ser encarada como uma necessidade básica de um território e de que deve constar, em pleno, nas estratégias de desenvolvimento e coesão territorial. Para que tal seja possível, foram destacadas, por parte dos participantes, uma série de linhas orientadoras daquilo que deve ser o trabalho cultural em regiões de interioridade.

Uma das estratégias sublinhadas por todos os participantes foi a de um desenho cuidado de iniciativas culturais que partam de “dentro para fora”, com projetos baseados nas características e no potencial de cada território, envolvendo sempre as comunidades que o habitam. Neste sentido, devem priorizar-se iniciativas que favoreçam as pessoas “que já lá estão”, fomentando o sentimento de pertença e o bem-estar das comunidades, e sublinhando o património e as marcas identitárias de cada localidade.

Da mesma maneira, vários participantes ressaltaram a aposta na educação e na formação dos públicos numa perspetiva de assumir as dinâmicas artísticas e culturais como fatores determinantes na promoção da cidadania, do encontro e do relacionamento com o outro. Também

o trabalho em rede e o estabelecimento de parcerias entre associações, entidades culturais e comunidades foi um ponto referido em ambos os momentos de investigação como sendo um fator fulcral para o propósito e a sustentabilidade do trabalho cultural no interior.

Ademais, uma ilação comum foi a de que um território com projetos culturais variados e consistentes é mais atrativo, não só para quem o visita, que o passa a entender como um lugar com ação e vitalidade, como também para o investimento de empresas e de indústrias. A cultura deve, por isso, estar representada nas políticas municipais, que a devem conceber como um fator determinante para o desenvolvimento do território, capaz de alavancar dinâmicas económicas que não se baseiem apenas no turismo e no retorno imediato. A este respeito, sublinhou-se também a importância de conceber projetos de continuidade, que trabalhem continuamente em conjunto com as comunidades numa perspetiva de futuro e de permanência, criando o espaço necessário à fixação de profissionais do setor cultural.

Finalmente, resta ainda abordar o contexto sociocultural em que o interior português se encontra nos dias de hoje, contrapondo, por um lado, o processo acelerado do despovoamento, que parece, em alguns casos, chegar a um “ponto de não retorno”, e, por outro, a chegada de “novos povoadores” às regiões de interioridade, facultada por fatores como a mobilidade e circulação facilitada, as novas tecnologias, e a própria qualidade de vida das localidades do interior. Acredita-se que será essa realidade, que se conjunta com um fomento das dinâmicas culturais trabalhadas no sentido comunitário, que cada vez mais irá abrir as portas e sulcar o terreno à possível regeneração demográfica do território interior português.

7. Considerações Finais

A presente dissertação propôs-se a trabalhar sobre as relações entre a produção cultural, o desenvolvimento e o despovoamento dos territórios de interioridade em Portugal. As diversas abordagens levadas a cabo durante as diferentes fases de trabalho deram origem a resultados ricos e complexos que, assim o julgamos, conseguiram responder às questões levantadas à partida desta investigação.

A cultura, que se deve admitir como reflexo social de determinada comunidade, fica naturalmente afetada com o problema grave que constitui o despovoamento. Os territórios de interioridade em Portugal, sobretudo os que são mais afetados por esta problemática, tornam-se lugares mais débeis a nível cultural e onde é mais difícil atuar, precisamente por terem menos pessoas. No entanto, invertendo a moeda a esta situação, encontramos uma profunda natureza regenerativa nas dinâmicas culturais, que se tornam capazes de repovoar estas regiões, ainda que em pequena escala, quando são guiadas por um trabalho com perspetiva local e comunitária, não descurando nunca a vertente identitária de cada população, e admitindo sempre os benefícios de operar a partir de redes e parcerias. Para além de contribuir para que determinado local se torne mais atrativo, não só a visitantes como também a indústrias das mais variadas vertentes, a produção cultural intensiva, continuada e diversificada pode ajudar a desenvolver aspetos sociais como a educação, a cidadania e o sentimento de pertença aos residentes e novos povoadores de determinado território, colaborando assim para estimular o bem-estar de quem o habita.

Considerando novamente os objetivos de cada fase de trabalho, resta-nos admitir algumas considerações sobre cada processo, encarando, primeiramente, a realização da conversa “Cá Dentro”. Os propósitos desta iniciativa, que se prenderam com a promoção de uma discussão multidisciplinar capaz de abordar a produção cultural no interior do país, de a relacionar com as dimensões do desenvolvimento e do despovoamento, e ainda de apresentar estas problemáticas ao público, cimentando a sua relevância, foram, de um modo geral, cumpridos. A parceria com a Semana Cultural de Penalva de Alva e com a Sociedade Recreativa Penalvense revelou-se bastante proveitosa a esse respeito, com ambas as partes a trabalhar para que estas finalidades pudessem ser atingidas. É certo que tal não se conseguiu sem algumas adversidades, como a obrigação de adaptar este evento ao formato online, ou pelo processo de moderação que, neste formato à distância, se revelou bem mais desafiante do que se esperava. Contudo, podemos seguramente

afirmar que os resultados desta iniciativa foram bastante profícuos, facto que se deve, sobretudo, aos enriquecedores contributos dos participantes.

Além disso, as temáticas discutidas neste colóquio foram essenciais ao avanço para a fase seguinte da investigação, que disse respeito às entrevistas a agentes e entidades culturais envolvidos na produção cultural em regiões despovoadas, que se realizaram com o propósito central de aprofundar o conhecimento sobre as problemáticas a que nos propusemos trabalhar, mas também de recolher depoimentos capazes de traçar uma linha orientadora das principais dificuldades e objetivos destes agentes. Também aqui os dados obtidos foram extremamente ricos e relevantes. Acreditamos que estes resultados se deveram, principalmente, à variante metodológica adotada – a entrevista semidiretiva –, que, ao facultar uma maior interatividade entre o investigador e os interlocutores, permitiu que as experiências fossem detalhadas de uma maneira mais livre e, por isso, mais verdadeira. O tratamento dos dados que se obtiveram a partir desta metodologia foi o principal desafio desta fase, sobretudo pela diversidade das perceções com que cada agente contribuiu, mas reiteramos com certeza que não se poderia ter optado por qualquer outro método de investigação na abordagem a estas temáticas.

É ainda necessário ressaltar que o próprio processo de pesquisa, que se evidencia na extensão do enquadramento teórico, foi uma fase essencial para contextualizar e entender verdadeiramente a natureza abrangente destas temáticas. Esta abrangência temática também acabou por dificultar, de certa maneira, a abordagem do trabalho desenvolvido, dada a complexidade conceptual e teórica suscitada.

Consideramos, por fim, que a utilidade e relevância desta investigação se pode perceber de diversas maneiras, podendo contribuir de uma forma relevante para o entendimento daquilo que é o fenómeno do despovoamento e de o relacionar com os desafios e objetivos da produção cultural. Da mesma maneira, poderá apresentar linhas orientadoras e incentivos direccionados ao trabalho cultural futuro em regiões de interioridade. Ao longo do processo de pesquisa, foi possível perceber que a investigação dedicada à relação entre as variadas dinâmicas da cultura e o desenvolvimento de territórios de pequena dimensão é um tópico extensivamente trabalhado a nível nacional. Contudo, esta noção da cultura enquanto ferramenta capaz de combater a crescente tendência do despovoamento, numa perspetiva de desenvolvimento em territórios de interioridade, não nos pareceu suficientemente consolidada. Se

esta dissertação contribuir para incentivar o estudo, acadêmico ou não, e a reflexão sobre estas problemáticas, então todos os seus propósitos terão sido cumpridos.

Referências Bibliográficas

- Amado, M. & Carvalho, P. (2013). Museus e desenvolvimento local – o exemplo do Museu do Pão (Seia). *Cadernos de Geografia*, 32, 247-260. https://doi.org/10.14195/0871-1623_32_22
- Amaro, R. R. (2003). Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos* [Online], 4. Posto online no dia 25 julho 2014. <https://doi.org/10.4000/cea.1573>
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Baronet, P. R. (2012). Porque se dá o despovoamento das regiões do interior: a construção social das trajetórias de saída. *Oficina do CES N.º 383*. Retirado de <https://ces.uc.pt/pt/publicacoes/outras-publicacoes-e-colecoes/oficina-do-ces/numeros/oficina-383>
- Barroso, P. (2004). Arte e sociedade: comunicação como processo. In *Actas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia – Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, 79-86. Retirado de https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR460e84135cce8_1.pdf
- Benjamin, W. (1936/2010). *A obra de arte na época da sua reprodução mecanizada*. Amadora: Escola Superior de Teatro e Cinema. Retirado de <http://hdl.handle.net/10400.21/194>
- Botelho, I. (2001). Dimensões da Cultura e Políticas Públicas. *São Paulo em Perspectiva*. 15(2), 73-83. <https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000200011>
- Brito, F. & Craveiro, S. (2021, setembro). O que define a interioridade?. *Revista Gerador*, 35. Retirado de <https://gerador.eu/o-que-define-a-interioridade/>
- Carvalheira, R. (2018). Poderá a cultura ser instrumento de emancipação?. *Cultura e Desenvolvimento – Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD*, 15, 5-6. Retirado de <https://www.plataformaongd.pt/uploads/revistas/revista-15-plataformaong-cultura-e-desenvolvimento-jan-fev-2018.pdf>

- CEMAT, Comissão Europeia dos Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território do Conselho da Europa. (2011). *Glossário do Desenvolvimento Territorial*. Retirado de https://www.forumdascidades.pt/sites/default/files/glossary_portugais.pdf.pdf
- Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. (1997). *Nuestra diversidad creativa: informe de la Comisión Mundial de Cultura y Desarrollo*. UNESCO. Retirado de https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000103628_spa?4=null&queryId=e495a450-069e-40dd-8615-d529509c02a2
- Crespi, F. (1997). *Manual de Sociologia da Cultura*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Cuche, D. (1999). *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC.
- Eliot, T. S. (1948/1988). *Notas para uma definição de cultura*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Fernandes, F. S. (2017, 18 de setembro). Área Metropolitana de Lisboa. Uma cabeça maior que o corpo. *ECO*. Retirado de <https://eco.sapo.pt/2017/09/18/area-metropolitana-de-lisboa-uma-cabeca-maior-que-o-corpo/>
- Ferrão, J. (2018). Despovoamento em áreas rurais: entre a inevitabilidade e a capacidade de transformação. *CULTIVAR – Cadernos de Análise e Prospetiva*, 11, 13-19. Retirado de <http://hdl.handle.net/10451/33338>
- Fortuna, C. (2013). *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais: Estudos Sociológicos de Cultura Urbana*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra [ebook]. Retirado de <https://ucdigitalis.uc.pt/pombalina/item/50949>
- GANEC, Gabinete de Análise Económica. (2014). *Cultura e Desenvolvimento: Um Guia Para os Decisores*. Lisboa: GEPAC/Secretaria de Estado da Cultura. Retirado de <http://www.gepac.gov.pt/gepac-seminarios/cultura2020/estudo-tavares-pdf.aspx>
- Garcia, B., Silva, S., Andrade, A. C., & Ramos, G. (2020). Evolução da população e o despovoamento no interior de Portugal: o caso do concelho de Bragança. *Encontro intermediário dos Grupos de Trabalho da ABEP 2019: anais*. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP [ebook]. Retirado de <http://abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/view/3493>
- Gonçalves, C. V., Carvalho, J. M. L. & Tavares, J. (2020). *Património Cultural em Portugal: Avaliação do Valor Económico e Social*. Lisboa: Fundação Millennium Bcp. Retirado de

<https://www.patrimonio.pt/post/estudo-patrim%C3%B3nio-cultural-em-portugal-avalia%C3%A7%C3%A3o-do-valor-econ%C3%B3mico-e-social>

- Guerra, I. (2003). Polémicas e Modelos para uma Sociologia de Intervenção. *Cadernos de Estudos Africanos*, 4, 71-84. Retirado de <http://hdl.handle.net/10071/3187>
- Hall, S. (1997). A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, 22(2), 15-46. Retirado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71361>
- Hall, S. (2003). *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Lopes, J. T. (2000). Em busca de um lugar no mapa: reflexões sobre políticas culturais em cidades de pequena dimensão. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (34), 81-91. Retirado de http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292000000300004&lng=pt&tlng=pt
- List, R. A., Kononykhina, O. & Cohen, J. L. (2017). *Cultural Participation and Inclusive Societies – A thematic report based on the Indicator Framework on Culture and Democracy*. Retirado de https://ec.europa.eu/migrant-integration/library-document/cultural-participation-and-inclusive-societies_en
- Maraña, M. (2010). Culture and Development: Evolution and Prospects. *UNESCO Etxea Working Papers*, 1. Retirado de https://www.ehu.es/documents/3120344/3356415/Culture_Development.pdf
- Martins, M. L. (1990). A identidade regional e cultural – Do esquema teórico das oposições simbólicas aos esquemas práticos da acção social. *Anais Universitários. Série Ciências Sociais e Humanas*, 95-108. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/23769>
- Martins, M. L. (2011). *Crise no castelo da cultura. Das estrelas para os ecrãs*. Coimbra: Grácio Editor.
- Matoso, R. (2018, 12 de maio). E agora, o que fazemos com isto?. *ARTECAPITAL*. Retirado de <https://www.artecapital.net/opiniao-187-rui-matoso-e-agora-o-que-fazemos-com-isto->

- Nascimento, L. M. F. (2018). A cultura como caminho de afirmação, coesão e desenvolvimento das geografias da interioridade em Portugal. *REA - Revista Euroamericana de Antropología*, 5, 53-63. <https://doi.org/10.14201/rea201855363>
- Oliveira, P. C. M. (2014). Cultura, diversidade cultural e desenvolvimento. In P. F. Guimarães, R. A. Aguiar, H. M. M. Lastres & M. M. Silva (Eds.), *Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste*, 362-387. Rio de Janeiro: BNDES. Retirado de <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/3073>
- Quiyv, R. & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Rathje, S. (2009). The Definition of Culture: An Application-Oriented Overhaul. *Interculture Journal*, 8, 35-58. Retirado de <https://ssrn.com/abstract=1533439>
- Resende, A. (2007). Da Relação Individuo e Sociedade. *Educativa - Revista de Educação*, 10(1), 29-45. Retirado de <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/173>
- Rothman, J. (2014, 26 de dezembro). The Meaning of "Culture". *New Yorker*. Retirado de <https://www.newyorker.com/books/joshua-rothman/meaning-culture>
- Roxo, M. J. & Cortesão, P. C. (2003). *Desertificação em Portugal – Perceção Pública*. Retirado de <http://hdl.handle.net/10362/126230>
- Roxo, M. J. & Machado, C. R. (2019). Desertificação. *Catástrofes Mistas: Uma Perspetiva Ambiental*, 211-239. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1901-9>
- Sachs, I. (2005). Desenvolvimento e cultura. Desenvolvimento da cultura. Cultura do desenvolvimento. *Organizações & Sociedade* [Online], 12(33), 151-165. Posto online no dia 4 de junho de 2014. Retirado de <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10782>
- Salema, I. (2022, 10 de outubro). Orçamento da Cultura cresce 23%, mas peso no bolo total da despesa mantém-se aquém dos 0,5%. *Público*. Retirado de <https://www.publico.pt/2022/10/10/culturaipsilon/noticia/orcamento-cultura-cresce-23-peso-bolo-total-despesa-mantemse-aquem-05-2023482>
- Santiago, D. & Curvelo, P. (2020, 23 de dezembro). Natal e ano novo em pandemia: As regras em cada dia das próximas duas semanas. *Jornal de Negócios*. Retirado de

<https://www.jornaldenegocios.pt/economia/coronavirus/detalhe/natal-e-ano-novo-em-pandemia-as-regras-em-cada-dia-das-proximas-duas-semanas>

Santos, M. L. L. (2007). Políticas Culturais Urbanas. *O público e o privado*, (9), 83-91. Retirado de <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2362>

Sen, A. (2007). *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Silva, A. S. (2007). Como abordar as políticas culturais autárquicas? Uma hipótese de roteiro. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (54), 11-33. Retirado de http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292007000200002&lng=pt&tlng=pt

Silva, E. A. (2013). As metodologias qualitativas de investigação nas Ciências Sociais. *Revista Angolana de Sociologia* [Online], 12. Posto online no dia 01 março 2015. <https://doi.org/10.4000/ras.740>

Silva, I. S., Veloso, A. L. & Keating, J. B. (2014). Focus group: Considerações teóricas e metodológicas. *Revista Lusófona de Educação*, 26, 175-190. Retirado de <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/4703>

Storey, J. (2003). *Inventing Popular Culture: from folklore to globalization*. Malden: Blackwell Publishing.

Throsby, D. (2001). *Economics and Culture*. Cambridge: Cambridge University Press.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (1982). *World Conference on Cultural Policies: final report*. Retirado de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000052505>

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2001). *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*. Retirado de <https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/decl-diversidadecultural.pdf>

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2005). *Convention on the Promotion of the Diversity of Cultural Expressions*. Retirado de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000142919>

Veiga, A. C. (2022, 11 de agosto). Despovoamento do interior: a resistência das gerações mais novas forma-se através da cultura. *Gerador*. Retirado de <https://gerador.eu/despovoamento-do-interior-a-resistencia-das-geracoes-mais-novas-forma-se-atraves-da-cultura/>

Vilar, E. R. (2007). Sobre a economia da cultura. *Comunicação & Cultura*, (3), 131-144. <https://doi.org/10.34632/comunicacaoecultura.2007.443>

White, L. A. (1959). The Concept of Culture. *American Anthropologist*, 61, 227-251. <https://doi.org/10.1525/aa.1959.61.2.02a00040>

Zapata-Barrero, R. (2016). Diversity and cultural policy: cultural citizenship as a tool for inclusion. *International Journal of Cultural Policy*, 22(4). <https://doi.org/10.1080/10286632.2015.1015533>

Legislação e Outros Documentos

Assembleia Constituinte. (1975). Sessão N.º 40, em 2 de setembro. *Diário da Assembleia Constituinte*, série 01, número 41, 3 de setembro. Retirado de <https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dac/01/01/01/041/1975-09-02/1153?q=sophia&pOffset=90&pPeriodo=r3&pPublicacao=dac>

Decreto-Lei n.º 32/2022, Art.º 28.º, Ponto 1

Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2020

Anexos

Anexo I – Guião da conversa “Cá Dentro”

Cá Dentro – Conversa sobre a relação entre cultura, despovoamento e organização do território interior português

ESTRUTURA DO EVENTO

1. Apresentação do evento e dos convidados
2. Perguntas direcionadas a cada um dos convidados
3. Perguntas gerais/abertas
4. Perguntas do público

Estimativa de duração do evento: 1h30

Convidados:

AFONSO DORIDO

Perguntas:

- O teu álbum *Viagem Interior* vai fazer quatro anos em 2021. Como viste o seu lançamento afetar as pessoas e os sítios de sobre os quais cantas em cada canção? Já tiveste oportunidade de voltar a esses lugares? Sentes que, entretanto, mudou alguma coisa, que a tua música fez impacto nas terras que cantas?
- «*Ninguém negará as profundas inter-relações entre o artista e a comunidade. O artista depende da comunidade – vai buscar o seu tom, o seu ritmo, a sua intensidade à sociedade de que é membro*» Herbert Read em *O Significado da Arte*. A arte é indissociável à realidade social em que é produzida. Neste sentido, uma obra de arte não pode deixar de ser fruto de um contexto social – ela própria é um contexto social, capaz de interpretar, embelezar, criticar e intervir. A teu ver, qual deve ser o papel do artista perante os problemas sociais? Há espaço para o interior e o despovoamento entrarem enquanto conceitos no panorama da produção artística nacional?

LUÍS SOUSA FERREIRA

Perguntas:

- Costumas falar sobre pontes e parcerias (por exemplo, entre o governo e os projetos culturais) entre comunidades como uma possível abordagem para o modo de se produzir cultura em Portugal (por exemplo: «*França tem centros de criação mais antigos que a nossa Democracia. Eu estive em alguns e eles invertem a realidade dos espaços ao criarem práticas e contextos. Se existissem, digamos, quatro pontos destes no Centro de Portugal, construíam-se pontes. Os municípios aceitariam os projectos consoante as suas condições e diriam “nós damos X e o Estado dá Y”*» [Comunidade Cultura e Arte](#)). O Caminhos do Médio Tejo (projeto que programas) também evidencia essa ideia de rede entre vários municípios, com várias pontes entre si, todos ligados. Contudo, parecem existir mais muros (entre o meio rural e o meio urbano, o litoral e o interior, o global e o local, a cultura popular e a cultura comercial) do que pontes. Onde e como, então, devem ser feitas estas pontes?
- Iniciativas como o Bons Sons (que fundaste e dirigiste), o Paredes de Coura, o CineEco de Seia ou o Festival Origens de Travanca de Lagos procuram atrair público para as suas freguesias ou municípios, para o seu território. Deve a cultura e a produção cultural ser inerentemente associada ao território? Qual é o seu papel enquanto ferramenta de desenvolvimento territorial? Pode a cultura e/ou um evento cultural, como é o caso do Bons Sons, ajudar uma comunidade a manter-se firme, a criar oportunidades, a fixar pessoas?

MIGUEL NASCIMENTO

Perguntas:

- Cultura e património *versus* turismo. As regiões do interior são ricas em costumes culturais, sobretudo no que toca a tradições e património (Exemplos: são Património da UNESCO o Carnaval de Podence, a Louça preta de Bisalhães, o Cante Alentejano). Isto decerto atrai turismo e economia. A cultura no interior deve ser sempre abordada como

fator turístico? Qual é a linha que separa ambos os conceitos e que relações os unem?
Como pode o turismo e/ou a cultura contribuir para fortalecer económica e socialmente uma região?

- Investimento na cultura e na coesão territorial. Nos últimos anos, o governo tem apostado em programas de desenvolvimento territorial [*PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território; Unidade de Missão para a Valorização do Interior (2016); Programa de Valorização do Interior (2020)*]. As medidas que são apresentadas são sobretudo direcionadas ao negócio, às empresas e à economia. Como é a cultura representada nestes programas? Será este um caminho capaz de responder às necessidades de quem produz cultura no interior? Como deve o governo encarar estes desafios?

TIAGO CERVEIRA

Perguntas:

- Cultura enquanto espólio. Há uma ideia sobre o interior e sobre as suas aldeias baseada no envelhecimento, no território velho e cada vez mais deserto. Certamente tens contacto próximo com esta realidade através do teu projeto O Meio e a Gente. Na tua perspetiva, o despovoamento afeta a cultura de que maneira? Apesar desta noção de abandono e envelhecimento, a cultura e os costumes continuam a acontecer? O que se perde, o que se vai mantendo, o que é preciso imortalizar?
- O despovoamento é um fenómeno que deriva da construção/tendência social de trajetórias de saída («*Esta construção deve-se à relação entre as oportunidades de emprego, as disposições individuais de crer e agir próprias dos/as jovens e as condições sociais objetivas em que se encontram*» Paulo Baronet). Estas trajetórias de saída vêm-se agravando com o passar dos anos em Portugal. Contudo há jovens, não só portugueses como também estrangeiros, que parecem remar contra esta corrente. Mostras alguns destes casos na websérie *Wildlings*, projeto que assinaste, sobre um conjunto de jovens que escolheu a região do Pinhal Interior para construir a sua casa e viver a sua vida. Consideras que casos como esses refletem esperança para o futuro do interior? Como devem os jovens pensar em oportunidades sustentáveis em territórios

como o do Pinhal Interior? E qual é o papel da cultura enquanto agente sensibilizador dessa realidade?

Perguntas gerais

- Vivemos numa era digital, em que a tecnologia faz parte inerente dos nossos quotidianos e afetou a nossa maneira de viver, inclusive, a cultura e de consumirmos arte, espetáculos e produção cultural. Consideram que este caminho é o futuro da cultura, não só para o artista como também para o público/espectador? Como podem as tecnologias ajudar a potenciar a cultura nos territórios do interior?
- Portugal é dos países da União Europeia que menos investe em cultura. O Orçamento de Estado 2021 para a cultura é de apenas 0,21% (valor global, excluindo o orçamento para a RTP). O novo confinamento trouxe de novo o encerramento dos estabelecimentos culturais e mesmo os programas de apoio do governo, como os 42 milhões do Garantir Cultura, estão a ser contestados por serem “muito poucos para as necessidades” dos trabalhadores culturais (Convergência pela Cultura). Consideram que se avizinha uma nova crise para a cultura? Que consequências sofrerá a cultura com essa crise?
- Há espaço e oportunidade para o interior crescer em termos populacionais com a sua cultura? Que passos são precisos ser dados para que tal aconteça?

A cultura, o interior e o despovoamento discutem-se “Cá Dentro”

Pode a produção cultural ajudar a combater o despovoamento? Como pode a cultura desenvolver um território? Dia 22 de janeiro, a cultura acontece **Cá Dentro** e pretende tratar estas e outras questões, numa conversa promovida e organizada pela [Semana Cultural de Penalva de Alva](#). Esta iniciativa vai ser transmitida de forma gratuita através das redes sociais e está marcada para as 18 horas.

“**Cá Dentro – Conversa sobre a relação entre cultura, despovoamento e organização do território interior português**” surge com o intuito de relacionar a cultura e a produção cultural com as problemáticas do despovoamento e da crescente desertificação do interior português. Pretende ser um espaço de troca de ideias e opiniões, capaz de abordar a cultura e o despovoamento através de várias perspetivas: a dos artistas, a dos produtores, a dos investigadores e a do público.

Assim, são convidados à conversa o músico **Afonso Dorido**, criador do projeto a solo Homem em Catarse, que discorre sobre 17 localidades do interior no seu álbum “Viagem Interior”; **Luís Sousa Ferreira**, criador do festival Bons Sons, programador cultural no projeto Caminhos do Médio Tejo e diretor artístico do 23 Milhas; **Miguel Nascimento**, investigador na área das Ciências Sociais e técnico superior na Câmara Municipal do Fundão; e ainda o realizador **Tiago Cerveira**, autor do projeto O Meio e a Gente, onde fotografa os lugares e os costumes da região da Beira Serra. No final da conversa, também o público será chamado a colocar perguntas aos convidados.

A Semana Cultural de Penalva de Alva é organizada anualmente pela [Sociedade Recreativa Penalvense](#). A sua primeira edição aconteceu em 2017, depois dos incêndios que pintaram de preto as paisagens verdes do vale do Alva. Desde então que a Semana Cultural se pauta pela valorização do interior, da natureza e da tradição, através da arte, da cultura e das pessoas.

Em 2020, tendo em conta todas as restrições impostas pela realidade pandémica, a quarta edição da Semana Cultural de Penalva de Alva não pôde realizar-se. A conversa “Cá Dentro” seria um dos eventos incluídos na sua programação, que encontra agora no formato online uma nova oportunidade de discutir a cultura no interior e de levar essa discussão à casa de todos.

Anexo III – Guião das Entrevistas

GUIÃO DE ENTREVISTAS

PERGUNTAS GERAIS

- Quais são os objetivos de trabalhar a cultura na sua região (através da sua iniciativa)?
- Quais são as principais dificuldades em trabalhar a cultura na sua região?
- De que maneira o despovoamento afeta a produção cultural na sua região?
- De que maneira pode a cultura contribuir para o desenvolvimento da sua região?
- Poderá a cultura estar relacionada com possíveis soluções para o problema do despovoamento? Há espaço e oportunidade para o interior crescer em termos populacionais com a sua cultura? Que medidas precisam de ser tomadas / passos precisam de ser dados para que tal aconteça?

ALBERTO FERNANDES

- A região de Miranda do Douro possui uma identidade forte (seja pelos seus costumes, pelo seu património, pela língua mirandesa...). Considera que essa identidade se construiu por fora, através de narrativas mediáticas feitas a respeito da região, ou foi promovida por dentro, através da sua cultura e dos seus costumes? De que maneira pode a identidade de uma região contribuir para o seu desenvolvimento?
- A música, enquanto expressão artística, produz sempre um determinado efeito no público que a consome. No caso dos Galandum Galundaina, esta expressão toma quase a forma de “museu vivo”, por se basear na herança instrumental e do cancionero tradicional das Terras de Miranda («Para Galandum Galundaina a música não se inventa; reencontra-se»). Para si, qual é a importância de trazer a música de outrora para os dias de hoje? O “reencontro” que a banda presenteia aos seus ouvintes pretende interpretar o passado, intervir no presente ou construir um caminho para que estas tradições não se esqueçam no futuro? E qual é o papel da audiência/comunidade perante a música dos Galandum Galundaina?

- A Frauga é uma associação de desenvolvimento local cujos objetivos passam por, entre outros, «estudar, salvaguardar e defender o património cultural e natural do termo de Picote». No seu entender, qual é o papel do património cultural de Picote na promoção do seu desenvolvimento? Quais foram as maiores dificuldades e as maiores conquistas da associação nestes últimos anos?

MÁRIO JORGE BRANQUINHO

- Vertente ambiental. O CineEco é o «único festival de cinema em Portugal dedicado à temática ambiental» e, para além da sua vertente de competição, também oferece atividades educativas como workshops, conferências, exposições, etc. Considera que o festival é um bom formato para a intervenção cívica? Como podem a arte e a cultura contribuir para a sensibilização pública e para a difusão de certos valores sociais? Deve a cultura preocupar-se sempre em intervir?
- O CineEco é uma iniciativa reconhecida e galardoada no nosso país e além-fronteiras, com competições dedicadas ao cinema nacional e ao cinema internacional. Em Portugal, têm também promovido uma “rede de entidades” que acolhe extensões do festival por vários cantos do país. Qual é a importância de trazer o cinema (a cultura) de fora para dentro, mais concretamente, para o interior? E como veem a importância de o “alastrar” pelos vários cantos do país? Como tem sido o feedback que recebem nas diferentes localidades?
- «O Festival procura cativar novos públicos, sensibilizando-os para o cinema, a sua história e a sua estética. Para além do público em geral, têm sido atraídos às salas de cinema milhares de crianças e jovens do concelho e região envolvente, bem como turistas que visitam a Serra da Estrela». Deve a cultura, nomeadamente a cultura dos festivais, preocupar-se em atrair pessoas para a sua região? Deve essa atratividade ser meramente turística ou pensada de maneira a que as pessoas fiquem a longo prazo? Qual é o lugar do festival no espectro da cultura e da identidade de Seia?

LARA SEIXO RODRIGUES

- A Mistaker Maker assume-se como uma plataforma de intervenção artística que inclui “o reforço da massa crítica, a exploração de novos caminhos na produção de conteúdos e a criação de produtos artísticos que acrescentem valor social, cultural, turístico e/ou económico à escala local, nacional e mundial” entre os seus objetivos. Na sua opinião (e no caso específico da Mistaker Maker), como pode a arte intervir em prol dos valores sociais de uma determinada localidade? A cultura deve assumir um papel primordial entre os fatores de transformação social? Qual é o papel da arte contemporânea, particularmente, enquanto motor de desenvolvimento e de cidadania?
- As iniciativas da Mistaker Maker focam-se, em muitos casos, na relação entre as pessoas e o espaço em que habitam, trabalhando a cultura num sentido profundamente comunitário (“Habitar é a marca do ser”, Martin Heidegger). Iniciativas como o Festival Wool, o Lata 65 ou o FAZUNCHAR são bons exemplos. Como podem as iniciativas culturais enaltecer as relações entre a comunidade e o lugar que habita? Deve a cultura ser inerentemente associada à noção de território?
- O Festival Wool dá um novo rosto a uma localidade do interior (“A minha cidade recuperou a sua cor”) ao mesmo tempo que «presta tributo à história da cidade como forma de redescobrir a sua identidade». Com a transformação social sempre em mente, de que forma é que este trabalhar sobre a identidade pode ajudar ao desenvolvimento do território? Ao longo dos anos, quais têm sido as principais conquistas do Festival?

TIAGO PEREIRA

- Cultura popular. Stuart Hall escreveu que a cultura popular não corresponde simplesmente às “tradições populares de resistência” aos processos de “moralização” das classes trabalhadoras, nem tão somente às “formas que as sobrepõem”, correspondendo, sim, ao “terreno sobre o qual as transformações são operadas” e ao “duplo movimento de conter e resistir”. O MPAGDP interessa-se por essas pessoas que são “os resistentes”, filmando os seus costumes e as suas formas de expressão. Sente que esse duplo movimento de conter e resistir se evidencia na tradição oral portuguesa? Na sua opinião, a cultura (não só a popular) deve preocupar-se em manter os costumes passados vivos, em conservar os valores do presente ou em sulcar o terreno para a

transformação futura? Deve a cultura funcionar como ferramenta de intervenção e desenvolvimento social ou como um fim em si mesmo?

- O Tiago filma no país inteiro, desde as metrópoles até às aldeias mais recônditas. Há uma ideia sobre o interior e sobre as suas localidades baseada no envelhecimento, no território velho e cada vez mais abandonado. Na sua perspetiva, o despovoamento afeta a cultura de que maneira? Como se define esta noção de interioridade em termos culturais? Ao longo dos anos de vida do MPAGDP, o que se foi perdendo, o que se vai mantendo, o que é preciso ainda imortalizar?
- O MPAGDP propõe-se a trabalhar sobre a memória, documentando a transição da “era da tradição oral” para a “era da tradição digital” (“Ver a memória a operar-se à tua frente”). Considera que a memória, ou como um determinado grupo de pessoas se lembra de alguma coisa, é uma importante marca de identidade coletiva? Quais são as principais consequências desta transição para o digital? Qual é a importância desta nova geração de artistas (B Fachada, Criatura, Bandua, Sopa de Pedra...), que pegam nos costumes da tradição oral e operam sobre eles de uma maneira “adaptada aos dias de hoje”?